









A Federação. Porto Alegre: 4 mai. 1934. p. 3.

# NOTÍCIA - MOYSÉS VELLINHO INDICADO PARA CONSTITUIR O DIRETÓRIO DA "AÇÃO REPUBLICANA LIBERAL"

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

**A FEDERAÇÃO**  
DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO R. G. DO SUL  
Órgão do Partido Republicano Liberal

Folha respeitável fundada em 1884  
Com circulação em todo o Brasil

Responda pela direção:  
Cyrillo T. Prusse

RUA DOS ANDRADAS  
No 558-905

PORTO ALEGRE  
RIO GRANDE DO SUL

Assinaturas  
Ano ..... 280000  
Semestre ..... 140000  
Exterior ..... 1008000

## "Ação Republicana Liberal"

### Foi ontem instalada na Biblioteca Pública, com grande e seléta assistência, esta nova agremiação política

Como vimos, depois de algumas semanas de intensa atividade preparatória, a "Ação Republicana Liberal" foi ontem instalada na Biblioteca Pública, com grande e seléta assistência. A reunião foi presidida pelo Sr. Henrique Pereira Neto, que apresentou o programa da nova agremiação política. O Sr. Henrique Neto afirmou que a "Ação Republicana Liberal" tem como objetivo principal a defesa dos princípios republicanos e a promoção do bem-estar da população. Ele destacou a importância de uma classe acadêmica organizada e atuante na sociedade.

Logo após o dr. Henrique Pereira Neto apresentou aos presentes a "chapa dos nomes" que deveriam constituir o diretório da "Ação Republicana Liberal" nomes estes apontados de acordo com a Comissão Executiva do P. R. L. e Secretaria Geral do Partido.

Foram os seguintes os nomes indicados: Drs. prof. Martin Gomes, Moysés Vellinho, Dámaso Rocha, José P. Coelho de Souza, Fábio de Barros, Miranda Neto, Poty Medeiros, Ely Costa, Alexandre M. Rosa, Gaspar Uchôa, João C. de Freitas, e o acadêmico Boeira Guedes, como representante da classe acadêmica.

### O Diretorio

Logo após o dr. Henrique Pereira Neto apresentou aos presentes a "chapa dos nomes" que deveriam constituir o diretório da "Ação Republicana Liberal" nomes estes apontados de acordo com a Comissão Executiva do P. R. L. e Secretaria Geral do Partido.

Foram os seguintes os nomes indicados: Drs. prof. Martin Gomes, Moysés Vellinho, Dámaso Rocha, José P. Coelho de Souza, Fábio de Barros, Miranda Neto, Poty Medeiros, Ely Costa, Alexandre M. Rosa, Gaspar Uchôa, João C. de Freitas, e o acadêmico Boeira Guedes, como representante da classe acadêmica.

Foram os seguintes os nomes indicados: Drs. prof. Martin Gomes, Moysés Vellinho, Dámaso Rocha, José P. Coelho de Souza, Fábio de Barros, Miranda Neto, Poty Medeiros, Ely Costa, Alexandre M. Rosa, Gaspar Uchôa, João C. de Freitas, e o acadêmico Boeira Guedes, como representante da classe acadêmica.

40 ANOS DE LABOR  
Completo o o Instituto Geográfico e Histórico da Baía

Baía, 3. — O Instituto Geográfico e Histórico da Baía completou o quadragésimo aniversário de sua fundação. Para comemorar tão importante efeméride, a direção do Instituto resolveu publicar uma revista especial em homenagem ao fundador, Sr. Antônio Vianna.

**Serviço de estatística**  
Comercial

Baía, 3. — O Departamento de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, sob a direção do Sr. Carlos de Moraes, está realizando um levantamento estatístico da produção industrial do Estado. Para isso, foram enviados questionários para as principais indústrias comerciais e industriais do Estado.

**Porto Alegre, 3. —** Dr. Darcy Arambujá, Moysés Vellinho, outros membros do Conselho Administrativo da "Ação Republicana Liberal", reuniram-se para discutir o programa de trabalho da nova agremiação. Foi decidido que a primeira tarefa será a de organizar o serviço de estatística e a de promover a divulgação dos princípios republicanos.

**Porto Alegre, 2. —** Ilustres senhores: Darcy Arambujá, Moysés Vellinho, Dámaso Rocha, José P. Coelho de Souza, Fábio de Barros, Miranda Neto, Poty Medeiros, Ely Costa, Alexandre M. Rosa, Gaspar Uchôa, João C. de Freitas, e o acadêmico Boeira Guedes, foram os nomes indicados para compor o diretório da "Ação Republicana Liberal".

**Porto Alegre, 2. —** Ilustres senhores: Darcy Arambujá, Moysés Vellinho, Dámaso Rocha, José P. Coelho de Souza, Fábio de Barros, Miranda Neto, Poty Medeiros, Ely Costa, Alexandre M. Rosa, Gaspar Uchôa, João C. de Freitas, e o acadêmico Boeira Guedes, foram os nomes indicados para compor o diretório da "Ação Republicana Liberal".

**Meu cantinho**  
INVESTIGADORES

Baía, 3. — Um grupo de estudantes de medicina, liderados pelo Sr. João Carlos de Souza, estão realizando pesquisas científicas em um laboratório montado no Instituto Geográfico e Histórico da Baía. O grupo tem como objetivo principal a investigação das doenças tropicais e a melhoria das condições sanitárias da cidade.

**Deputados baianos**  
carregados de diversas representações

Baía, 3. — O deputado estadual Sr. João Carlos de Souza, acompanhado de outros membros da delegação baiana, viajou para o Rio de Janeiro para apresentar as reivindicações da população baiana ao Congresso Nacional. Entre as principais demandas estão a melhoria das condições de trabalho e a criação de novas vagas de emprego.

**Falecimento de uma illustre senhora**

Baía, 3. — Faleceu a Princesa Clara Calmon Vianna, filha do grande estadista nacional e mãe do Sr. João Carlos de Souza. A Princesa Clara faleceu após uma breve doença, deixando um legado de honra e exemplo para a sociedade baiana.

**Porto Alegre, 3. —** Dr. Darcy Arambujá, Moysés Vellinho, outros membros do Conselho Administrativo da "Ação Republicana Liberal", reuniram-se para discutir o programa de trabalho da nova agremiação. Foi decidido que a primeira tarefa será a de organizar o serviço de estatística e a de promover a divulgação dos princípios republicanos.











A Federação. Porto Alegre: 5 dez. 1934. p. 9.

NOTÍCIA - HOMENAGEM AO DR. VIEIRA PIRES - II

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

Realiza-se hoje, no Grande Hotel, o banquete em homenagem ao dr. Vieira Pires

PELA SUA NOMEAÇÃO PARA DIRECTOR DA "A FEDERAÇÃO"

Logo após ser divulgada, ha dias a noticia de que fora nomeado director da "A Federação" dr. Vieira Pires, nas rodas de seus amigos manifestou-se o desejo de ser feita a s. s. uma manifestação do jubilo causado pela acertada escolha.

Nesse sentido organizou-se a seguinte comissão promotora de um banquete em homenagem a aquelle nosso companheiro: srs. drs. Moyses Vellinho, José P. Coelho de Souza, Damaso Rocha, Octavio Pitrez, Dante de Laytano, João C. de Freitas e Cyrino Prunes.

Hoje, quando já sobem a elevação numero os nomes inscriptos, está realizando, no Grande Hotel, ás 20,30 horas, esse banquete, que promete revestir-se de raro brilho.

A seguir, publicamos a lista dos adherentes: Dr. João Carlos Machado, dr. Fernando Olinho de Abreu Pereira, professor Martin Gomes, dr. Luiz Flores da Cunha, dr. José B. Corrêa, Athos Damasceno Ferreira, dr. De Souza Junior, Augusto Meyer, Ernani Fornari, dr. Mario Difini, dr. Alvaro de Moura e Silva, dr. José Loureiro da Silva, coronel Sinhô Cunha, dr. Francisco de Mello, dr. Daniel Krieger, Mario de Lacerda, Paulo Corrêa Lopes, Angelo Guido, dr. Othello Frota, dr. Oscar Daudt, capitão Mario Cunha, dr. Pedro Vergara Corrêa, Paulino Fontoura, dr. João Eonuma, capitão Serrano Caminha, dr. Octavio Nicolé de Almeida, dr. Henrique Pereira Neto, major Nabor Moura de Azevedo, dr. Jayme da Costa Pereira, coronel Antenor Amorim, dr. José Pinheiro Dias, Togo Bôa Nova Rosa, dr. Paulo Frôes da Cruz, dr. Alvaro G. Souza.

MEU BILHETE "Frota e Branco" Antiguarista, toda ellez eram desastrosas. Nem um catálogo de Livros traia, outras coisas, além do título da obra, nome do autor e preço, não havia a mais insignificante noticia de uma obra. Depois, quando Monteiro Lobato, candidato a "Folhinha, fazendeiro editor, melhorou um pouco o scriptor de "Frota", o "Crápula", de "Chocô", original, montou no livro, em todo, o foi também na propaganda dos livros que editou.

Aqui pelo Rio Grande, era peior do que antigamente. Catalogos, nem interessantes, nem desinteressados, não existiam. Nem para vender, se, para viver, um cidadão prestante necessitava tomar a falta de catalogo de obras, fragmentando a obra, com: chá ou medicamento. Aos poucos, desenvainhando, foi melhorando. Sob a responsabilidade da Livraria do Globo e organizado por Manoel Bernardi, apareceram os primeiros catalogos. Livraria do Globo e Manoel Bernardi, dois nomes ligados ás primeiras manifestações deste movimento editorial que está arranjando, com a presente fase, intensa e viva, um lugarzinho bem alto para o nome do Rio Grande, no ambiente intelectual do Brasil.

"Frota e Branco", entem, veio para cima da minha mesa. E comecei a ler, com o que se sabia, uma "resenha mensal bibliographica dedicada aos amigos das "Bibliôtas do Globo". Não é um catalogo de livros; é muito mais uma revista literaria, leve cheia de coisas amáveis, agradáveis, interessantes e ilustradas. Bom papel, bom aspecto material, Londona, a gente, quasi sem o sentir, vai ficando com vontade de comprar os livros mencionados annualmente por elle. "Frota e Branco", é um diferencial dos catalogos "de antigas" de Serra, substa, na sua ultima pagina, o leitor acha "conveniente guardar".

Propaganda intelligente, moderna, útil e livreira e não somente util ao publico. Erico Verissimo, nos, suscitando a Serra, substa, na planície, conseguiu com "Frota e Branco", por elle orientado e dirigido, quasi o impossível: fazer que se leia, da primeira á derradeira linha, um catalogo de livros.

Victorino de Andrade Pinto.

RIO, 5 (A. QUE SE T

AS EXPLORAC CA DE JULIO VEZ DO "O

COMO SE DES INTRIGANT

JULIO DE CASTILHOS. Eda-se verificando, com a politica liberal deste o pio, o que se tem feito em outras partes do Estado deslaxada intriga da Fronteira, que, por sua vez, ha de ser a nossa poderosa...

Para isto não basta de mais de muitas entidades. Podemos afirmar que a ação do P. R. L., equi além dessa aquella frota, não que está marcada para o reunião do 1.º Congresso...

CLUBE DOS FUNCION DO RIO

A POSSE DO G MAN

Continua empolgando o cionalismo publico a creca Club Liberal que interpe...

Secretaria das Obras Pu

Dr. Atiragido Ramos, Siqueira, Ruy Guimarães, Góes, Carlos de Almeida, Graciano Pereira Martins, J. de Mattos, Carlos de Almeida, Maria Soares Junior, Armando, João de Almeida, Ferrar, Pedro Paulo Schütz, João Baptista Dias, João...

ROMA, 5. — A Comissão executora de honrar a memoria do poeta nacional da Pérsia, Firduzi, é presidida pelo ministro da Educação Nacional e della fazem parte o sub-secretario de Negócios Estrangeiros, o presidente da Academia da Italia, senador (Giugliano Monori, o acadêmico e orientalista Formigoni, o reitor da Universidade de Roma, Bocconi, o presidente do Instituto Oriental e Giustiniani, o presidente da Academia da Italia para o Médio e Extremo Oriente, Gentile, o presidente da Sociedade Anatólica Italiana, sr. Pavolini.

O cardal Leme substituirá a Coelho Netto na Academia de Letras?

RIO, 5 (A. B.). — O cardal da Academia Leme, apontado como candidato a presidente do Conselho na Academia Brasileira de Letras, recebeu a investidura, em que se nomeia seja o unico effluvio.

Falleceu em desastre o presidente da Sociedade de Planctadores dos Estados Unidos

MIAMI, 5. — O senhor Warren, presidente da Sociedade de Planctadores dos Estados Unidos, morreu em consequencia de um queda quando realizava um...

Realiza-se hoje, no Grande Hotel, o banquete em homenagem ao dr. Vieira Pires

PELA SUA NOMEAÇÃO PARA DIRECTOR DA "A FEDERAÇÃO"

Logo após ser divulgada, ha dias, a noticia de que fora nomeado director da "A Federação" dr. Vieira Pires, nas rodas de seus amigos manifestou-se o desejo de ser feita a s. s. uma manifestação do jubilo causado pela acertada escolha.

Nesse sentido organizou-se a seguinte comissão promotora de um banquete em homenagem a aquelle nosso companheiro: srs. drs. Moyses Vellinho, José P. Coelho de Souza, Damaso Rocha, Octavio Pitrez, Dante de Laytano, João C. de Freitas e Cyrino Prunes.

E lançada a ideia, imediatamente, começaram a adherir á mesma numerosas pessoas, pertencentes a variadas classes, inclusive altas autoridades do governo e politicas.

Hoje, quando já sobem a elevação numero os nomes inscriptos, será realizado, no Grande Hotel, ás 20,30 horas, esse banquete, que promete revestir-se de raro brilho.

A seguir, publicamos a lista dos adherentes:

Dr. João Carlos Machado, dr. Fernando Olinho de Abreu Pereira, professor Martin Gomes, dr. Luiz Flores da Cunha, dr. José B. Corrêa, Athos Damasceno Ferreira, dr. De Souza Junior, Augusto Meyer, Ernani Fornari, dr. Mario Difini, dr. Alvaro de Moura e Silva, dr. José Loureiro da Silva, coronel Sinhô Cunha, dr. Francisco da Silva Juruema, dr. Sylvio Soares de Souza, Armando Paradedda, Arlindo Ramos, dr. Abdou de Mello, dr. Daniel Krieger, Mario de Lacerda, Paulo Corrêa Lopes, Angelo Guido, dr. Othello Frota, dr. Oscar Daudt, capitão Mario Cunha, dr. Pedro Vergara Corrêa, Paulino Fontoura, dr. João Eonuma, capitão Serrano Caminha, dr. Octavio Nicolé de Almeida, dr. Henrique Pereira Netto, major Nabor Moura de Azevedo, dr. Jayme da Costa Pereira, coronel Antenor Amorim, dr. José Pinheiro Dias, Togo Bôa Nova Rosa, dr. Paulo Frôes da Cruz, dr. Alvaro G. Souza.

Pará o discurso de saudação, offerecendo-a o dr. Moyses Vellinho.

O traje será o de passeio. As pessoas que ainda não possuírem o respectivo ingresso, poderão se munir do mesmo na portaria do Grande Hotel.

res, dr. Dario Crespo, dr. Francisco M. Pereira, coronel João Thomaz Ramos, Quirino Carvalho e Silva, Jr. Victorino Andrade Pinto, coronel Eurico da Silva Tavares, Eulydes Lança, Humberto Lupinacci, Arthur Carneiro Sobrinho, Hugo Souza, dr. Arthur Grecco, dr. Alfredo Mariath, Ricardo Eichler Jr., Humberto Agostinelli, dr. Theophilus Borges de Barros, dr. Alberto de Brito, Antenor Lemos, dr. Emilio Kemp, dr. Virissimo Ribeiro, prof. Leonardo Macedonia Franco e Souza, dr. Cilon Rosa, dr. Ely Costa, dr. Danton Seixas, dr. Waldemar do Couto, e Silva, oJae Thomaz Pires, major dr. Zopyro Ourique, Pery Azambuja Soares, Carlos Leiria, dr. Hugo Teixeira, Mario Gilberto Mariath, dr. Hercillo Domingues, Eurico Brochado, tenente coronel Elpidio Martins, dr. Galeno Verissimo da Fonseca, dr. Mattos Moraes, dr. Constantino Moraes, João Pibernat, dr. Carvalho, dr. Jaimino Chagas Telles, Mauricio Steinbruck, Amaro de Souza, Isaac Cruz, Itaúba Pires, dr. Francisco de Paula Cardoso, major Athanasio Belmonte, dr. Carlos Rodolante Conte, Heitor Pires, dr. Amado Fagundes, José Cihne Candiota, coronel Luiz Francisco Ricci, dr. James Macedonia Franco, dr. Arlur Caetano, J. E. L. Millender, Cia. Technico Commercial Ltda., dr. Julio Coelho Leal, dr. Constantino Martins, dr. Armando Silveira, dr. Leandro Pierini, dr. Ruy Cirne Lima, dr. Fernando Schneider, dr. Alcides Maya, dr. Frederico Dahne.

Declararam-se solidarios a esta homenagem, por telegramma, os drs. Antonio Xavier da Rocha, Olmiro de Azevedo, Mario Godoy Ilha e dr. Armando Severo.

Pará o discurso de saudação, offerecendo-a o dr. Moyses Vellinho.

O traje será o de passeio.

As pessoas que ainda não possuírem o respectivo ingresso, poderão se munir do mesmo na portaria do Grande Hotel.



A Federação. Porto Alegre: 6 dez. 1934. p. 3.

NOTÍCIA - HOMENAGEM AO DR. VIEIRA PIRES DISCURSO DE MOYSÉS VELLINHO (PÁGINA COMPLETA)

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

Teve extraordinario brilho a homenagem que foi prestada ontem ao director da "A Federação"

Ao banquete, realizado no Grande Hotel, compareceram numerosos amigos do dr. Vieira Pires, que foi saudado pelo dr. Moysés Vellinho

O AGRADECIMENTO DO HOMENAGEADO



Revelou-se da maior significação, assumindo-lhe, também por um extraordinário brilho, o banquete realizado no Grande Hotel no mesmo grande camarão de trabalho de Vieira Pires.

Essa homenagem, que foi promovida a fim de prestar-lhe o mais expressivo e salutar tributo de seus amigos e a homenagem para o director da "A Federação", teve a presença das seguintes pessoas:

- Dr. João Carlos Machado, de Augusto Simões Lopes, de Moysés Vellinho, Cyrino Prunes, dr. J. T. Coelho de Sousa, dr. Diniz de Azevedo, dr. Danilo de Lacerda, de João C. de Freitas, dr. Octávio Ribeiro, de Sousa Junior, de Francisco de Moraes de Barros, de Euclides Knepp, de Martin Gomes, de Mario Difini, dr. Heitor Pires, de James Macdonald Franco, de Leonardo Parente, de Leonardo Macdonald, de Constantino Martins, de Armando Silveira, de Horácio Lacerda, de Dario Grava, de João de Cuba, Mario Gilberto Marcati, Perry Amadeu Soares, de Leon Le-Corvent, Egidio Martins, João Pimenta de Carvalho, dr. Alfredo Marçal, de Álvaro G. Soares, de R. M. Milhem, dr. Henrique Pereira Netto, dr. Jayme da Costa Pereira, de Humberto Agostinho, de Danton Steix, coronel Antonio Amorim, Mario de Lacerda, de Francisco de Paula Fernandes, de Victor Lacer, de Victor de Andrade Pinto, dr. Paulo de Barros, de José B. Garcia, de Aldeias May, de Julio Coelho Loui, dr. Roy Cirino Lima, major Albano Belmonte, Paulino Pires, dr. José Loureiro da Silva Hugo Sousa, Ibane Cruz, dr. Teodoro Commercial, dr. Frederico Daiane, de Eurico Brochada, coronel Armando Severo, de João de Almeida, dr. Rosalvo Lunca, dr. Othello Frota, dr. Arthur-Castanho, capitão Bezerra Caminha, Amaro de Souza, coronel Quim Cesar, Hauba P. Pires, dr. Abdon de Mello, de Daniel Knepp, Quirino Carvalho, dr. Francisco Jurcenco, Angelo Pinho, dr. Ely Costa, coronel Luis Ricci, dr. Mercedes Lalia, dr. Mauricio Riembrich.

O banquete teve início às 20h30 horas, recheado de um salão no Grande Hotel personificado com muito gosto e iluminado festivamente.

No lugar de honras sentou-se o dr. Vieira Pires, sendo ajudado pelo dr. João Carlos Machado secretário do Interior e dr. Augusto Simões Lopes, líder liberal na Câmara dos Deputados.

O discurso de dr. Moysés Vellinho

Fez a saudação a homenagem, em nome dos demais convivas, o dr. Moysés Vellinho, que pronunciou o seguinte discurso:

"Professor Vieira Pires: Si ha homenagem que devesse dispensar o formalismo da oratoria é esta, que ora reúne em torno de vosso nome tantos amigos e admiradores.

Ainda que modesta na sua exteriorização, ella constitue uma alta expressão em si mesma e traí um sentido que está muito acima dos vãos recursos da palavra.

Quando correis vos pelos vastos arcos do tempo partido que ha-via sido o esboço para o dia da Federação, um sentimento de profunda satisfação se apossou da vossa alma, e o jornalista politico viveu uma actividade capaz de renovar uma existência.

Si o corpo representado apenas um posto de sacrificio, seria o primeiro a pleiteá-lo. Não o fizemos porque elle é, antes de mais nada, um posto de confiança.

Ma por isso mesmo, fomos apontados para servir. E porque servimos em vós todas as condições moraes e culturais exigidas por um cargo que o que menos pede a sua humilhação e a desmoralização de todos os seus recursos de espírito e de fides as vós reservamos o melhor de nós mesmos.

Quando, portanto, nos encontramos com vós, não podemos não nos alegrar diante da acurada eleição do vosso nome para o cargo de director da Federação.

Si o corpo representado apenas um posto de sacrificio, seria o primeiro a pleiteá-lo. Não o fizemos porque elle é, antes de mais nada, um posto de confiança.

Ma por isso mesmo, fomos apontados para servir. E porque servimos em vós todas as condições moraes e culturais exigidas por um cargo que o que menos pede a sua humilhação e a desmoralização de todos os seus recursos de espírito e de fides as vós reservamos o melhor de nós mesmos.

Quando, portanto, nos encontramos com vós, não podemos não nos alegrar diante da acurada eleição do vosso nome para o cargo de director da Federação.

Si o corpo representado apenas um posto de sacrificio, seria o primeiro a pleiteá-lo. Não o fizemos porque elle é, antes de mais nada, um posto de confiança.

Ma por isso mesmo, fomos apontados para servir. E porque servimos em vós todas as condições moraes e culturais exigidas por um cargo que o que menos pede a sua humilhação e a desmoralização de todos os seus recursos de espírito e de fides as vós reservamos o melhor de nós mesmos.

Quando, portanto, nos encontramos com vós, não podemos não nos alegrar diante da acurada eleição do vosso nome para o cargo de director da Federação.

Si o corpo representado apenas um posto de sacrificio, seria o primeiro a pleiteá-lo. Não o fizemos porque elle é, antes de mais nada, um posto de confiança.

Ma por isso mesmo, fomos apontados para servir. E porque servimos em vós todas as condições moraes e culturais exigidas por um cargo que o que menos pede a sua humilhação e a desmoralização de todos os seus recursos de espírito e de fides as vós reservamos o melhor de nós mesmos.

Quando, portanto, nos encontramos com vós, não podemos não nos alegrar diante da acurada eleição do vosso nome para o cargo de director da Federação.

Si o corpo representado apenas um posto de sacrificio, seria o primeiro a pleiteá-lo. Não o fizemos porque elle é, antes de mais nada, um posto de confiança.

Ma por isso mesmo, fomos apontados para servir. E porque servimos em vós todas as condições moraes e culturais exigidas por um cargo que o que menos pede a sua humilhação e a desmoralização de todos os seus recursos de espírito e de fides as vós reservamos o melhor de nós mesmos.

que a vossa brilhante interpretação encarece prodigiosamente a importância da Federação e a sua importância para o Brasil e o seu País.

Na profissão, na carreira, no trabalho, na vida social, em tudo, sempre a vossa presença, sempre a vossa orientação, sempre a vossa inspiração, sempre a vossa força.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

A vossa liderança, vossa orientação, vossa inspiração, vossa força, vossa coragem, vossa determinação, vossa firmeza, vossa perseverança, vossa paciência, vossa humildade, vossa simplicidade, vossa franqueza, vossa sinceridade, vossa lealdade, vossa integridade, vossa honradez, vossa dignidade, vossa nobreza, vossa generosidade, vossa magnanimidade, vossa clemência, vossa indulgência, vossa misericórdia, vossa compaixão, vossa caridade, vossa bondade, vossa gentileza, vossa cortezia, vossa educação, vossa cultura, vossa ciência, vossa arte, vossa literatura, vossa música, vossa pintura, vossa escultura, vossa arquitetura, vossa engenharia, vossa medicina, vossa agricultura, vossa pecuária, vossa indústria, vossa comércio, vossa economia, vossa política, vossa sociologia, vossa psicologia, vossa pedagogia, vossa filosofia, vossa teologia, vossa ciência da natureza, vossa ciência da sociedade, vossa ciência da vida, vossa ciência da alma, vossa ciência do espírito, vossa ciência do universo, vossa ciência do infinito.

O discurso do dr. Moysés Vellinho

Fez a saudação ao homenageado, em nome dos demais convivas, o dr. Moysés Vellinho, que pronunciou o seguinte discurso:

"Professor Vieira Pires: Si ha homenagem que devesse dispensar o formalismo da oratoria é esta, que ora reúne em torno de vosso nome tantos amigos e admiradores.

Ainda que modesta na sua exteriorização, ella constitue uma alta expressão em si mesma e traí um sentido que está muito acima dos vãos recursos da palavra.

Quando correis vos pelos vastos arcos do tempo partido que ha-via sido o esboço para o dia da Federação, um sentimento de profunda satisfação se apossou da vossa alma, e o jornalista politico viveu uma actividade capaz de renovar uma existência.



A Federação. Porto Alegre: 6 dez. 1934. p. 3.

**NOTÍCIA - HOMENAGEM AO DR. VIEIRA PIRES**  
**DISCURSO DE MOYSÉS VELLINHO (TEXTO AMPLIADO)**

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

Vieira Pires! Quando me vi, pela primeira vez, em face do brilhante professor de direito, custou-me acreditar que a sua presença ainda moça ja carregava nos hombros a experiencia da cultura e da vida, e talvez mesmo a decepção dos homens...

Nunca, entretanto, esse espirito, que amanhecera para a realidade, utilizou a sua experiencia no sentido de desarmar a juventude de sua fé immanente.

Pelo contrario, a sua simples presença já era uma afirmação e a sua palavra clara e incisiva sabia desprezar a covardia das formas dubioativas. Passados annos, vividas novas experiencias, ainda é o mesmo o vosso animo.

Entre a capacidade de fé dos que tomaram a si a reconstrução politica do Rio Grande, e a incapacidade dos que empapados de descrença e misoneismo, não acharam outro programma que não o nosso regresso ao cepo dos antigos senhores, não vacilastes.

E porque não vacilastes, e porque sois uma fonte inesgotavel de fé nos nossos destinos, fostes escalado, entre tantos valores mentaes do nosso partido, para a direcção intellectual da nossa actividade partidaria.

Professor Vieira Pires — Vimos de uma campanha memoravel em que pouco faltou para dobrarmos, pelo voto livre, a somma de

Vieira Pires! Quando me vi, pela primeira vez, em face do brilhante professor de direito, custou-me acreditar que a sua presença ainda moça ja carregava nos hombros a experiencia da cultura e da vida, e talvez mesmo a decepção dos homens...

Nunca, entretanto, esse espirito, que amanhecera para a realidade, utilizou a sua experiencia no sentido de desarmar a juventude de sua fé immanente.

Pelo contrario, a sua simples presença já era uma afirmação e a sua palavra clara e incisiva sabia desprezar a covardia das formas dubioativas. Passados annos, vividas novas experiencias, ainda é o mesmo o vosso animo.

Entre a capacidade de fé dos que tomaram a si a reconstrução politica do Rio Grande, e a incapacidade dos que empapados de descrença e misoneismo, não acharam outro programma que não o nosso regresso ao cepo dos antigos senhores, não vacilastes.

E porque não vacilastes, e porque sois uma fonte inesgotavel de fé nos nossos destinos, fostes escalado, entre tantos valores mentaes do nosso partido, para a direcção intellectual da nossa actividade partidaria.

Professor Vieira Pires — Vimos de uma campanha memoravel em que pouco faltou para dobrarmos, pelo voto livre, a somma de



*A Federação.* Porto Alegre: 6 dez. 1934. p. 3.

**NOTÍCIA - HOMENAGEM AO DR. VIEIRA PIRES**

**DISCURSO DE MOYSÉS VELLINHO (TEXTO AMPLIADO - CONTINUAÇÃO)**

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

duas velhas organizações políticas. A victoria, que devemos, de um lado, á exacta correspondencia dos nossos postulados, com as necessidades actuaes do nosso Estado, e, de outro, ao natural desgate dos homens, idéias e processos postos em acção pelas opposições colligadas, não alivia nem atenúa os nossos deveres para com o Rio Grande. Antes, pelo contrario, abriu dentro de nós a consciencia de uma responsabilidade nova. E' que constituirmos um partido que não quer dominar pela força e que não precisa da força para dominar.

A immensa maioria do Rio Grande já tomou posição definitiva, nas nossas linhas de combate, e monta guarda aos principios basilares da nossa doutrina. Resta-nos, portanto, proseguir caminho para a frente. Não conhecemos outra palavra de ordem, sinão a de marchar, romper para diante!

Sob os vossos hombros, como director da "A Federação", passou a incindir parte consideravel de responsabilidade nessa marcha balida em rumo a um futuro melhor.

Ninguem reúne condições mais favoraveis do que vós para secundar esta portentosa missão e assegurar-lhe pleno exito.

Dahi a alegria dos que vos conhecem e admiram, dahi a effusão dessa homenagem, onde estão representadas todas as gerações que engrandecem o Partido Republicano Liberal.

Appellando para as vossas invulgares virtudes de homem e de cidadão, para o fulgor de vossa intelligencia de escól, para as abundantes reservas da vossa cultura de mestre do direito, de profissional e de homem de letras, quiz o eminentê chefe do nosso partido, general Flores da Cunha, não apenas distinguir uma das figuras culminantes da nossa grey politica, sinão ainda, principalmente, prestigiar e enobrecer a propria funcção que lhe foi confiada.

Assim encaramos a vossa investidura, e a interpretação que lhe damos valha pela mais expressiva justificação desta homenagem".

Palmas prolongadas saudaram a oração acima.







A Federação. Porto Alegre: 13 mai. 1935. p. 1.

ARTIGO - MOYSÉS VELLINHO É CITADO NO TEXTO "FAZENDO A CONSTITUIÇÃO" DE HEITOR MODESTO

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro.

MUSSOLINI E SCHUSCHING TRATARAM DO REARMAMENTO DA AUSTRIA

ROMA, 13 (União) - Anunciado-se que na conferência realizada entre os srs. Mussolini e Schusching, em Florença, tratou-se de rearmamento da Austria.

Depois de discutido este ponto, que ficou resolvido definitivamente, os srs. Schusching e Mussolini trataram da politica que deverá ser desenvolvida pelos países aliados...

Fazendo a Constituição

HEITOR MODESTO

A Comissão Constitucional reunida hoje à Mesa, para ser impresso e distribuído em avulso na forma de regimento, o seu parecer sobre o ante projecto de constituição e as emendas apresentadas pelo plenário, em 1.ª discussão.

Este trabalho da Comissão, que conclui pela apresentação de um substitutivo, não será possivelmente uma obra perfeita, nem seria possível esperar-se isso no primeiro turno de uma lei de tamanha complexidade...

Os aspectos do regimento foram, ainda uma vez, uma vez, discutidos antes do seu envio ao plenário.

Não haverá muita discussão, neste momento, o regimento interno, que forçou a utilização de um prazo tão reduzido para o trabalho da Comissão.

Foi melhor assim. Ao menos, já agora, lech a Comissão com que se recomende de modo mais impressionante ao pronunciamento da Assembléa, deante do espirito de sacrificio que a fez esquecer todas as comodidades e todas as exigencias para realisação de uma obra de estudo apurado.

Merece registro o trabalho apresentado pelo relator geral. O sr. Loureiro da Silva teve uma oportunidade, rara e feliz, para revelar a sua cultura juridica e a sua agulidade intellectual nos debates que realizou em nome da honra da Pátria.

Não é o sr. Mauricio Cardoso, pedem dizer que não são capazes de uma acção de tão alta envergadura no debate da materia constitucional, nem poderiam bem mais vasto, na Camara Federal, não haverá exagero em dizer que nos surpreendeu, quanto ao sr. Darcy Azambuja a solida cultura que revelou ali, ao lado de um espirito notavelmente equilibrado pelo bom senso, pela tolerancia e pela justa comprehensão de suas responsabilidades, dentro de tão delicados limites de acção.

Cumpra porém que se destaque aqui o aspecto sem duvida o mais culminante dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir. — O desprendimento dos interesses partidarios estranhos aos principios basilares das agremiações politicas, por parte de todos quantos ali se reuniam para uma colaboração estreita e intensamente cordial, no debate e nas votações parciais do substitutivo.

Si grande e decisivo foi o desejo da maioria de concorrer com a "boa vontade" para "harmónisação" dos pontos de vista dos partidos que dividem a opinião politica no Estado, demorando sempre as soluções nas controversias, diando os debates e as votações quando havia possibilidade de encontrar-se uma formula satisfatoria, que fundisse num unico texto tudo quanto se pleiteava sobre um assumpto em deliberação, indo a maioria por vezes até além do maximo das concessões razoaveis, não menos valiosas, nem menos decisivas foi tambem a attitude superiormente orientada dos illustres representantes da minoria na Comissão.

Essa face moral da colaboração parece tão relevante que dispensa até uma referencia a certos aspectos intimos, como seriam as condições de saúde desses dois representantes da minoria que levaram até o fim a sua tarefa, no primeiro turno, sem olhar os proprios soffrimentos physicos. Bastará que se registre, nesse particular, que o honrado sr. Raul Pilla trabalhou toda a tarde de sexta-feira sob a incommoda pressão de 39 graus de febre.

Diga-se ainda, para terminar, que a Comissão não perdeu uma só vez que fosse o bom humor dos que realizam uma tarefa honesta e conscienciosa. Sob a direcção modelar do operoso e conciliador sr. Roque Degrazia; os membros da Comissão trabalharam sempre com a maior boa vontade e sem as consultas usuas ao relógio, em semelhantes reuniões.

Emfim, a Comissão Constitucional bem merece da opinião publica o reconhecimento de sua capacidade tecnica e intellectual, no todo de um singular desprendimento das mais elementares comodidades no trabalho, para realisação, dentro de um prazo escassissimo, de uma tarefa de tal vulto.

O JULGAMENTO PELO S. T. E. DAS ELEIÇÕES CLASSISTAS

RIO, 13 (A. B.) - A Comissão julgadora dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir.

Cumpra porém que se destaque aqui o aspecto sem duvida o mais culminante dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir.

AS CARTAS DE NAPOLEAO

Parisiense, em Londres, há pouco, 28 de maio de 1804. Naquelle occasião Napoleão se queixava de excessiva solidão...

Depois de discutido este ponto, que ficou resolvido definitivamente, os srs. Schusching e Mussolini trataram da politica que deverá ser desenvolvida pelos países aliados...

Este trabalho da Comissão, que conclui pela apresentação de um substitutivo, não será possivelmente uma obra perfeita, nem seria possível esperar-se isso no primeiro turno de uma lei de tamanha complexidade...

Os aspectos do regimento foram, ainda uma vez, discutidos antes do seu envio ao plenário.

Não haverá muita discussão, neste momento, o regimento interno, que forçou a utilização de um prazo tão reduzido para o trabalho da Comissão.

Foi melhor assim. Ao menos, já agora, lech a Comissão com que se recomende de modo mais impressionante ao pronunciamento da Assembléa, deante do espirito de sacrificio que a fez esquecer todas as comodidades e todas as exigencias para realisação de uma obra de estudo apurado.

Merece registro o trabalho apresentado pelo relator geral. O sr. Loureiro da Silva teve uma oportunidade, rara e feliz, para revelar a sua cultura juridica e a sua agulidade intellectual nos debates que realizou em nome da honra da Pátria.

Não é o sr. Mauricio Cardoso, pedem dizer que não são capazes de uma acção de tão alta envergadura no debate da materia constitucional, nem poderiam bem mais vasto, na Camara Federal, não haverá exagero em dizer que nos surpreendeu, quanto ao sr. Darcy Azambuja a solida cultura que revelou ali, ao lado de um espirito notavelmente equilibrado pelo bom senso, pela tolerancia e pela justa comprehensão de suas responsabilidades, dentro de tão delicados limites de acção.

Cumpra porém que se destaque aqui o aspecto sem duvida o mais culminante dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir.

Si grande e decisivo foi o desejo da maioria de concorrer com a "boa vontade" para "harmónisação" dos pontos de vista dos partidos que dividem a opinião politica no Estado, demorando sempre as soluções nas controversias, diando os debates e as votações quando havia possibilidade de encontrar-se uma formula satisfatoria, que fundisse num unico texto tudo quanto se pleiteava sobre um assumpto em deliberação, indo a maioria por vezes até além do maximo das concessões razoaveis, não menos valiosas, nem menos decisivas foi tambem a attitude superiormente orientada dos illustres representantes da minoria na Comissão.

Essa face moral da colaboração parece tão relevante que dispensa até uma referencia a certos aspectos intimos, como seriam as condições de saúde desses dois representantes da minoria que levaram até o fim a sua tarefa, no primeiro turno, sem olhar os proprios soffrimentos physicos. Bastará que se registre, nesse particular, que o honrado sr. Raul Pilla trabalhou toda a tarde de sexta-feira sob a incommoda pressão de 39 graus de febre.

Diga-se ainda, para terminar, que a Comissão não perdeu uma só vez que fosse o bom humor dos que realizam uma tarefa honesta e conscienciosa. Sob a direcção modelar do operoso e conciliador sr. Roque Degrazia; os membros da Comissão trabalharam sempre com a maior boa vontade e sem as consultas usuas ao relógio, em semelhantes reuniões.

A licença que será cedida ao chefe da Nação

RIO, 13 (A. B.) - A Camara Municipal, em sessão de hoje, discutiu o projecto de lei que autoriza o sr. Darcy Azambuja a exercer o cargo de chefe da Nação...

Depois de discutido este ponto, que ficou resolvido definitivamente, os srs. Schusching e Mussolini trataram da politica que deverá ser desenvolvida pelos países aliados...

13 DE MAIO

A Nova Republica publica hoje o seu numero 13. O numero 13 é o numero da liberdade e da justiça...

Depois de discutido este ponto, que ficou resolvido definitivamente, os srs. Schusching e Mussolini trataram da politica que deverá ser desenvolvida pelos países aliados...

Este trabalho da Comissão, que conclui pela apresentação de um substitutivo, não será possivelmente uma obra perfeita, nem seria possível esperar-se isso no primeiro turno de uma lei de tamanha complexidade...

Os aspectos do regimento foram, ainda uma vez, discutidos antes do seu envio ao plenário.

Não haverá muita discussão, neste momento, o regimento interno, que forçou a utilização de um prazo tão reduzido para o trabalho da Comissão.

Foi melhor assim. Ao menos, já agora, lech a Comissão com que se recomende de modo mais impressionante ao pronunciamento da Assembléa, deante do espirito de sacrificio que a fez esquecer todas as comodidades e todas as exigencias para realisação de uma obra de estudo apurado.

Merece registro o trabalho apresentado pelo relator geral. O sr. Loureiro da Silva teve uma oportunidade, rara e feliz, para revelar a sua cultura juridica e a sua agulidade intellectual nos debates que realizou em nome da honra da Pátria.

Não é o sr. Mauricio Cardoso, pedem dizer que não são capazes de uma acção de tão alta envergadura no debate da materia constitucional, nem poderiam bem mais vasto, na Camara Federal, não haverá exagero em dizer que nos surpreendeu, quanto ao sr. Darcy Azambuja a solida cultura que revelou ali, ao lado de um espirito notavelmente equilibrado pelo bom senso, pela tolerancia e pela justa comprehensão de suas responsabilidades, dentro de tão delicados limites de acção.

Cumpra porém que se destaque aqui o aspecto sem duvida o mais culminante dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir.

Si grande e decisivo foi o desejo da maioria de concorrer com a "boa vontade" para "harmónisação" dos pontos de vista dos partidos que dividem a opinião politica no Estado, demorando sempre as soluções nas controversias, diando os debates e as votações quando havia possibilidade de encontrar-se uma formula satisfatoria, que fundisse num unico texto tudo quanto se pleiteava sobre um assumpto em deliberação, indo a maioria por vezes até além do maximo das concessões razoaveis, não menos valiosas, nem menos decisivas foi tambem a attitude superiormente orientada dos illustres representantes da minoria na Comissão.

Essa face moral da colaboração parece tão relevante que dispensa até uma referencia a certos aspectos intimos, como seriam as condições de saúde desses dois representantes da minoria que levaram até o fim a sua tarefa, no primeiro turno, sem olhar os proprios soffrimentos physicos. Bastará que se registre, nesse particular, que o honrado sr. Raul Pilla trabalhou toda a tarde de sexta-feira sob a incommoda pressão de 39 graus de febre.

Diga-se ainda, para terminar, que a Comissão não perdeu uma só vez que fosse o bom humor dos que realizam uma tarefa honesta e conscienciosa. Sob a direcção modelar do operoso e conciliador sr. Roque Degrazia; os membros da Comissão trabalharam sempre com a maior boa vontade e sem as consultas usuas ao relógio, em semelhantes reuniões.

Fazendo a Constituição

HEITOR MODESTO

A Comissão Constitucional entregou hoje à Mesa, para ser impresso e distribuído em avulso na forma do regimento, o seu parecer sobre o ante projecto de constituição e as emendas apresentadas pelo plenário, em 1.ª discussão.

Este trabalho da Comissão, que conclui pela apresentação de um substitutivo, não será possivelmente uma obra perfeita, nem seria possível esperar-se isso no primeiro turno de uma lei de tamanha complexidade...

Os aspectos do regimento foram, ainda uma vez, discutidos antes do seu envio ao plenário.

Não haverá muita discussão, neste momento, o regimento interno, que forçou a utilização de um prazo tão reduzido para o trabalho da Comissão.

Foi melhor assim. Ao menos, já agora, lech a Comissão com que se recomende de modo mais impressionante ao pronunciamento da Assembléa, deante do espirito de sacrificio que a fez esquecer todas as comodidades e todas as exigencias para realisação de uma obra de estudo apurado.

Merece registro o trabalho apresentado pelo relator geral. O sr. Loureiro da Silva teve uma oportunidade, rara e feliz, para revelar a sua cultura juridica e a sua agulidade intellectual nos debates que realizou em nome da honra da Pátria.

Não é o sr. Mauricio Cardoso, pedem dizer que não são capazes de uma acção de tão alta envergadura no debate da materia constitucional, nem poderiam bem mais vasto, na Camara Federal, não haverá exagero em dizer que nos surpreendeu, quanto ao sr. Darcy Azambuja a solida cultura que revelou ali, ao lado de um espirito notavelmente equilibrado pelo bom senso, pela tolerancia e pela justa comprehensão de suas responsabilidades, dentro de tão delicados limites de acção.

Cumpra porém que se destaque aqui o aspecto sem duvida o mais culminante dos trabalhos da Comissão Constitucional, que circunstancias especiaes nos deram oportunidade de assistir.

Si grande e decisivo foi o desejo da maioria de concorrer com a "boa vontade" para "harmónisação" dos pontos de vista dos partidos que dividem a opinião politica no Estado, demorando sempre as soluções nas controversias, diando os debates e as votações quando havia possibilidade de encontrar-se uma formula satisfatoria, que fundisse num unico texto tudo quanto se pleiteava sobre um assumpto em deliberação, indo a maioria por vezes até além do maximo das concessões razoaveis, não menos valiosas, nem menos decisivas foi tambem a attitude superiormente orientada dos illustres representantes da minoria na Comissão.

Essa face moral da colaboração parece tão relevante que dispensa até uma referencia a certos aspectos intimos, como seriam as condições de saúde desses dois representantes da minoria que levaram até o fim a sua tarefa, no primeiro turno, sem olhar os proprios soffrimentos physicos. Bastará que se registre, nesse particular, que o honrado sr. Raul Pilla trabalhou toda a tarde de sexta-feira sob a incommoda pressão de 39 graus de febre.

Diga-se ainda, para terminar, que a Comissão não perdeu uma só vez que fosse o bom humor dos que realizam uma tarefa honesta e conscienciosa. Sob a direcção modelar do operoso e conciliador sr. Roque Degrazia; os membros da Comissão trabalharam sempre com a maior boa vontade e sem as consultas usuas ao relógio, em semelhantes reuniões.

Emfim, a Comissão Constitucional bem merece da opinião publica o reconhecimento de sua capacidade tecnica e intellectual, no todo de um singular desprendimento das mais elementares comodidades no trabalho, para realisação, dentro de um prazo escassissimo, de uma tarefa de tal vulto.

Heitor Modesto.

Quem contribue para a "SPAAN", ajuda nos pobres verdadeiros. Quem dá esmolas na rua, talvez esteja apenas protegendo falsos mendigos. — Inscrevei-vos, pois, na "SPAAN".







A Federação. Porto Alegre: 18 dez. 1937. p. 3.

**REPRODUÇÃO DE ARTIGO DE MOYSÉS VELLINHO:  
"CONTINUIDADE HISTÓRICA" (TEXTO AMPLIADO)**

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL – Rio de Janeiro.

# Continuidade Histórica

REPRODUZIMOS A SEGUIR UM ARTIGO DO SR. MOYSÉS VELLINHO CUJO PSEUDÔNIMO LITERÁRIO DE PAULO ARINOS TODOS OS JOVENS POETAS DO RIO GRANDE CONHECEM.

DA COMPARAÇÃO DESSA PAGINA DE ONTEM COM A SUA ATITUDE DE HOJE O PUBLICO 'PODERA' FAZER UMA IDEIA EXATA DO QUE SEJA A ELEGANCIA MENTAL DO DEPUTADO DISSIDENTE:

Nos dias sombrios da contra-revolução de São Paulo, eu tive oportunidade de afirmar, pela imprensa, que a clarevidencia e a energia com que o general Flores da Cunha resistira á pressão dos acontecimentos assegurou, não apenas a portentosa integridade geografica do Brasil, como tantas reconheciam e proclamavam, mas a própria continuidade historica do Rio Grande.

Os nossos canhestros guias politicos, esquecendo as inspirações da responsabilidade em que estavam investidos, tudo fizeram, naquele momento de ansiosa confusão, por arrancar-nos do nosso grande caminho e atira-nos numa aventura que seria o completo e irremediavel desbarato da nossa evolução politica.

Salvou-nos a heroica e providencial resistencia do general Flores da Cunha. Os acontecimentos, engendrados na sombra para consumarem a nossa ruine moral e politica, ele os jugulou no instante preciso, ele os forçou, imprevisivelmente, a tomarem o rumo dos supremos interesses do Rio Grande e do país.

O nosso passado civico, até 1930, se formava de uma só peça, inteira e harmonica, com uma significação que só se modificava para se tornar mais positiva e mais intensa no sentido de que unicamente o bem publico deve orientar a ação politica dos homens".

Ninguém ousará declarar, sem violação da verdade, que os dois velhos partidos polarizadores da epinio rio-grandense não estivessem em função da mesma causa superior, quando, manchados do sangue das lutas, peito contra peito, punham á mostra e á prova não apenas o rude antagonismo dos seus postulados sino a nobre e comovedora equivalencia do seu dinamismo civico.

As nossas duas organizações tradicionais, cuja pugnacidade tinha a virtude e a força de uma excepção no marasmo da politica nacional, serviam, nos seus ferozes entrecroques, á mesma finalidade: é que a predestinação do Rio Grande estava duramente condicionada á cruenta divisão dos seus filhos. No aspero fragor das lutas, no corpo a corpo sem treguas das idéias, é que havíamos de traçar, com o sangue do mesmo sacrificio, as indeleveis referencias de um roteiro que em suma era o mesmo!

Houve, porém, um momento em que os velhos contendores, publicamente iluminados, puderam perceber que em verdade os atalhos que percorriam eram paralelos e conduziam á mesma estrada real. Foi esse instante que gerou o milagre da frente unica!

Até então, e até outubro de 1930, a historia politica do Rio Grande é uma successão de episodios rigorosamente ordenados num sentido ascensional e progressivo. Caminhavamos, embora por trilhas diversas e aparentemente opos-

tas, para os mesmós impeloz is-legradores.

Foi assim até outubro de 1930.

DEPOIS...

**BASTE-NOS RECORDAR QUE HOUVE ALGUNS MAUS RIO-GRANDENSES QUE NÃO TIVERAM DÚVIDA EM FECHAR-SE AOS CONSELHOS DO BEM COMUM, INSURGINDO-SE CONTRA AS PRÓPRIAS CONQUISTAS MORAIS**



**DO RIO GRANDE UNIDO E PROCURANDO, POR TODOS OS MEIOS E MODOS, ATIRAR-NOS PARA TIRAZ, NUMA CONTRA-MARCHA PRECIPITADA E INFELIZ, QUE SERIA O MAIS CLAMOROSO ATENTADO A' INTEIREZA E A' DIGNIDADE DAS NOSTRAS TRADIÇÕES POLITICAS.**

O que aqueles homens propuzeram ao Rio Grande foi nem mais nem menos do que uma fuga coletiva, o abandono de um posto conquistado com sacrificio de san-

gue e de vidas, com honra e com bravura!

Pois foi nesse transe angustioso do nosso processo historico que avultou singularmente a figura do general Flores da Cunha.

Esse homem poderá ter cometido muitos erros na sua accidentada e luminosa existencia publica. Poderá errar ainda muitas vezes. Não importa. No instante em que, quasi sosinho na ação, quasi isolado na compreensão do momento, inteiramente abandonado pelo seu proprio chefe, aquele por quem sacrificara um irmão e por quem tantas vezes arriscára a propria vida, — no instante em que findor maximo do nosso passado, ergueu a espada e salvou da ruina e da miseria o patrimonio historico de um povo cioso dos seus rios, — nesse instante ele sobrepujou a propria contingencia humana, redimindo-se dos pecados que por ventura haja cometido e dos que, como homem que é, venha porventura a cometer.

Não sei de homem publico no Rio Grande que terá sido chamado pelo destino a desempenhar papel mais consideravel e mais grave em nossa intensa cronica politica do que o que coube ao general Flores da Cunha no momento em que estivemos a pique de perder a propria noção de nós mesmos.

Para não sossobrar nas ondas da desordem e não cevar-se na destruição de si mesmo, após a laboriosa intoxicação da opinião publica pelo falso iluminismo democratico de certos pregadores retardatarios, o Rio Grande precisava de um homem de bronze como tinha sido Julio de Castilhos.

Esse homem foi Flores da Cunha.

A maioria do Rio Grande não o esquecerá porque ele a salvou do naufragio e do oprobrio.

Paulo Arinos  
Da "A Federação", de 4 de Julho de 1933)

## A maioria da Camara Municipal de Santa Rosa deautoriza declarações do prefeito dali, sr. Oscar Germani

**"Afirmamos, perante o Rio Grande, que é aqui desconhecida qualquer organização de forças irregulares, bem como qualquer atentado á liberdade individual, ato ou ameaça contra o livre exercicio dos poderes municipais"**

Elementos os mais representativos da sociedade e das classes conservadoras de Santa Rosa, destacando-se, pelas responsabilidades com que arcam ante a opinião publica, varios vereadores municipais, a maioria mesma dos componentes do Legislativo daquele municipio, acabam de opôr formal desmentido á recentes declarações feitas á imprensa oposicionista desta capital pelo prefeito daquela comuna, sr. Oscar Germani que assegurou não haver ali tranquillidade nem segurança para a população e que, por isso, solicitou uma força ao comandante da 3.ª Região Militar.

Damos, em continuação, o protesto recebido, a proposito, pelo general Flores da Cunha contra as afirmativas do sr. Oscar Ger-

mani, que, filiado aos dissidentes, não teve duvidas em segalar o conhecido metodo destas, de alegar falta de garantias e inventar temores inexistentes e injustificaveis:

SANTA ROSA, 16 — A Comissão Directora do Partido Liberal deste municipio e a maioria dos vereadores municipais que este subscrevem receberam com a maior surpresa a noticia da attitude assumida pelo prefeito Oscar Germani, que a situação do municipio, onde reina a paz e a ordem, em nada absolutamente justifica. Afirmamos perante o Rio Grande que, á aqui desconhecida qualquer organização de forças irregulares, bem como atentado qualquer á liberdade individual, ato ou ameaça contra

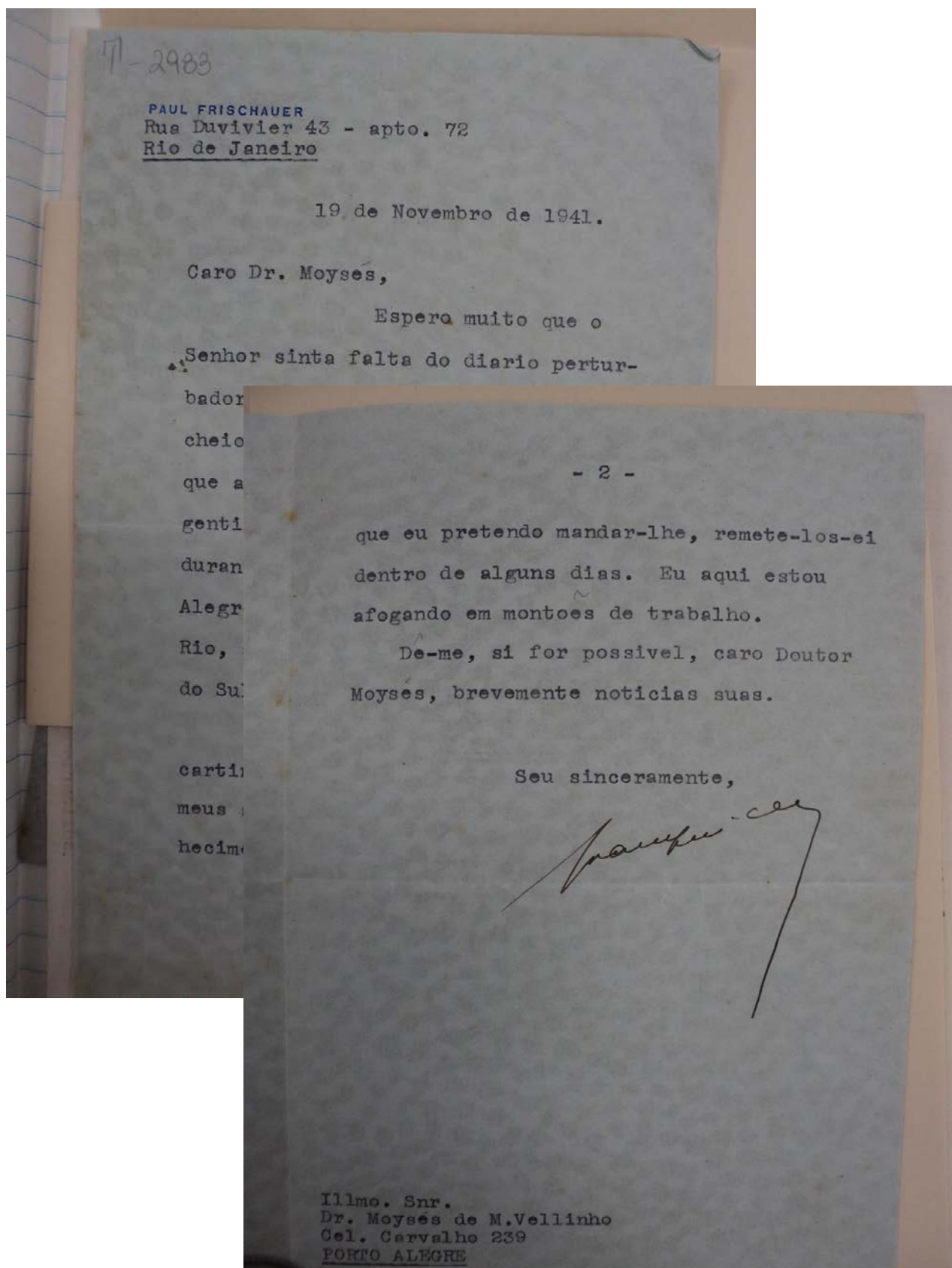


**ANEXO M - O MEDIADOR CULTURAL:  
CORRESPONDÊNCIAS COM INTELLECTUAIS**

Rio de Janeiro: 19 nov. 1941.

**CARTA DE PAUL FRISCHAUER A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

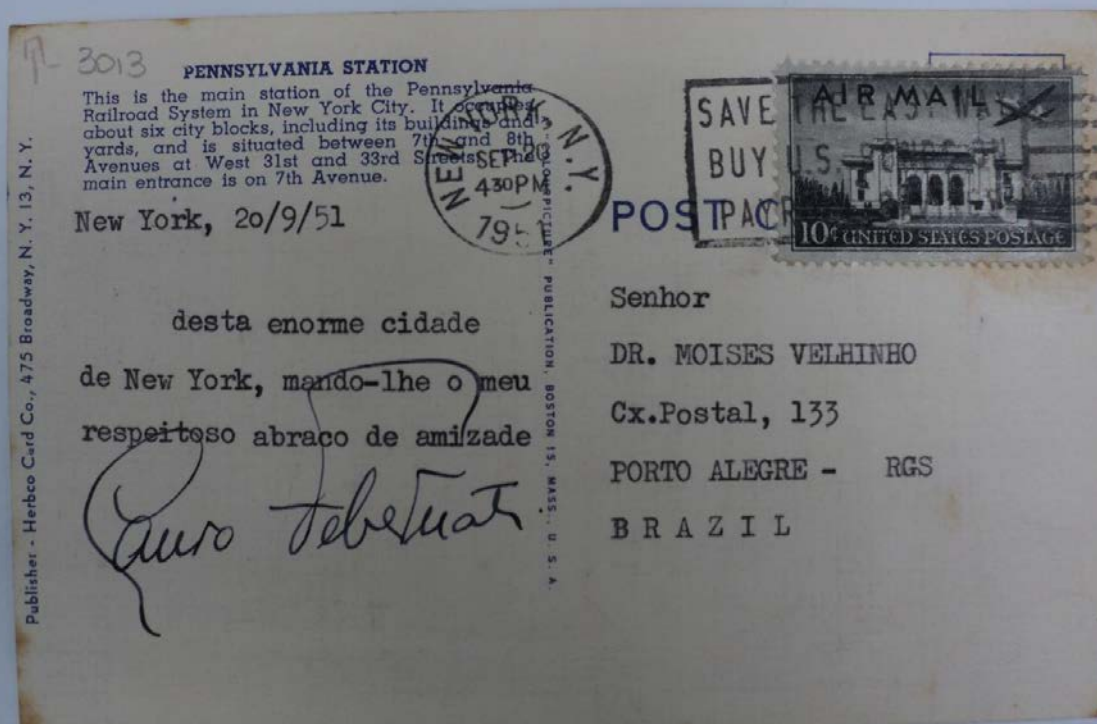
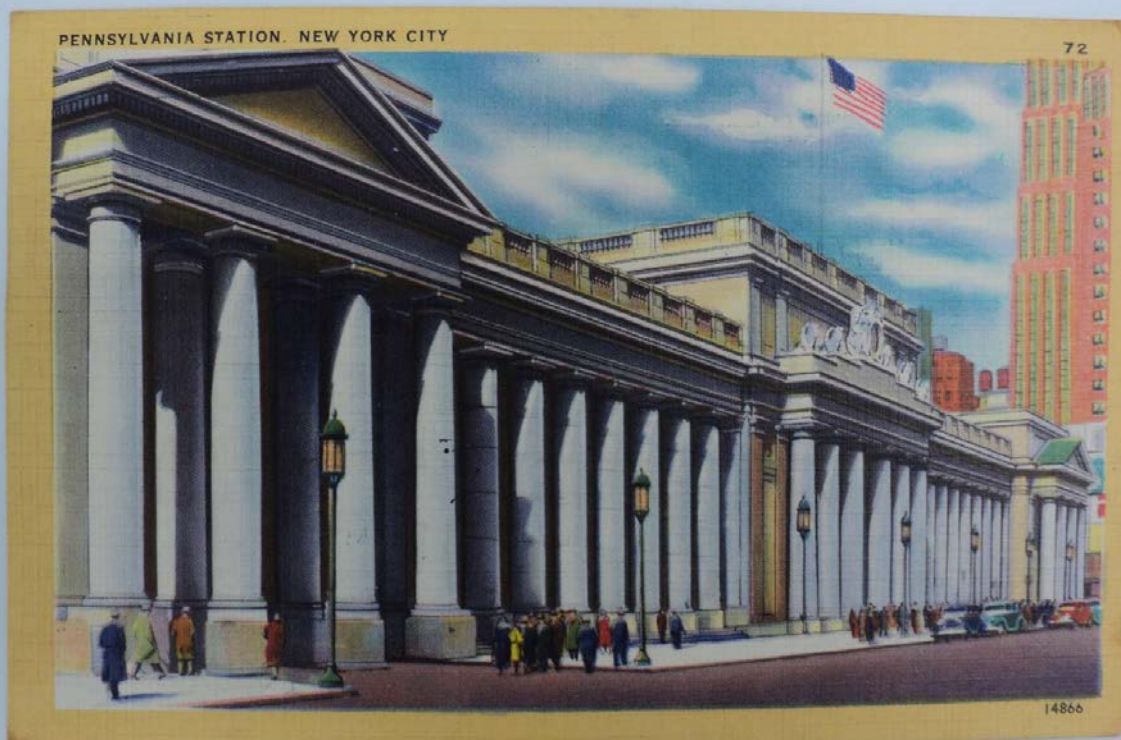




Nova Iorque: 20 set. 1951.

**CARTÃO POSTAL DE LAURO FEBERNATI A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





Rio de Janeiro: 3 fev. 1958.

**CARTA DE ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1958.

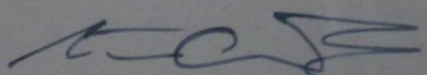
Meu caro Moysés Velinho,

Faz muitos anos que não nos encontramos. Em bora, acompanhado, pela "Província", a sua presença na vida intelectual' do país, presença sempre ativa e criadora.

Acabo de ler seu parecer sôbre o caso do São Sapê e agora mesmo seu artigo na "Revista Brasileira de Estudos Políticos", sôbre o gaúcho riograndense e o platino. Gostei muito de ambos, que me pareceram de uma evidência, de uma objetividade, nas apreciações e nas conclusões, que não pude conter-me e aqui estou. Não para dizer apenas que li e gostei. Mas para sugerir, permita-me a ousadia, que tudo aquilo seja transformado num livro sôbre a participação do Rio Grande no Brasil. Livro que ponha fim àquelas assertivas a que você se refere, incompreensões que precisam ter fim e através do qual fique perfeitamente positivado e esclarecido por que o Rio Grande é parte do Brasil e que tem feito êle como contribuição ao processo histórico do Brasil. Esse livro é necessário. E ninguém, como você, pode escrevê-lo, cheio de convicção, de poder de análise e de arte literária. Sim. Porque um livro dessa ordem tem de ser talhadona ma peça de boa linguagem. Os gaúchos falam bom português.

Mais uma vez, desculpe-me o atrevimento destas linhas, que são o fruto de um ímpeto consequente à leitura de suas páginas.

Sem mais, um abraço do

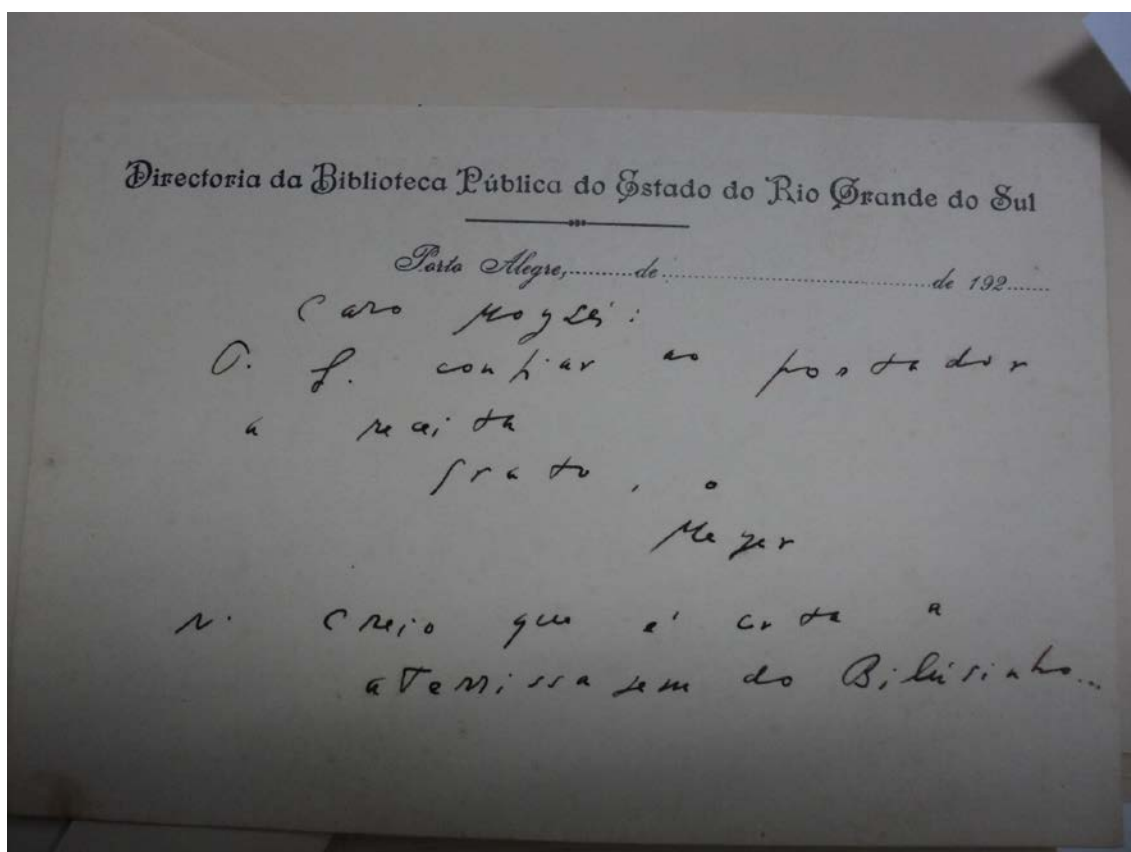
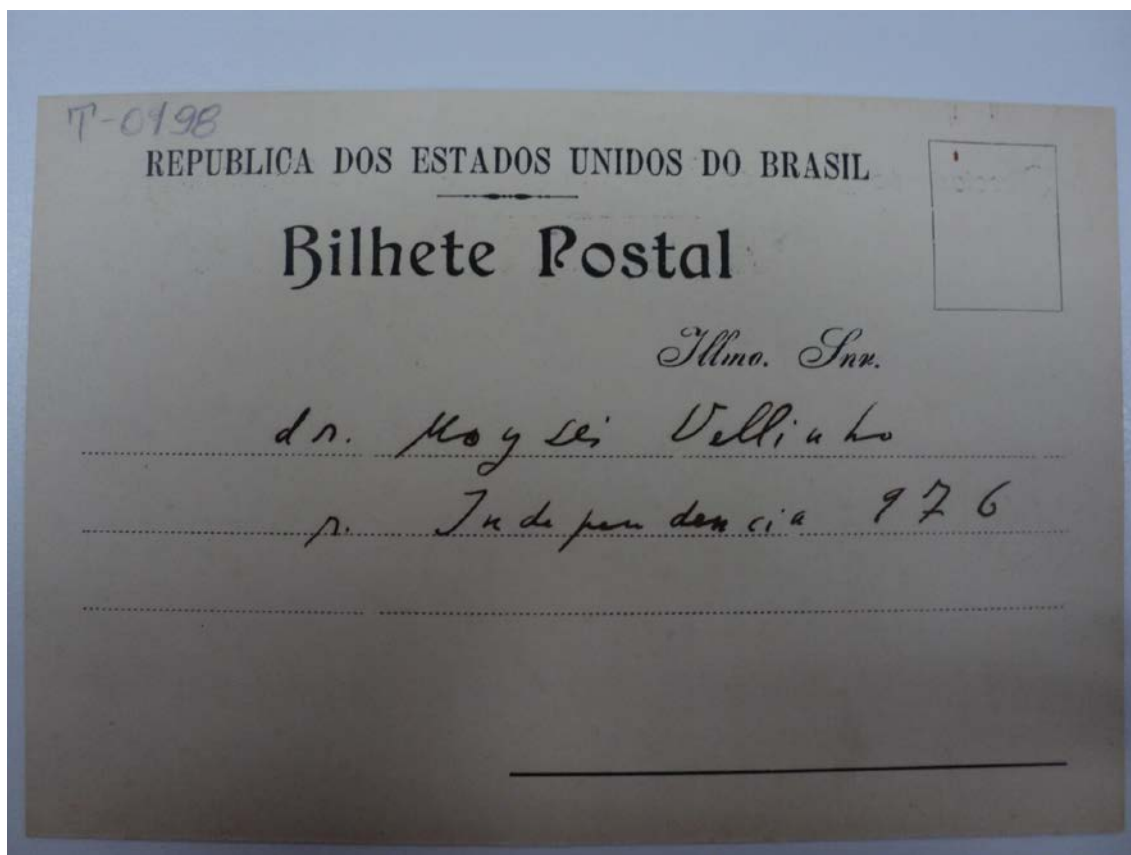
  
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



Porto Alegre: s.d.

**BILHETE POSTAL DE AUGUSTO MEYER A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

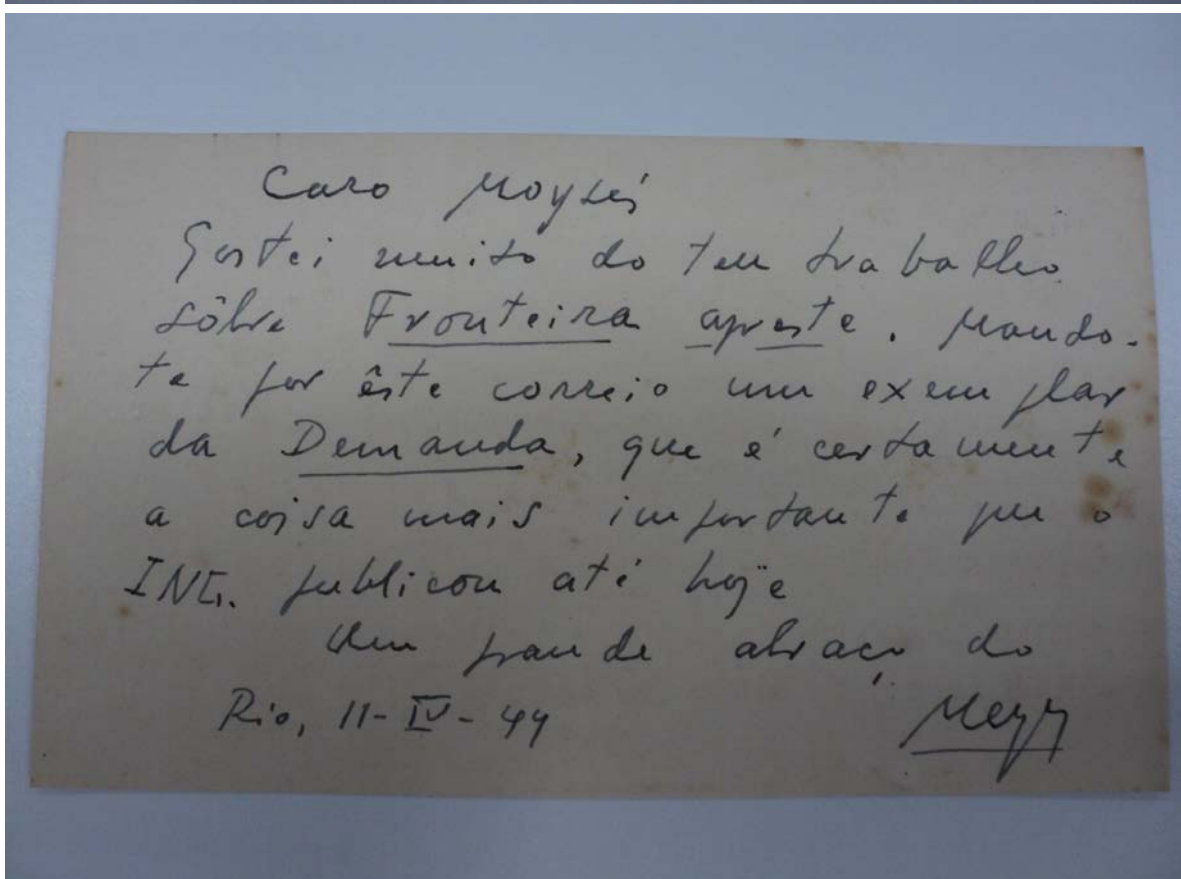
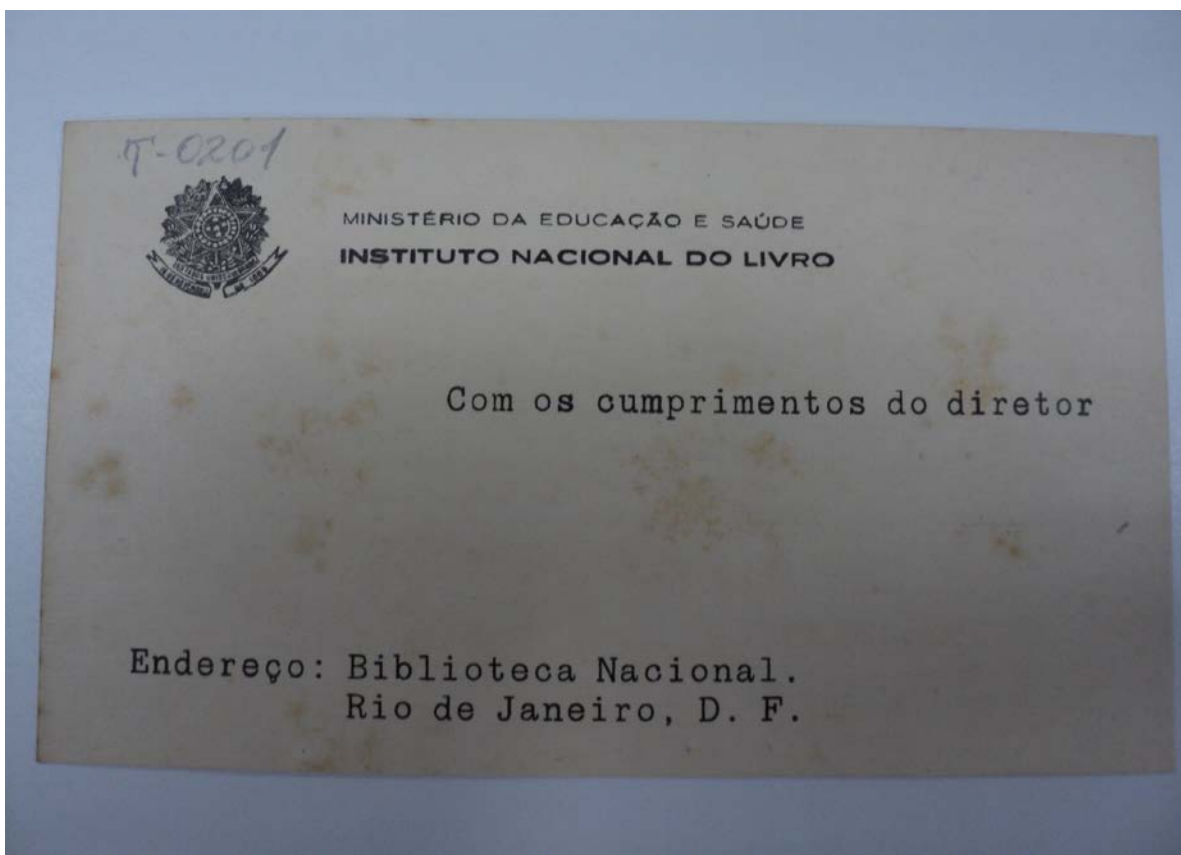




Rio de Janeiro: 11 abr. 1944.

**CORRESPONDÊNCIA DE AUGUSTO MEYER A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

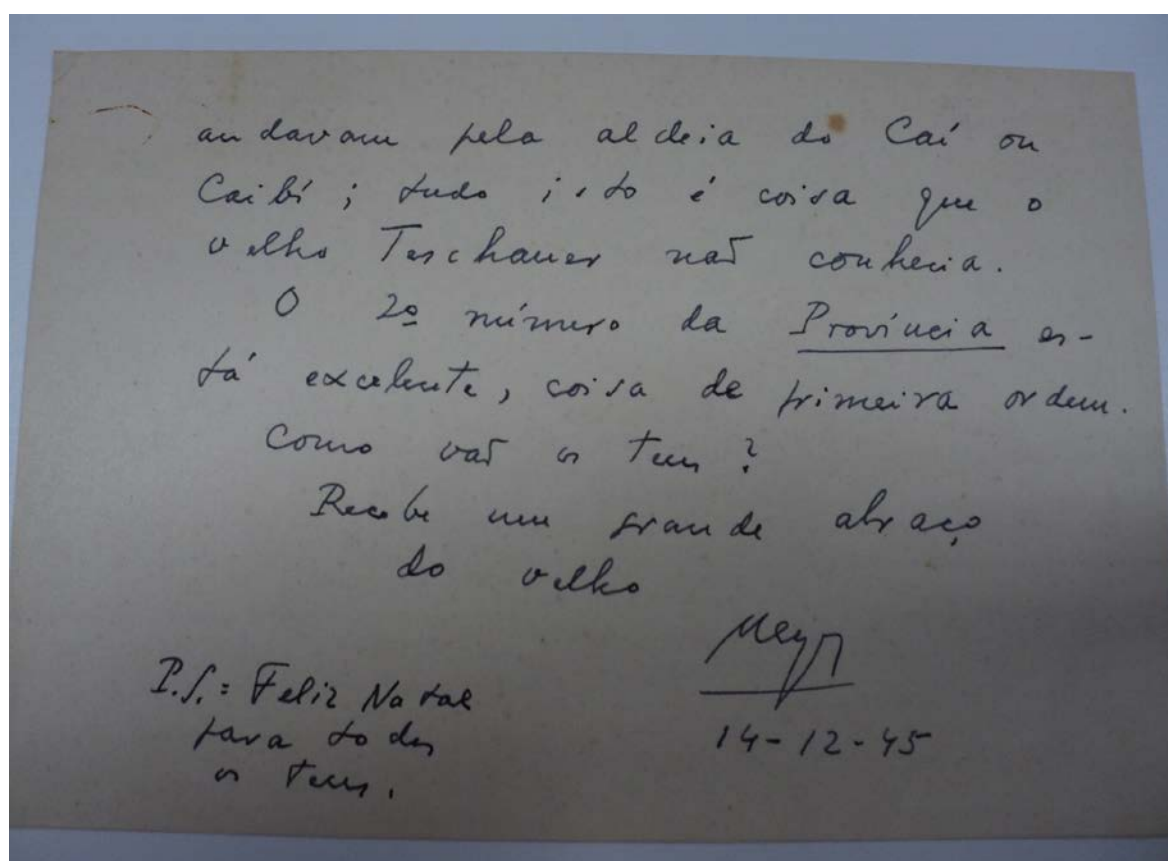
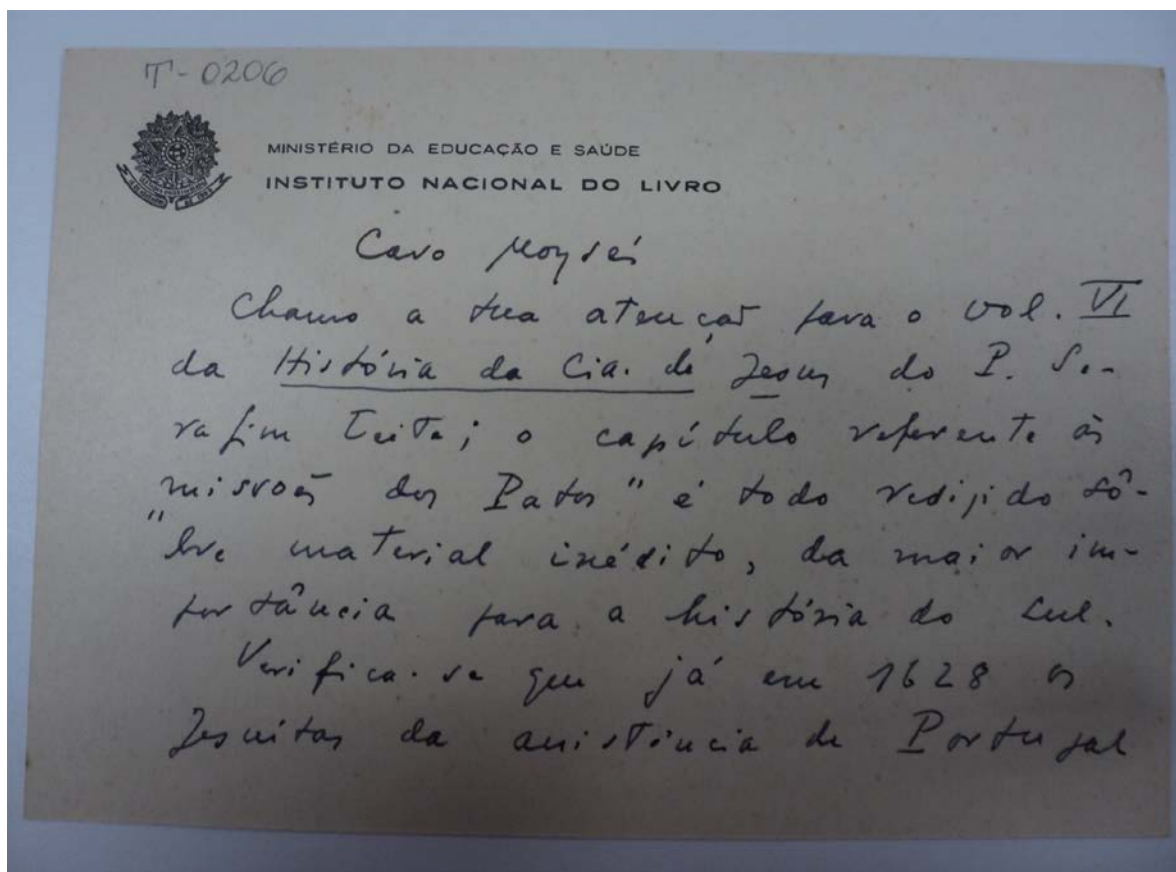




Rio de Janeiro: 14 dez. 1945.

**CORRESPONDÊNCIA DE AUGUSTO MEYER A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

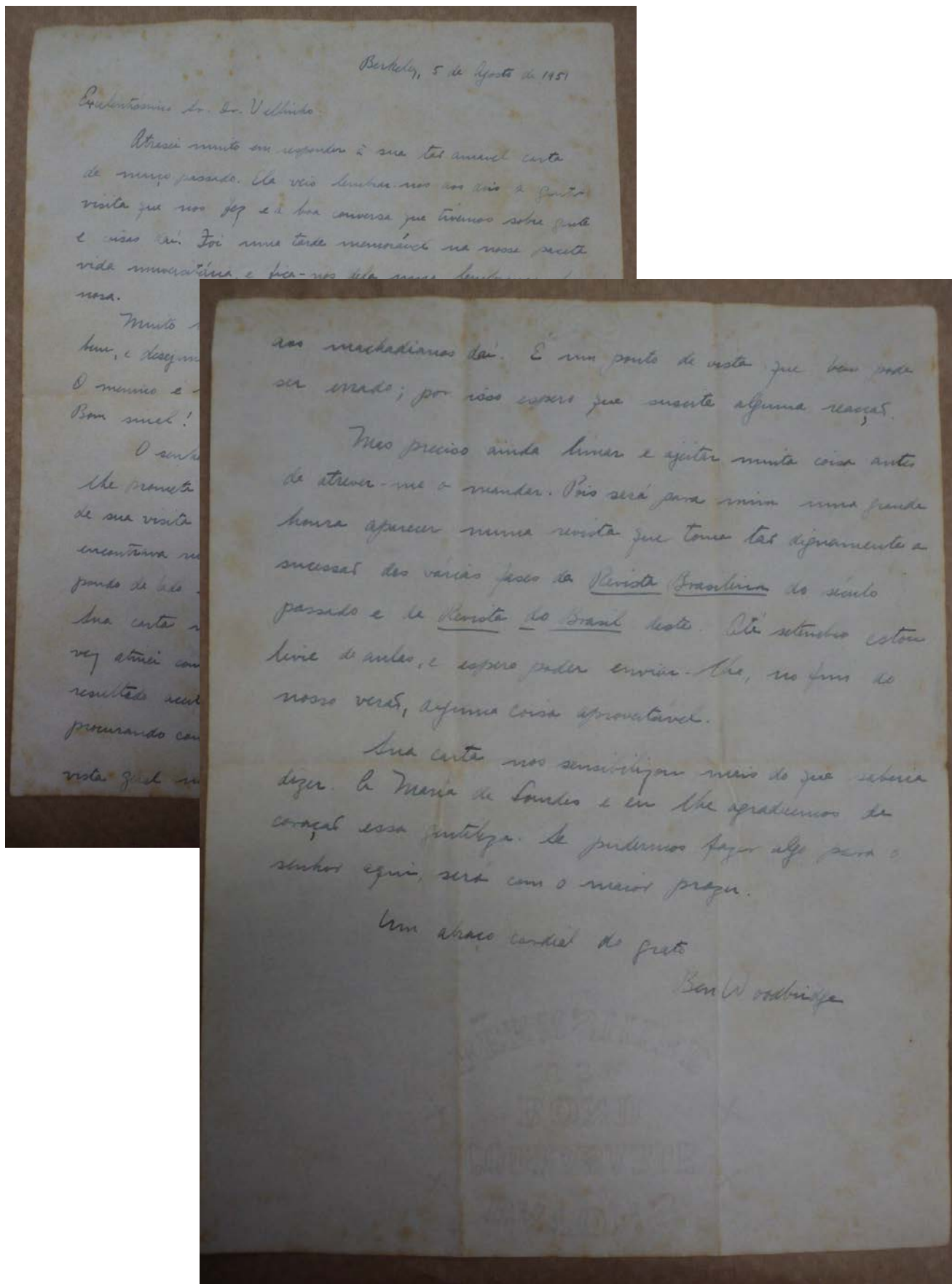




Berkeley: 5 ago. 1951.

**CARTA DE BENJAMIN WOODBRIDGE A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

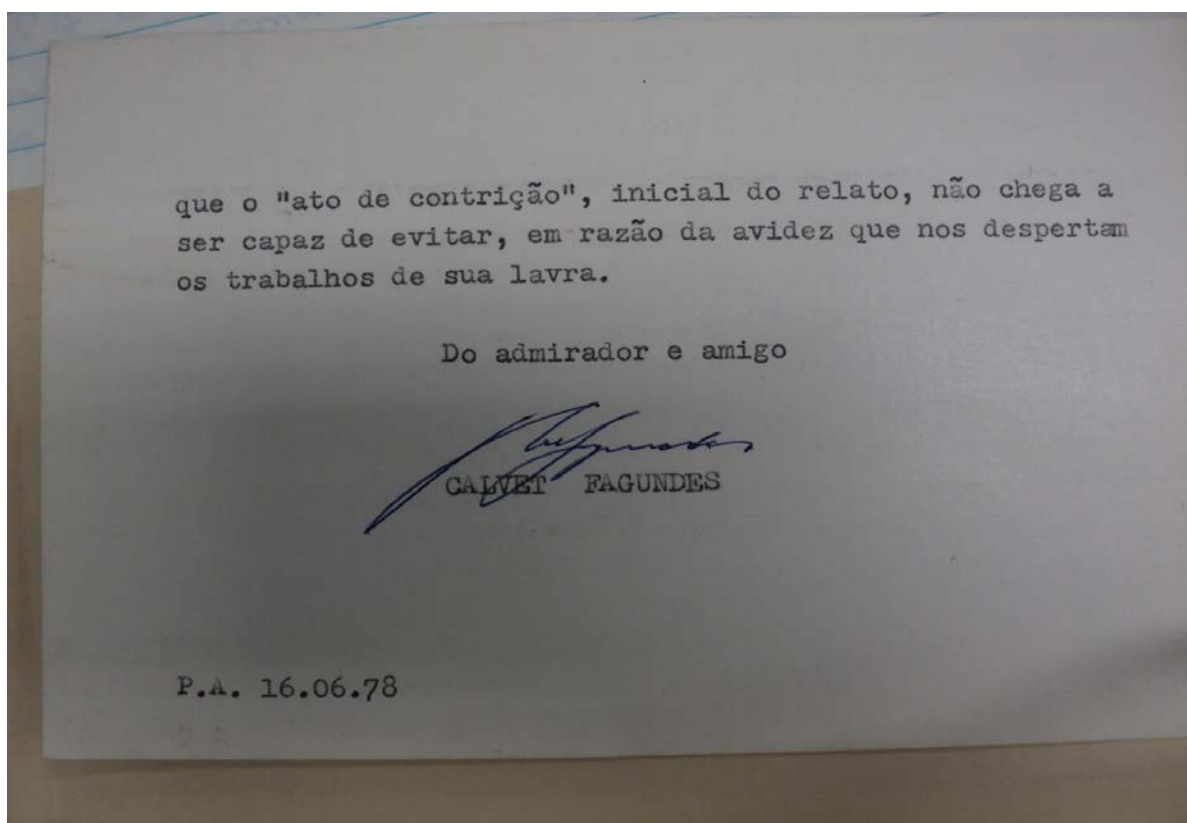
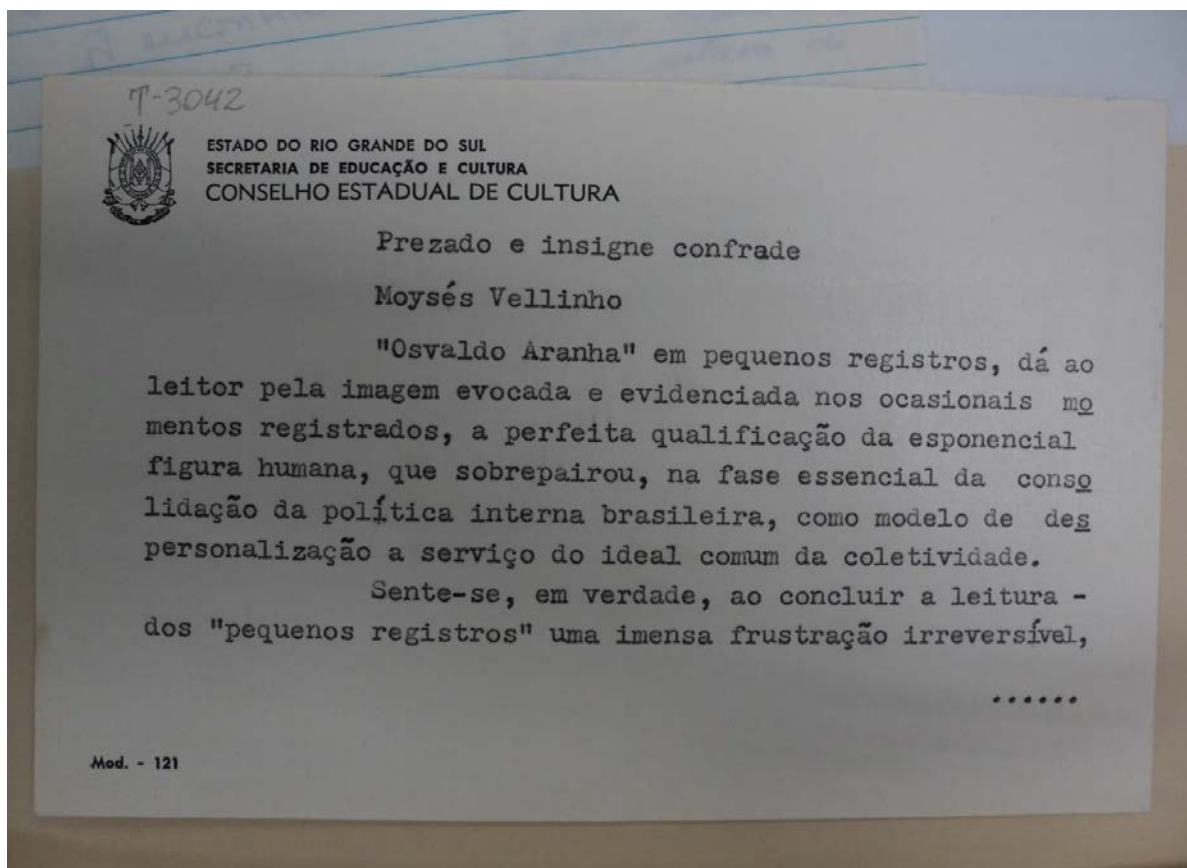




Porto Alegre: 16 jun. 1978.

**CORRESPONDÊNCIA DE CALVET FAGUNDES A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

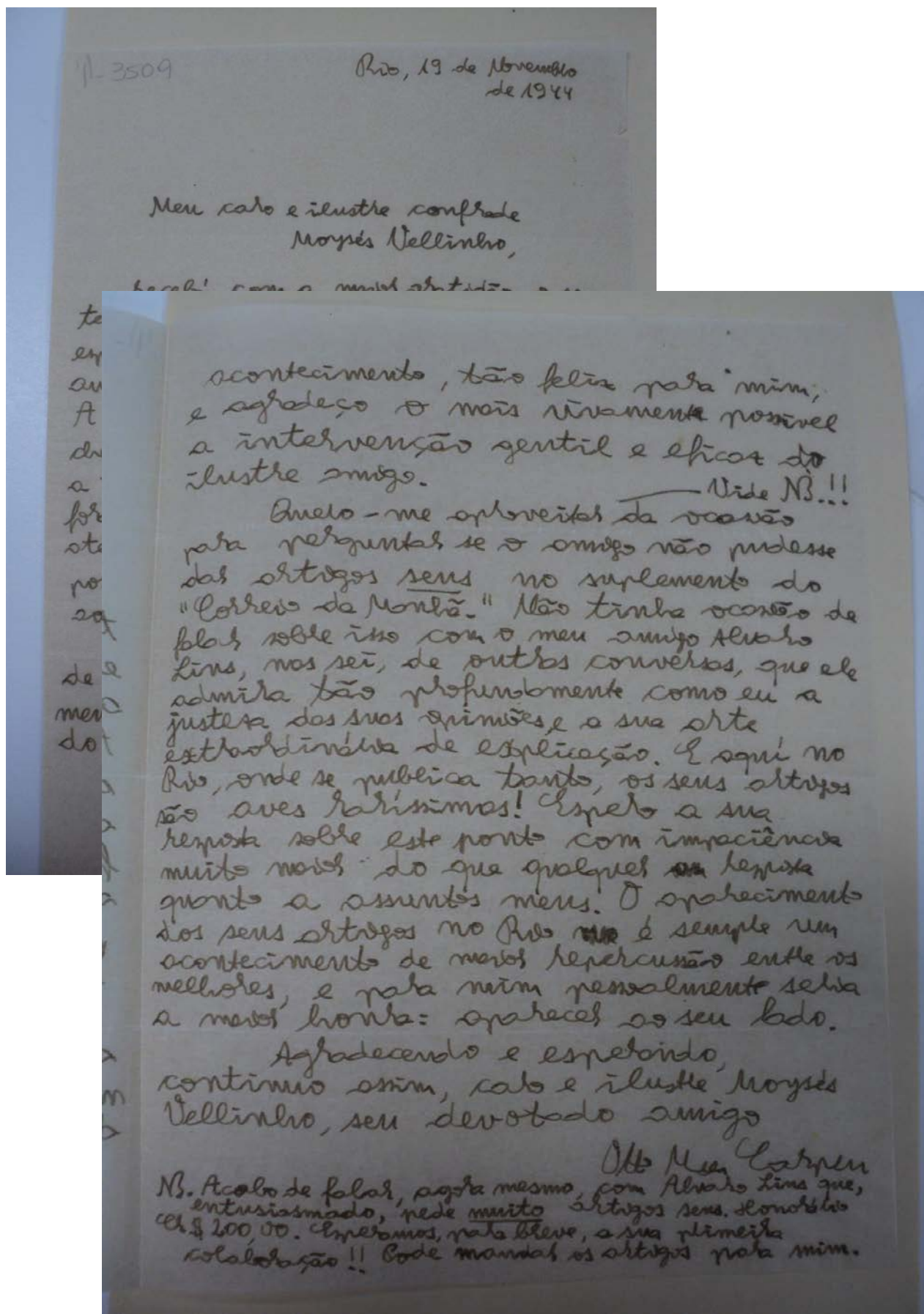




Rio de Janeiro: 19 nov. 1944.

**CARTA DE OTTO MARIA CARPEAUX A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





Porto Alegre: 8 set. 1952.

**CARTA DE MOYSÉS VELLINHO A CECÍLIA MEIRELLES**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

P. Alegre, 8 de setembro de 1952.

Minha prezada amiga  
Cecília Meireles,

LI e reli seus "Doze Noturnos da Holanda & O Aeronauta". Quanto mais me demoro na sua poesia, na de agora como na anterior, mais me convence de que, entre o pouco que vai ficar de muito que se tem produzido no Brasil sob o signo do modernismo, lá encontraremos a obra que V. vem realizando com uma seriedade a que infelizmente não estamos muito acostumados. Quanto aos seus últimos versos, não sei o que mais admirar neles: se a absoluta autonomia de pensamento, se a riqueza e autenticidade da substância poética que os anima, feita de emoções mal seguras sob a tensão de um verbo alerta e palpitante. Não sei o que mais dizer, por enquanto, em sinal de agradecimento pelo magnífico presente com que fui distinguido.

Quando é que nossa boa amiga vai honrar outra vez as páginas da "Província de São Pedro" com um novo punhado de poemas ou algum ensaio?

Seu velho amigo e admirador muito sincero

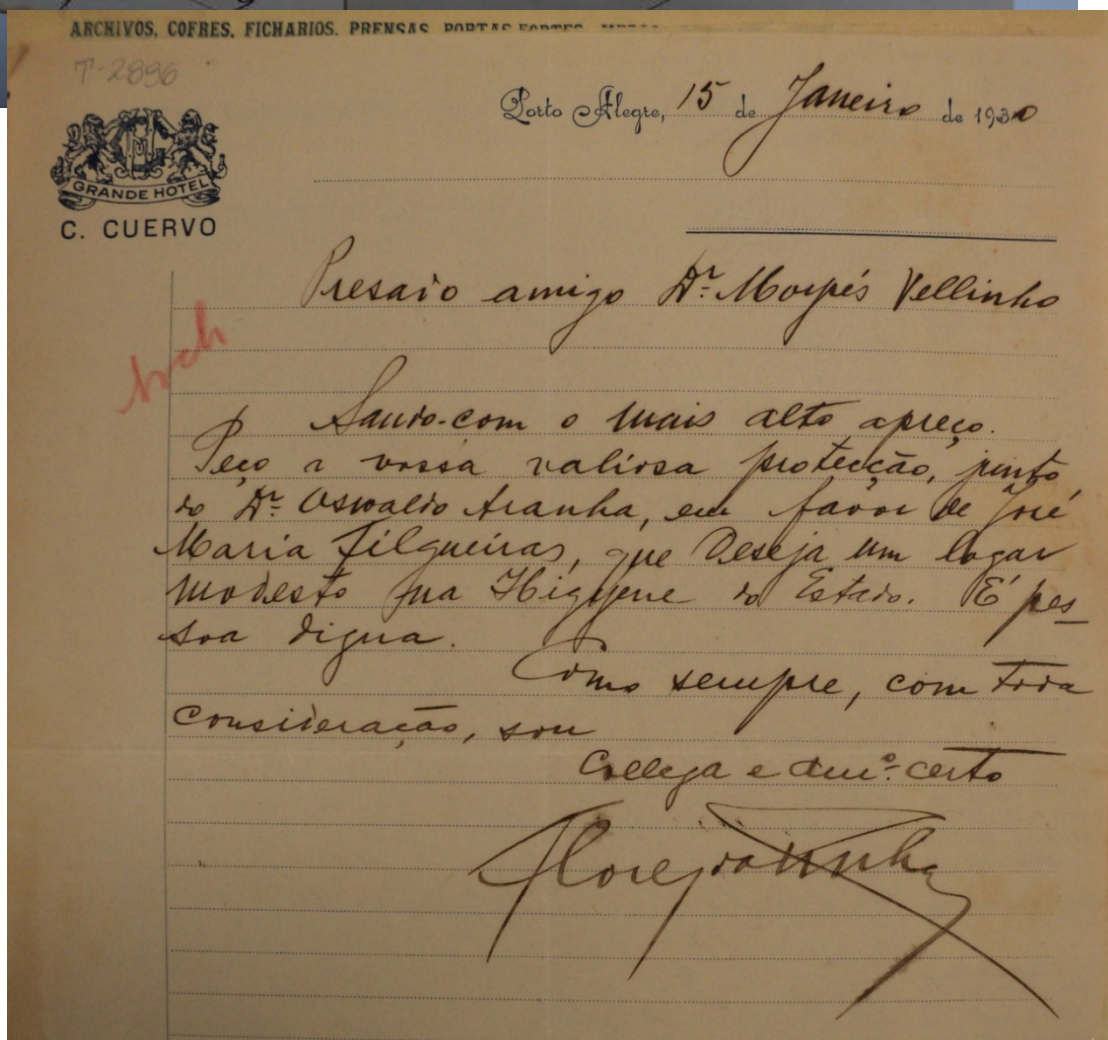
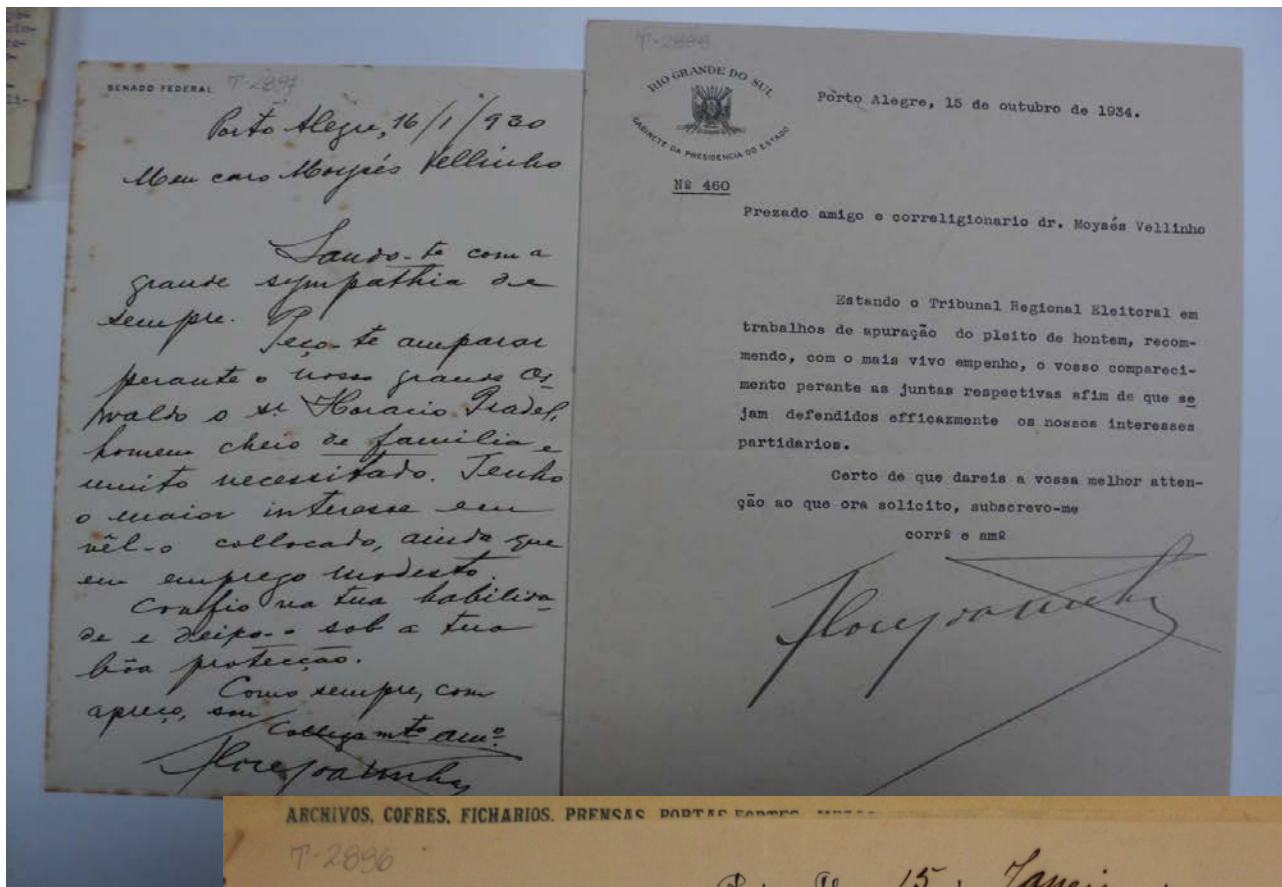
André Puentes, 239.



Porto Alegre: 15 jan. 1930/16 jan. 1930/18 out. 1934.

**CORRESPONDÊNCIAS DE FLORES DA CUNHA A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





Porto Alegre: 3 jul. 1958.

**CARTA DE MOYSÉS VELLINHO AO PROF. ELYSEU PAGLIOLI**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

17-0257

Porto Alegre, 3 de julho de 1958.

Prezado amigo  
Prof. Elyseu Paglioli

Atento aos problemas culturais do nosso Estado, é como quem cumpre um dever  ~~muito grato~~ que venho trazer ao eminente amigo as minhas mais vivas congratulações pela recente resolução da colenda Congregação da Universidade do Rio Grande do Sul ao propor, pelo voto unânime de seus membros, a recondução do ilustre patricio ao honroso cargo de Reitor da mais alta instituição de cultura do Rio Grande.

Os votos que acabam de lhe ser dados sem uma só discordância vêm consagrar uma obra e uma administração que, pelo seu vulto e eficiência, ergueram a nossa Universidade, em poucos anos, a um padrão de invulgar relevo no panorama nacional do ensino superior.

Graças à exemplar operosidade e clarividência de sua gestão, secundada de perto pela solidariedade e aplauso de quantos vêm na elevação e dignificação do nível universitário um bem de que todos são quinhoneiros, a URGS <sup>encarna</sup> um ~~alto~~ <sup>excepcional</sup> título de orgulho não só para o Rio Grande do Sul, como para o Brasil. Em verdade, o complexo universitário cresceu tanto sob a sua <sup>gestão</sup> ~~dinâmica~~ <sup>compreensiva</sup>, e ~~compreensiva~~, que passou a ser o centro catalisador de parte considerável da vida científica, cultural e até social da capital rio-grandense e do ~~nosso~~ <sup>do Rio Grande</sup> Estado.

Creia o ilustre patricio e amigo <sup>de</sup> ~~vê~~ <sup>no</sup> eloquente pronunciamento da Congregação a medida <sup>de</sup> seu próprio entusiasmo pelas fecundas realizações, muitas terminadas, outras <sup>em</sup> ~~vem~~ <sup>em</sup> curso, de sua incansável, de sua exemplar administração.

Receba, com o meu abraço, <sup>de</sup> ~~as~~ <sup>de</sup> expressões mais sinceras de meu apreço e admiração.

Moysés Vellinho



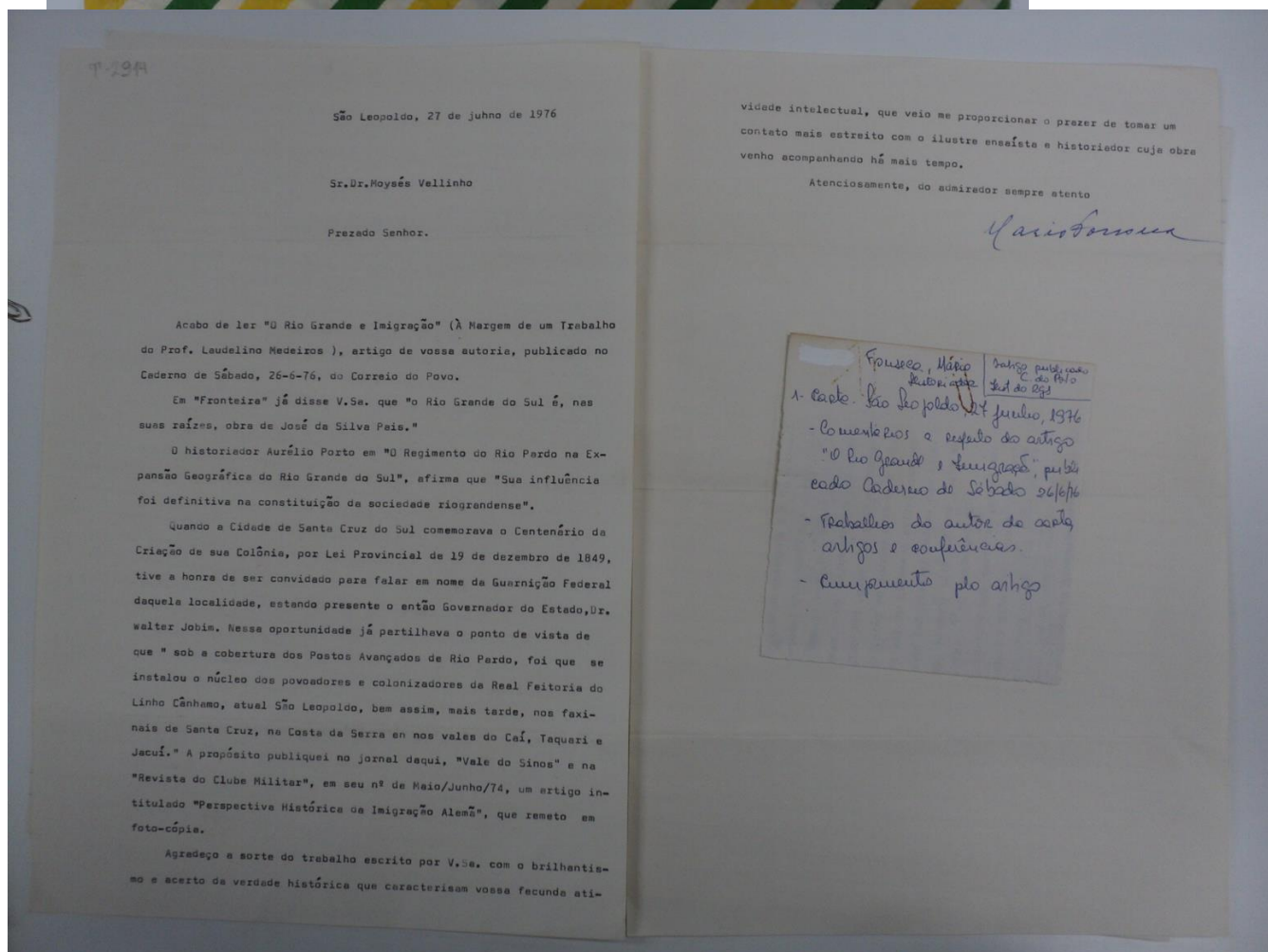
Rio de Janeiro: 23 dez. 1957.

**CORRESPONDÊNCIA  
DE EURICO NOGUEIRA FRANÇA A MOYSÉS VELLINHO**

São Leopoldo: 27 jun. 1976

**CARTA DE MÁRIO FONSECA A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





São Paulo: 24 mar. 1949.

**CARTA DE FIDELINO DE FIGUEIREDO A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

17-3003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
Caixa Postal: 105-B  
SÃO PAULO

São Paulo, 24 de Março de 1949,  
Exmo. Sr. Dr. MOYSÉS VELLINHO,  
Director da PROVINCIA DE SÃO PEDRO,  
P o r t o A l e g r e.

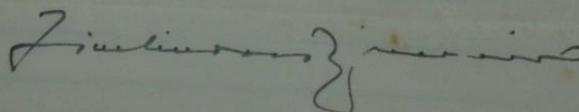
Meu prezado e illustre confrade: De acôrdo com a sua carta gentil, de 16 do corrente, inclúo nesta o original da segunda parte do ensaio sobre a falsificação da cultura. Com essa pequena differença de titulo será perfeitamente legitima a publicação em dois numeros diversos.

Terei muito prazer em remetter a V.S. algum trabalho inedito e especialmente destinado á sua revista, cuja austeridade ha muito me impressionára. Nem pela cabeça me passára cobrar honorarios por essa pobre collaboraçã. Mas depois do que V. S. me diz, não me atrevo a recusar, não sómente porque seria descortesia, mas tambem porque me acode á memoria a norma que me ensinaram no serviço militar: é grave indisciplina deixar de levantar o pret e o rancho. Com os cobritos da "falsificação da cultura" poderei offerecer um ramo de flores authenticas a minha mulher, em nome da Provincia de São Pedro.

Pelo correio maritimo expeço hoje outro exemplar dos tomos 4º. e 5º. do boletim Letras, do meu departamento, só dois, porque já não ha exemplares dos anteriores.

Muito grato ás suas atenções, apresento-lhe os meus cumprimentos de distincta consideração e cordial sympathia:

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

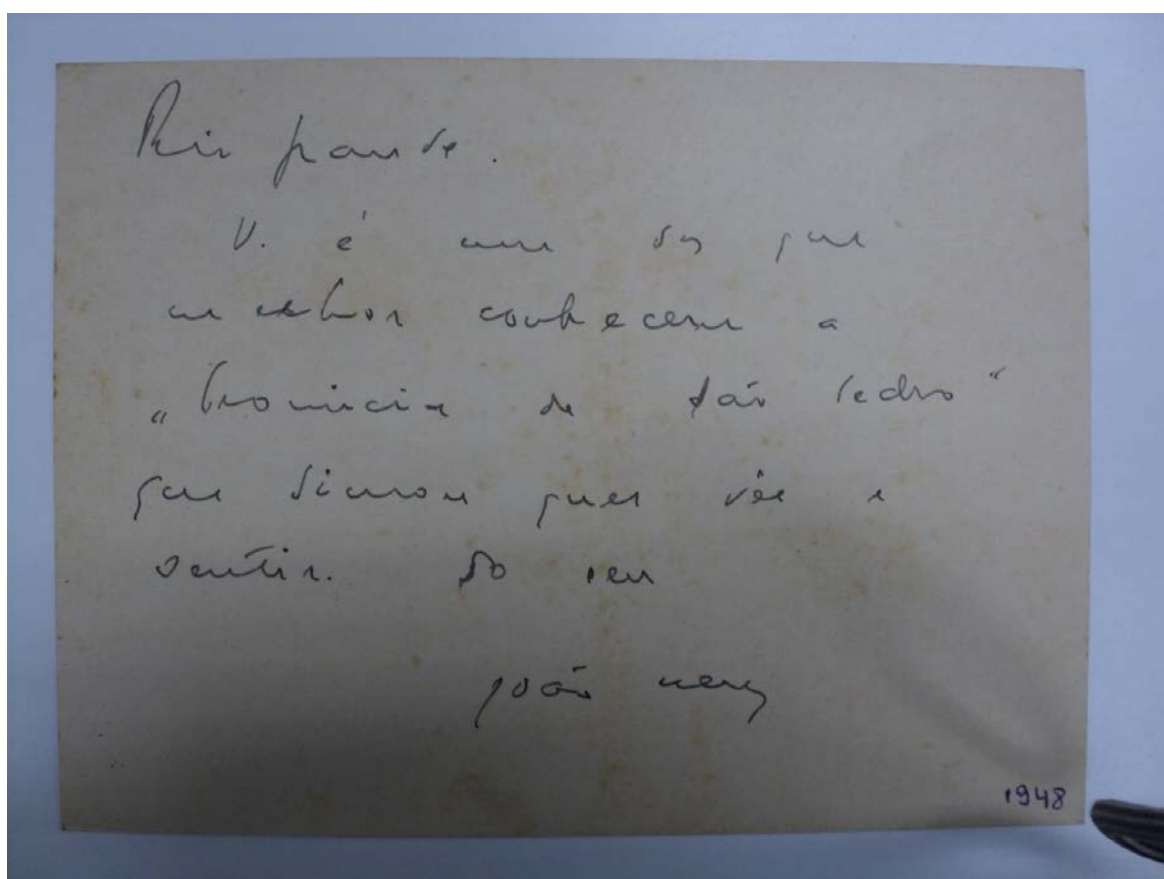
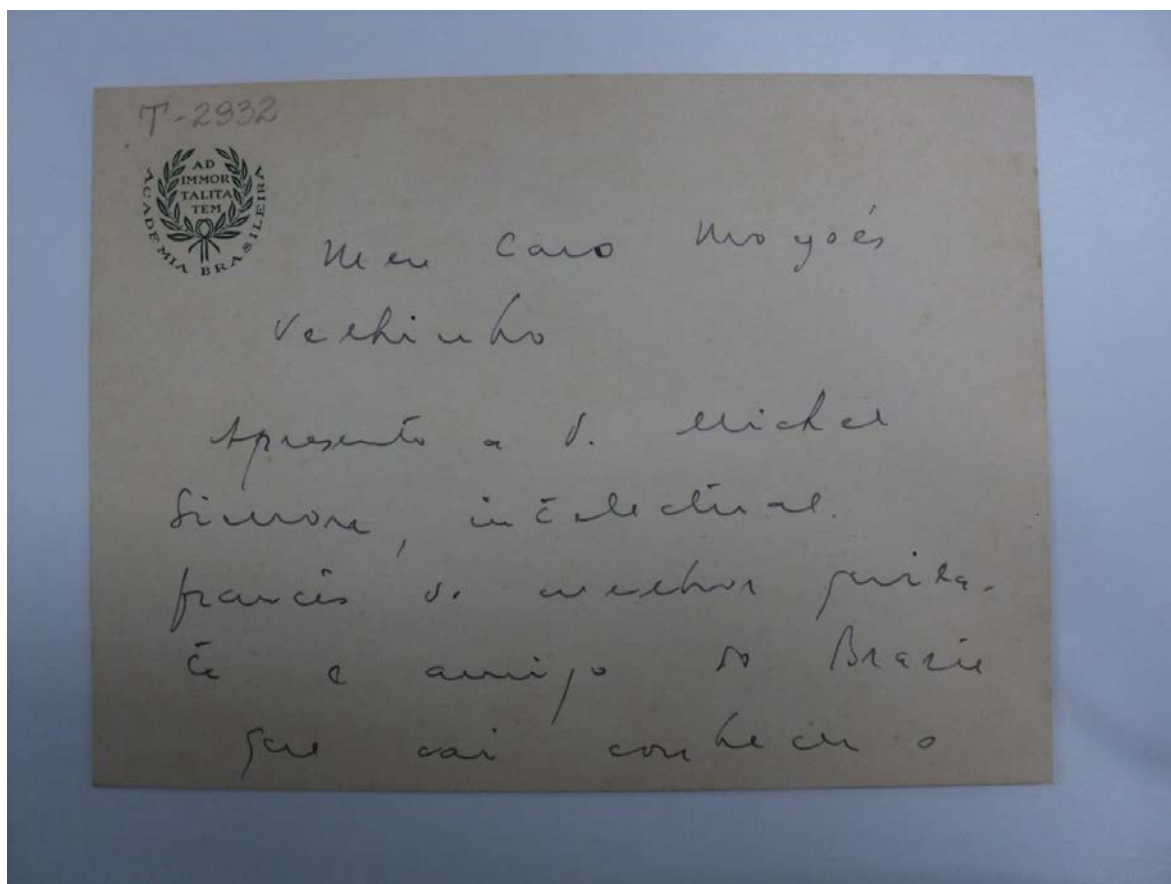




Rio de Janeiro: 1948.

**CARTA DE JOÃO NEVES DA FONTOURA A MOYSÉS VELLINHO - I**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





Lisboa: 30 set. 1975.

**CARTA DE JOÃO NEVES DA FONTOURA A MOYSÉS VELLINHO - II**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Lisboa, 30. 9. 75 P-2920

Amigo caro e ilustre amigo  
Dr. Moysés Vellinho.

Saúde.

Acabo de receber, em gene-  
ração dedicatoria, seu último livro  
FRONTEIRA.

Como os anteriores, terá sido  
opleno o prazer de lê-lo, com prin-  
cipalmente, muito apreço sobre

a nossa formação histórica.

No mais, aflição está a  
presenciar a deterioração social, po-  
lítica e económica de um país  
que tanto amamos.

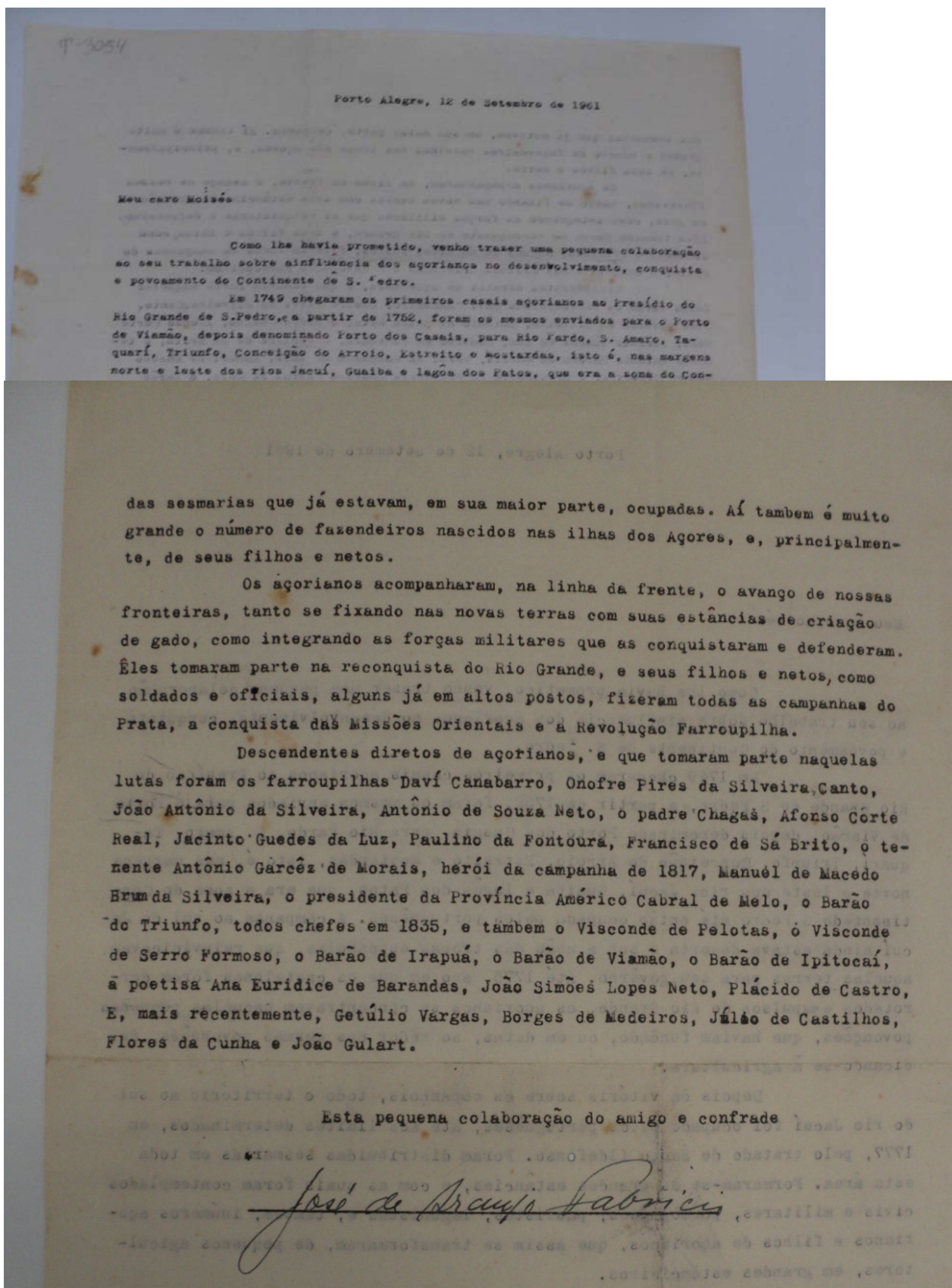
Acerte, com meus agrade-  
cimentos, o meu mais cordial  
abraço.

Fontoura

Porto Alegre: 12 set. 1961.

**CARTA DE JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.





## CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ GODOY GARCIA A MOYSÉS VELLINHO

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

7-0912

Sr. Moisés Vellinho

Recebi sua carta. Compreendi a sua intenção, que é a de um mestre ajudando e incentivando. Sei perfeitamente até onde vai a qualidade de minha poesia e daí prá frente o ilustre crítico ajudou no propósito de dar esperança e sobretudo confiança nesta nossa necessidade de escrever; o resto, o que transbordou na sua rápida carta a mim dirigida, foi o ponto de vista de um mestre: a dignificação da poesia ou "qualquer manifestação de arte" - seja o que for - mas a seriedade e o carinho para com a criação artística, que é a mais alta forma de aproximação humana, de fraternidade.

Devo dizer que depois de tudo me chocou a idéia de ter que mandar fotografia e os traços biográficos. Isto acontece ou deve acontecer sempre com um novato, nessas humilhaçõeszinhas comoventes. No fundo eu tinha a valentia de não mandar, ia dar uma desculpa. Mas depois compreendi a literatura que isto significava. De fato o problema de retrato e da biografia é uma caída muito brusca num fôssco e as poucas saídas existentes salvam, mas salvam sem heroísmo, sem nada. O melhor é mandar tudo, retrato e traços biográficos, isto tem mais de atitude comum e olhando pelo lado da humildade, é humildade, e, embora não sermos humildes, somos capazes de gestos assim.

Falei com os meus companheiros daqui de Goiaz prá mandarem também as coisas deles para a "Província de São Pedro". Aqui tem muita gente que faz poesia, contos, etc. Bernardo Ellis, o autor de "Irmos e Gerais", é esse que anda perrengue por-que aqui não tem onde se publicar nada e ele vive num marasmo.

Meus traços biográficos: Nasci aqui em Goiaz, na cidade de Jataí, Sudoeste do mesmo Estado, nas proximidades do Córrego do Sapão Pais: Pedro Garcia de Freitas e Allacina Godoy Garcia.

Criado por minha avó, juntamente com seis irmãos, pois perdi os meus pais logo cedo. Minha avó se chama Dona Maria Rita Guimarães e era uma mineira daquelas! Morreu o mez passado contrariada com a política depois de ter criado mais de vinte filhos dos outros e mais tantos seus. Até aos 24 anos nunca fiz nada na vida. Analfabeto. Só boa vida. ~~Demais~~ Tinha enção de poesia. Depois peguei Mário de Andrade e os modernistas melhores. Vivi três anos em Minas Gerais (Uberlândia), três anos em Vila Boa, antiga Capital do Estado de Goiaz, ano e meio no Rio, dois anos e meio em Goiânia, novamente dois anos e meio no Rio, novamente tres anos e meio em Goiânia, onde atualmente resido. Pome, doenças, desemprego, vagalume de cinema, garçon, agente de polícia, agente de publicidade, e atualmente 5º ano da Faculdade de Direito de Goiaz, infelizmente. Empregado público durante o Estado Novo, demitido por escrever contra o regime (único orgulho). Anton Tchecov, o admiravel escritor russo deu á minha compreensão da vida uma mais sentida e humana visão. Sou membro da ABDE, seção de Goiaz, e é só.

Isto aqui é para o senhor retirar daí o que desejar. Quanto á remessa de outros poemas, é facil faze-lo, pois tenho-os em quantidade. Não sei quais os poemas que lhe enviei, de maneira que pode ser que eu mande em duplicata.

Com os respeitos de

José Godoy Garcia

Rua Sete, nº 7.

TENHO UM LIVRO: "Rio do Sono". Já devia estar publicado há mais de 2 anos. Deve ser publicado pela "Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos", da Prefeitura de Goiânia. Mas esses Prefeitos são umas feridas.

Rio de Janeiro: 23 jun. 1975.

**CORRESPONDÊNCIA DE RAYMUNDO FAORO A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Faoro, Raymundo - jurista  
1- Cartão - 1 Rio, 23, junho, 1975

- Agradece "Fronteira"  
Elogios a MV: "... elegante escritor &  
há muito admirador, escritor e historiador  
dos dos + argutos nesse difícil arte."

T-3037

**RAYMUNDO FAORO**

Rio, 23.06.75

Prezado e Ilustre Moysés Vellinho

Muito grato pelo seu  
pelo Fronteira, do elegante escritor que  
há muito admirador, escritor e historiador  
dos mais argutos nesse difícil arte. Grato  
sobretudo por se haver lembrado do  
seu velho amigo. U. dec. do  
Raymundo Faoro



Porto Alegre: 25 jun. 1953.

**CORRESPONDÊNCIA DE MOYSÉS VELLINHO AO DEPUTADO RAUL PILLA**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

17-0260

P. Alegre, 25 de junho de 1953.

Ilustre amigo  
Deputado Raul Pilla:

Escrevo-lhe com algum atraso, mas seria pior se por esta falta eu me julgasse dispensado de trazer ao eminente patriótico meu abraço de congratulações pelo extraordinário avanço que o ideal parlamentarista acaba de conquistar em duas sessões memoráveis da Câmara dos Deputados. Aí está a prova de que sua lha pregação finalmente começa a acordar o deserto. Tal milagre se deve sobretudo à maneira exemplar como tem sido conduzida a sua campanha - "sua" até ontem, mas já agora de uma maioria que é um prenúncio de vitória.

Extraviados nos descaminhos de um regime que veio quebrar, em 91, por <sup>antes de</sup> uma funesta distração dos constituintes, a laboriosa parábola da nossa evolução política, estou hoje literalmente convencido de que só o retorno ao parlamentarismo poderá nos devolver à consciência da nossa vocação democrática e ao pleno rendimento das instituições republicanas.

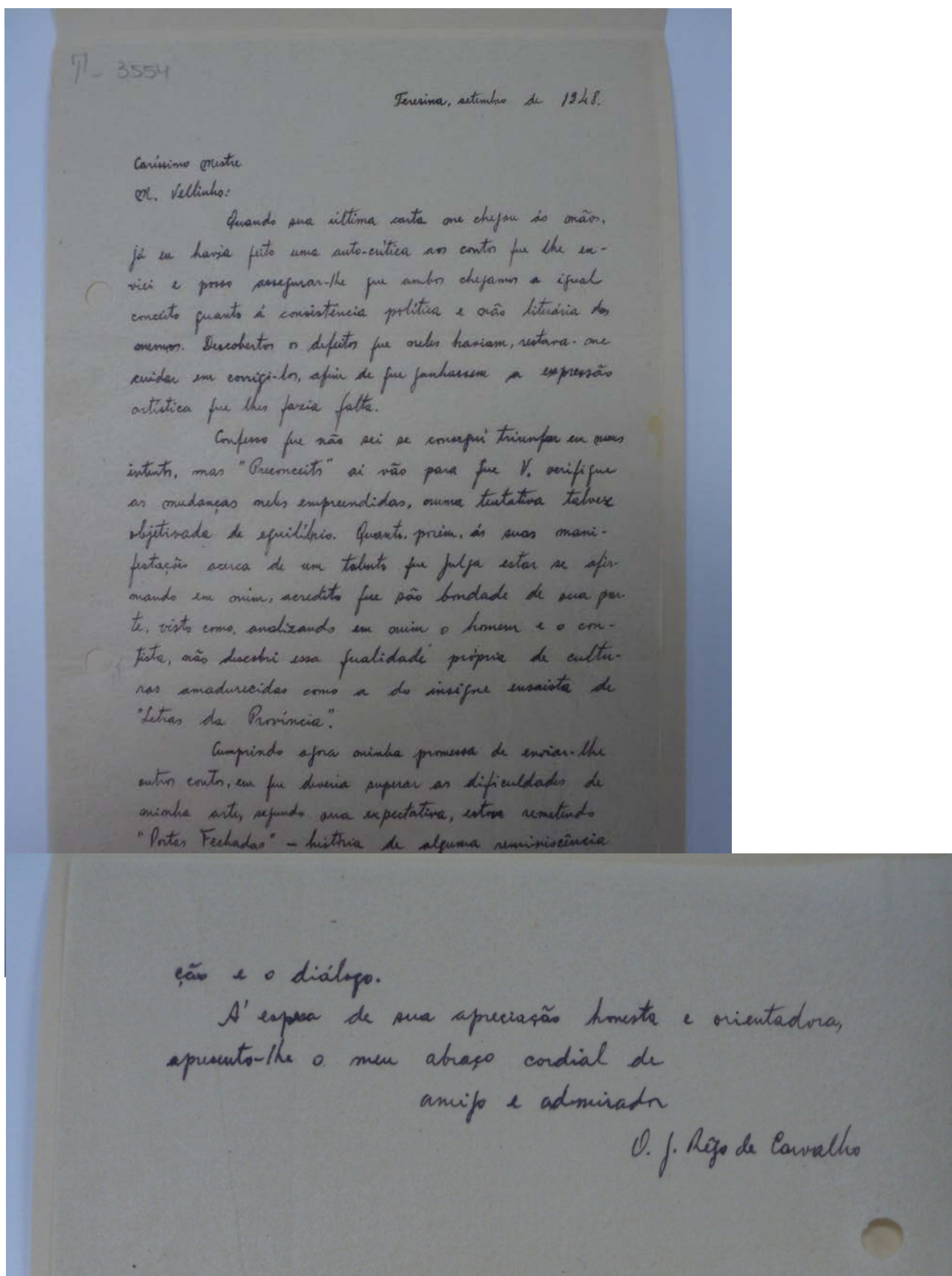
É por isso que nesta auspiciosa emergência eu venho render-lhe as minhas homenagens mais sinceras. Os frutos de seu magnífico apostolado já estão à vista. Graças à incançável cruzada com a qual o ilustre riograndense madrugou na vida pública, sentimos que o nosso devastado país está prestes a retomar o fio de sua própria história política, cuja constante, antes do equívoco de 91, repousava no fortalecimento <sup>atual</sup> progressivo dos órgãos ~~de~~ representativos. Sentimos também que a reimplantação do parlamentarismo permitirá às gerações <sup>atuais</sup> contemporâneas restaurar a compostura cívica e guardar-se do golpismo dos inconfidentes.

Teresina: set. 1948.

**CORRESPONDÊNCIA**

**DE O. J. RÊGO DE CARVALHO A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

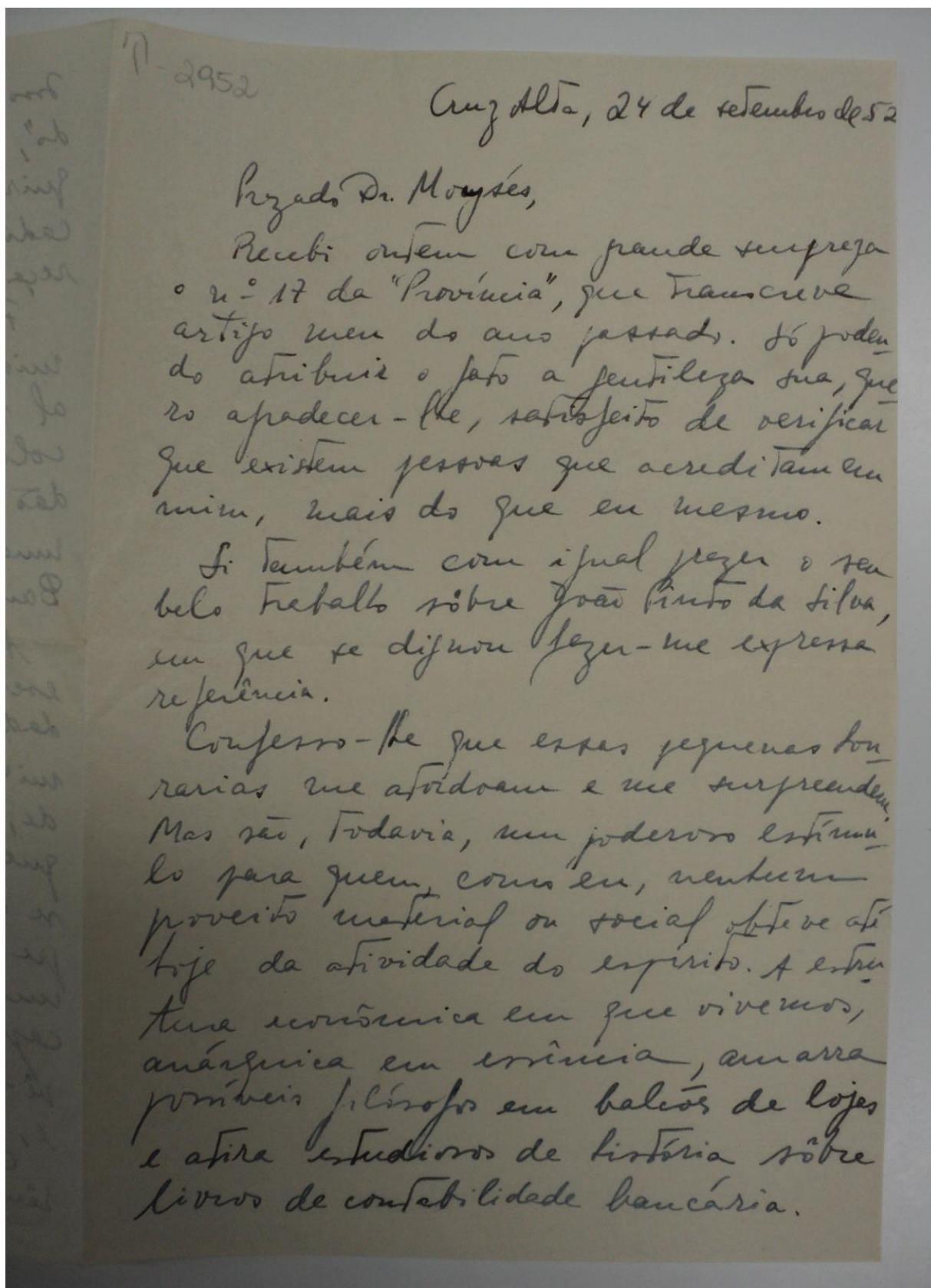




Cruz Alta: 24 set. 1952.

**CARTA DE SÉRGIO DA COSTA FRANCO A MOYSÉS VELLINHO (PÁGINA 1)**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.



Cruz Alta: 24 set. 1952.

**CARTA DE SÉRGIO DA COSTA FRANCO A MOYSÉS VELLINHO (PÁGINA 2)**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

Eu não é preguiçoso de "incompreendi-  
do", mas o duro desabafo de quem ad-  
quiriu consciência de ser apenas mer-  
cadaria-trabalho, vendável a quem ofe-  
reça melhor preço.

Por isso Fudo, elopios que ouca à  
minha incipiente atividade intelectual  
al soerguem-me um junc da melhan-  
colia de bancário torturado e me  
dão a jálida ilusão de não ser apenas  
uma unidade-trabalho a serviço do  
Banco do Brasil.

Aqui em C. Alta, feuto lido mais e  
escrito menos. Em Fudo o caso, as san-  
dades de Porto Alegre me fizeram ter-  
minar uma fntese histórica da cida-  
de, iniciada há bastante tempo. É o  
que lbe remeto para exame. Trata-  
re de assuntos batidos, mas como sem-  
pe me surpreendeu a falta de  
uma história sistemática da  
capital, pulquei de interesse escre-  
vê-la, num tom didático, acessível  
e, o quanto possível, agradável.

Com os meus agradecimentos pelas defe-  
rências, cumprimentos respeitosa-  
mente  
Flora Franco



Porto Alegre: 4 mai. 1973.

**TELEGRAMA DE VICTOR FACCIÓNI A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO MOYSÉS VELLINHO. DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS.

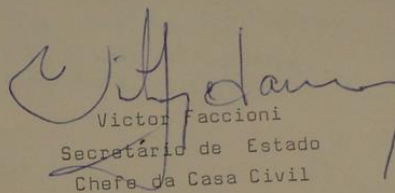
Caro Professor Moysés Vellinho,

Ao acusar o recebimento de seu livro "Recortes do Velho Mundo, Notas a Lápis", agradeço, sensibilizado, o amável gesto do eminente amigo e ilustre professor.

Vou ler este seu novo trabalho com muito prazer, certo de que ele, como outros de sua autoria que já li, traz a mensagem do seu admirável talento e brilhante vivência no empolgante universo das letras.

Aliás, desejo expressar que minha inextinguível admiração converge tanto para a obra como para o autor, manifestando a imensa satisfação que tenho em contar com sua amizade, da qual sobremaneira me orgulho.

Com os melhores cumprimentos, aceite meu afetuoso abraço.

  
Victor Faccioni  
Secretário de Estado  
Chefe da Casa Civil

7-3084

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		TELEGRAMA	
Número de Expedição	4488	CARIMBO DA ESTAÇÃO	Indicações de serviço Taxas e endereço
Recebido:		MAI 73	
De		PORTO ALEGRE RS	
às	053 horas		
por			
PREÂMBULO		PORTO ALEGRE RS	018 52 4 830 -
<p>AP/CC 010/73 TENHO SATISFACAO TRANSMITIR ESPECIAL AGRADECIMENTO VALIOSA COLABORACAO VOSSA SENHORIA NA ELABORACAO TEXTO FINAL DECRETO NUMERO 22410 VG ASSINADO 23/04/73 VG INSTITUINDO BIENIO DA COLONIZACAO ET IMIGRACAO PT CDS SDS PT VICTOR FACCIÓNI VG SECRETARIO ESTADO EXTRAORDINARIO ASSUNTOS CASA CIVIL.</p>			
<p>TEXTOS E ASSINATURA</p>			

162 x 229 mm.

**ANEXO N – O MEDIADOR CULTURAL:  
EDITORIAIS DA REVISTA *PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO***

**NÚMERO 1**

JUNHO – 1945

***PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO***

SECRETÁRIO  
CASEMIRO FERNANDES

DIRETOR  
MOYSÉS VELLINHO

GERENTE  
HENRIQUE MAYA

**EDITORIAL 1**

Nos seus últimos meses de atividade, o vibrante semanário DIRETRIZES, que se publicava no Rio de Janeiro, andou por todos os recantos do país recolhendo o sufrágio dos homens de letras para a escolha das quinze obras mais significativas como elementos de definição do Brasil. Desse escrutínio deveria resultar a imagem mais compreensiva da realidade brasileira através dos livros que melhor encarnassem o “corpo e o espírito deste vasto império sul-americano. A apuração foi árdua, mas afinal preencheu-se a lista. Como, porém, não podia deixar de ser, o retrato ficou pela metade. Apesar do acordo quase unânime acerca de algumas obras fundamentais da nossa literatura, a votação havia de descobrir largas divergências, desencontros irremediáveis, dando lugar a um quadro que, se oferece alguns detalhes nítidos, em conjunto se mostra desfigurado por graves omissões.

Não é que a escolha tenha recaído em obras pouco representativas. Escolheu-se o melhor dentro das finalidades do inquérito, mas o que havia não chegava senão para a configuração parcial da nossa imagem coletiva.

Outro teria sido, por certo, o resultado da “enquete”, se o material à disposição dos escritores chamados a votar fosse mais amplo na sua incidência e compreensão. Já contamos com obras singularmente expressivas do meio brasileiro. Algumas são densas e profundas. Todas, porém, mais ou menos regionais quanto ao seu objeto e à sua amplitude. E como o nosso país é grande demais para já ter sido literariamente assimilado em toda a sua imensidade, acontece que há vastas zonas, dentro das nossas fronteiras humanas e geográficas, ainda não alcançadas pela morosa expansão das bandeiras culturais. Noutras, menos desafortunadas, os pioneiros mal vão chegando para os trabalhos iniciais de sondagem e interpretação. Além de tudo, a evolução e adensamento dos diferentes núcleos de civilização em que o Brasil se diversifica, não se processa de acordo com o mesmo ritmo, havendo mesmo os que decaem depois de um ciclo de vivo florescimento.

Assim, para que o nosso retrato se integre na sua própria complexidade, é preciso que as múltiplas regiões que formam o Brasil não sejam tratadas apenas como circunscrições econômicas, fiscais ou administrativas, pois essas circunscrições tendem, naturalmente, a constituir núcleos culturais autônomos, em ativa correspondência uns com os outros e gravitando todos em torno da metrópole.

Quanto mais difundidos forem os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados à terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesmo. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos



programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesmo que ao homem.

Vem a propósito lembrar aqui as agudas considerações que o respeito desta questão desenvolveu Álvaro Lins na 3ª. Série de seu JORNAL DE CRÍTICA. E para levar a paz ao coração dos que veem com temor a vocação do país à multiplicidade cultural, não custa reproduzir alguns tópicos bastante expressivos da maneira como o ilustre crítico do CORREIO DA MANHÃ encara o problema. Diz ele que o escritor “será tanto mais nacional quanto mais for um produto da sua região; será tanto mais espiritual quanto mais se alimentar da inspiração que vem da terra e dos seres ligados à terra.(...) Tanto mais fiel um escritor permanece ao espírito da sua província, do país e da humanidade, Devemos por isso estimular o espírito provinciano, a vida provinciana, como o substrato mais sólido e mais profundo do caráter nacional de literatura”.

O que PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista. É uma publicação regional, sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento. Sem impor limites à sua orientação nem sentido ideológico ao seu programa, PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO pretende converter-se no centro de coleção, seleção, estímulo e irradiação das atividades culturais que se processam neste extremo sul do país. Guardando-se dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo, terá sempre presentes, no entanto, os elementos fundamentais da tradição local, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura.

Com este objetivo, PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da formação rio-grandense e de sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade. A discussão e o livre debate em torno da nossa integração histórica e da nossa sedimentação social conduzem, forçosamente, ao adensamento cultural do meio e do enriquecimento espiritual do brasileiro que aqui se fixou para construir a sua querência e que, como os demais patricios, ainda anda em busca de si mesmo na escassez humana da paisagem.

Se de tudo resultar uma nova afirmação das nossas peculiaridades regionais, é bem possível que os maníacos da centralização se encham de suspeitas e temores. Não faz mal. Parece fora de dúvida que os assomos da padronização cultural só podem concorrer para a consumação da mais ingrata das obras: – a descaracterização do país na sua unidade múltipla como consequência do gradual apagamento das fisionomias locais e da lenta destruição dos valores da província.

**M. V.**

**NÚMERO 2**

SETEMBRO – 1945

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBEL<sup>13</sup>DIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 2**

Não faz muito, uma alta patente do exército, e por sinal das mais ilustres, me confessava que lhe fora preciso entrar em contato direto com o Rio Grande, identificar-se, por força do cargo que veio a desempenhar entre nós, com as suas necessidades e reclamos, para chegar a compreendê-lo na sua maneira de ser e até nos acidentes de sua formação histórica. Filho de uma pequena circunscrição do nordeste, – explicava-me ele, – ingressara na Escola de Guerra do Rio de Janeiro levando no espírito certo retraimento, e ao dar com os primeiros grupos de colegas rio-grandenses, rapazes vibrantes e expansivos, inteiramente senhores de si, sentiu-se como que ferido por dentro. O vago ressentimento que viera consigo encontrava agora um alvo e iria influir de certo modo na sua apreciação dos homens e coisas do Rio Grande. Quando aqui chegou, no cumprimento de elevada função militar, essas antigas prevenções lhe perduravam ainda no espírito. No entanto, a experiência adquirida no exercício do cargo haveria de atenuá-las até suprimi-las totalmente. É que ele iria sentir na própria carne as dificuldades que nos perseguem, quer as que se originam da nossa posição geográfica, quer as criadas artificialmente e artificialmente agravadas pela centralização burocrática. E ao senti-las, tudo, como por efeito de uma dialética invencível, lhe pareceu claro e explícito, - tudo o que ele até então não pudera entender. Com o tempo, já inteiramente liberto de suas reservas, era tal a sua identificação com os nossos problemas, que certa vez, depois de ter desesperado de conseguir uma solução pronta para assunto de extrema urgência, não pode conter-se, e desabafou em telegrama para o Rio: - “As dificuldades que me tem sido criadas só agora me fazem compreender e mesmo justificar a revolução de 35!...”

Cem anos atrás, outro chefe militar, homem que trazia consigo a clarividência de um patriota experimentado em duras provas, também ia compreender o Rio Grande e o sentido de suas lutas. Ao passo que no parlamento imperial não faltou quem levasse a estupidez ao ponto de propor a excomunhão da província que tanto sangrara pela sustentação das nossas divisas territoriais, Caxias não se recusou a aceitar a evidência de que os homens de Bento Gonçalves e de Neto não eram de forma alguma estranhos à tradição da nacionalidade, mas, pelo contrário, o ideal que os animava era o mesmo que já sublevara tantas outras unidades do império, irmanando-os com os demais brasileiros nas mesmas aspirações liberais. Com efeito, aqueles homens que faziam revolução plantando cidades, abrindo escolas, cunhando moedas, forjando, no interregno das batalhas, instituições democráticas, pregando as melhores ideias do tempo, atacando e defendendo-se como bravos, - aqueles homens não eram, não podiam ser mero demolidores da nacionalidade. Não estavam ali suas proclamações e por estas não se via tão claramente que a solução separatista emergira dos acontecimentos como simples acidente? O emissário do império não se fechou ao reiterado aceno dos farrapos à futura unidade nacional dentro de um regime republicano federativo. Esses acenos, por vezes tão dramáticos, erguendo-se constantemente dos

---

<sup>13</sup> A partir deste número, Carlos Reverbel passa a atuar como secretário da revista.



documentos da época, haveriam de movê-lo à compreensão. Aqueles homens poderiam estar errados, mas era preciso respeitá-los como brasileiros.

Foi esse espírito de compreensão que possibilitou a paz de Poncho Verde, em 1845. Caxias poderia ter esmagado os rebeldes, mas isso era o prolongamento de uma guerra que já durara dez anos e a humilhação de um pedaço do Brasil. Ele preferiu, portanto, negociar com os revolucionários de potência a potência, firmando com eles o protocolo de paz cujo centenário se registrou este ano.

Não houve em Porto Alegre nenhuma celebração comemorativa do grande acontecimento. Não fosse um congresso de história e geografia, aliás promovido e realizado sem publicidade alguma, e tudo se passaria sob o mais pesado silêncio...

Longe da capital, porém, no descampado de Poncho Verde, um grupo de homens graves, partidos daqui em romaria votiva, tomou a si honrar aquele momento de tão profunda significação nacional, erigindo um obelisco em memória da pacificação. Um deles destacou-se da comitiva e falou. Era Aurélio Porto, o devotado historiador do Rio Grande, que, retemperado pela visão da epopeias, estava longe de suspeitar que seria aquele seu último encontro com a paisagem nativa. Ali estavam em círculo para ouvi-lo os gaúchos que acorreram das redondezas. Naquele cenário de largos horizontes a voz do orador adquire acentos altos e puros. Sobre o rosto severamente vincado pelo tempo as mechas brancas lhe são sacudidas pelo vento solto da campanha. Os gaúchos ouvem em silêncio os rebates da longa evocação, depois se vão dali para a rudeza de suas tarefas, pensando talvez, diante da lição que ouviram, que os homens só tem uma maneira de alcançar o respeito uns dos outros: – é pagando, pontualmente, o seu preço pela liberdade.

**M. V.**

NÚMERO 3

DEZEMBRO – 1945

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 3**

A nenhum órgão de fala portuguesa é lícito deixar de associar-se às comemorações que assinalam o centenário do nascimento de Eça de Queiroz. É que ninguém levou mais longe que o grande romancista os velhos marcos da língua nas suas possibilidades de expressão e comunicação. Há ainda os que teimam em nada compreender fora das rápidas limitações do purismo. Essa gente não sabe nem pode explicar o poderoso papel que a obra do escritor naturalista representa na evolução do nosso idioma.

A força absorvente do artista, em Eça de Queiroz, sua preeminência sobre o pensador ou o revolucionário; tinham que assimilar as disposições políticas que, como sabemos, inspiram as primeiras investidas do autor da “Ilustre Casa de Ramires”. Assenhoreando-se dessas disposições, o artista empreendeu a seu modo a revolução que deixara o carbonário do realismo apenas nas escaramuças iniciais, e em seu terreno próprio, o da elaboração estética, não poderia ele ter sido mais imperioso como fator de renovação. E chegou a esse posto, não somente pela sua atuação como precursor da técnica realista em Portugal, mas sobretudo pelo estilo, que este sim, além de representar uma contribuição viva e corajosa, vale por um dos momentos mais consideráveis na história da língua portuguesa.

Quando se fala em estilo a propósito de Eça de Queiroz, está claro que não se pensa em mero arranjo de efeitos literários ou feliz combinação de valores plásticos ou ornamentais. Se bem que não lhe desagradassem tais recursos, não é daí que vem a originalidade da linguagem que nos legou, mas de sua “atualidade”, de seu caráter direto e flagrante. Desembaraçando-se dos detritos históricos que vinham atravancando a língua desde séculos, ele conseguiu subordiná-la inteiramente às necessidades “atuais” de elocução. O vernáculo degenerara, perdera a saúde e a naturalidade. Era preciso extirpar-lhe as velhas infiltrações que lhe endureciam as juntas e lhe embaraçavam os movimentos. Então, sentindo que era tempo de meter mão à obra, Eça de Queiroz agarrou com força esse corpo doente, sacudiu-o sem dó nem piedade, esfregou-o dos pés à cabeça numa massagem que passaria à história, e quando se esperava que o efêmero fosse assombrar, ei-lo que salta da operação, completamente restaurado, um sangue novo e alegre a borbulhar-lhe nas artérias. Um renascimento! A língua portuguesa deixara de ser um mostruário meticuloso e enfadonho de modismos anacrônicos. Era agora um instrumento dinâmico de expressão. Sob o estilo espaçoso e arejado de Eça de Queiroz, ela multiplicou-se, ficou mais ampla, mais rica. Digamos tudo: ficou mais viável!

Eça de Queiroz achou o seu estilo. Para isso, bastou-lhe considerar que um idioma é um instrumento vivo de expressão, devendo, em consequência, estar em contato direto com o pensamento e as emoções, sem o complicado cerimonial extraído de textos já mortos e enterrados. Naturalmente que o romancista teve de quebrar duros preconceitos e vencer tremendas resistências. Por isso mesmo ele não teve contemplações nas suas arremetidas e atirou-se furiosamente contra os falsos mestres que, a pretexto de preservarem a virgindade da língua, lhe haviam imposto um sistema artificial de imunidades que a imobilizavam e asfixiavam.

Os que se sentem à vontade dentro da cerca de arame farpado do purismo não tem encontrado dificuldade em apontar deslizes em profusão na obra de Eça de



Queiroz. Mas essa gente se esquece de que o espírito de desacato, inerente às atitudes do grande sarcasta, estava sempre armado contra os intratáveis zeladores da língua, e que, se ele chegou a cometer excessos desnecessários, em compensação nos deu uma língua, renovada de coma a baixo, e no pleno gozo de franquias que antes dele ignorávamos. Nem todos compreendem que o autor de “Os Maias” preferia escrever bem a escrever certo, e isto porque não tinha a menor dúvida que só escreve certo quem escreve bem, isto é, quem vê na gramática, não uma paciente ordenação dos resíduos inertes da língua, mas o espelho de um organismo palpitante, qualquer coisa que não se cristaliza nunca, que está sempre em movimento e a superar-se a si mesma, num constante processo de assimilações e desassimilações.

A língua portuguesa, mais ou menos encalhada durante séculos, sofreu, sob a ação de Eça de Queiroz, uma revisão impenitente. A velha estrutura rangeu de meio a meio, mas, finda a experiência, estava mais segura nas suas legítimas fundações.

Foi, sem dúvida, pelo estilo mais que pelo conteúdo político de sua obra, que o grande escritor português traduziu os impulsos de renovação que tanto o perseguiram.

**M. V.**

**NÚMERO 4**

MARÇO – 1946

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 4**

Embora procedente de uma prefeitura sem maior relevo econômico, deu entrada no palácio do governo, em dias do ano passado, um relatório de grave importância. Já por isso, senão pela sua estranheza, talvez até pela sua temeridade, ele reclamava, de pronto, um lugar à parte no morno papelório da rotina administrativa. Na verdade, era um documento fora dos moldes habituais, extremamente constrangedor pela matéria que punha a nu, áspero, difícil, duro de roer. Desses que queimam os dedos e provocam contrações na consciência. Desses com os quais não se coadunam os despachos evasivos: ou encara-se de frente o problema, ou continua-se pesadamente a ignorá-lo. Outra alternativa lhes repugna. É que os sacode, desde o fundo, um só impulso – o de mover, chamar à razão os homens de responsabilidade.

Assim era o relatório que fora assaltar o sossego do expediente governamental. Em lugar dos papéis costumeiros, sempre tão hábeis em despontar ou negociar a realidade nas suas dimensões sociais, o documento que dessa vez se impunha à atenção do poder público era nada menos que o levantamento sociográfico de uma comuna estacionária. Em termos líquidos, isto vem a ser o inventário da laboriosa devastação em que se esvai e corrompe, dia após dia, há velhos decênios, parte considerável da massa humana de um município rio-grandense. Parece que era a primeira vez no Brasil que se tentava sistematicamente um trabalho dessa natureza.

São os capítulos principais desse relatório embaraçoso e constrangedor que “Província de São Pedro” vem divulgando, com a necessária vênia, desde o número anterior. O Sr. João Pedro Santos, que o elaborou, é um jovem economista para quem a ciência em que se especializou só tem sentido em função do homem como valor ou expressão social. Investido na prefeitura de Pinheiro Machado, município agropastoril de escassa renda e pequena população, quis ver, de chegada, não as verbas de que porventura pudesse dispor para a “urgente” reconstrução da praça principal ou para essas obras de duvidoso urbanismo em que geralmente se esgota a vocação administrativa dos prefeitos. O que o novo edil pretendeu, antes de mais nada, foi verificar como vivem ali as criaturas humanas, que fazem para viver, como e de que se alimentam, onde moram, que sabem, qual, enfim, o estado de saúde das dezessete mil almas que o rolar do tempo foi juntando naquele saudável rincão rio-grandense e hoje formam a população do município que outrora, antes de entronizado ali o famoso senador da primeira República, se chamou Cacimbinhas, apenas Cacimbinhas. Desse propósito de reduzir a elementos estatísticos o padrão social da comuna resultou o impressionante trabalho de que nos ocupamos.

Sua procedência e seu endereço o resguardam das suspeitas e temores com que as almas assustadas acolhem o argumento de um escritor de vanguarda ou os lances de uma reportagem de fundo social destinada aos arrepios do sensacionalismo. Quem fala agora é uma autoridade pública – uma autoridade de tipo novo, convenhamos, diferente dos modelos em voga – e o que diz, o tremendo estado de coisas que descarna, está escrupulosamente documentado por um fichário minucioso e farto, produto de longos meses de pesquisa.



Sem forças o sentido das palavras, queremos insistir em que o documento submetido pelo prefeito de Pinheiro Machado ao governo estadual deixa de ser propriamente o que pretende – o balanço sociográfico de uma pequena unidade administrativa – para apresentar-se, sintomaticamente, como uma miniatura do estado de profunda desorganização social e econômica, à sombra do qual populações inteiras, nos quatro cantos do país, estão apodrecendo em vida, a séculos da civilização e da cultura. Pinheiro Machado é apenas um fragmento do terrível espetáculo dessa decomposição lenta e desmedida. Mas, que fragmento! Há ali, à beira das estradas ou no fundo das sangas, ao redor da cidadezinha, junto às vilas e povoados, rebanhos tresmalhados de criaturas que vão largando pelo caminho, quase invisíveis na sua humildade, sem um protesto, já privadas do aprumo do corpo e do espírito, os rudimentos mais obscuros de sua própria condição humana. Estão caindo aos pedaços, já perderam as carnes, os dentes, as energias, já perderam tudo o que dá sentido e gosto à vida, já não tem mais o que perder, e pensam que estão vivendo...

Foram contados, um por um, os menores abandonados. E quantos são! Crianças sem lar e sem destino, quem responde senão elas mesmas pelo descuido de haverem brotado, como diria Machado de Assis no seu duro epigrama, de uma conjunção de luxúrias vadias? Resta-lhes o consolo da camaradagem com outras crianças igualmente infelizes, pois só não estão sob o mesmo rótulo pelo triste privilégio de não sentarem sozinhas à mesa da fome. No mais, são também, como aquelas, sobras eventuais da mortalidade infantil, e agora, a caminho da adolescência, ainda as irmana a ameaça de um perigo comum – a tuberculose e a corrupção.

As famílias miseráveis foram meticulosamente cadastradas. Contam-se às centenas. Há as que se amontoam como animais em ranchos ou malocas de uma só peça, que é sala, varanda, quarto e cozinha ao mesmo tempo, e aí vivem todos, o pai, a mãe, os filhos e o resto, na mais imunda promiscuidade.

Mas não é tudo. Há gente que não tem rancho nem maloca, viventes que moram em lugares tão inacreditáveis, que não puderam ser descobertos por ocasião do último censo federal. Vivem em grotas, como bichos acuados... Os recenseadores não deram com seu refúgio, mas eles estão lá, os trogloditas, em carne e osso! Que comodidade para os mestres da paleontologia! Em vez de darem tratos à imaginação diante de fósseis pouco convincentes, tem ali à mão, a apenas algumas horas da capital do Estado, o autêntico homem da caverna...

Esse estado de degradação social corrompe tudo. Nem a luz da razão se salva da derrocada. Nesta altura das suas tristes ilustrações, o relatório menciona um fato capaz de arrepiar as próprias pedras: num só exercício, a prefeitura de Bagé embarcou para Porto Alegre nada menos de quarenta vagões de loucos! Nessa estranha exportação, para a qual contribuíram, cada um com sua quota, os municípios adjacentes, inclusive Pinheiro Machado, foram gastos cinquenta mil cruzeiros de frete... O detalhe orçamentário não deixa de ser comovente.

Se a extrema penúria a que pode decair o homem fosse um espetáculo digno de curiosidade, seria o caso de fomentar o turismo ali onde o quadro se cobre das cores mais repugnantes. Mas como escolher se o espetáculo se reproduz com a mesma crueza por todo o hinterland do país? A maior parte das nossas populações rurais ou suburbanas, que rasteja e fermenta por aí na absoluta inconsciência dos mais elementares direitos aos benefícios da vida, continua inteiramente relegada pelas leis de proteção ao homem.

No Rio Grande do Sul, quaisquer que sejam as tímidas iniciativas tentadas em contrário, o problema permanece em estado de virgindade. Veja-se o absurdo: se é da produção que se trata, não faltam regulamentos que a defendam. Quando as mercadorias se acumulam nos pontos de embarque por escassez de transporte, as classes se agitam, todo o mundo se condói, e a solução vem de qualquer maneira.

Se um novilho adocece no campo, corre lá o veterinário oficial, debruça-se sobre ele com todo o carinho de que é capaz o coração do homem, e em poucos dias o precioso enfermo volta à alegria das pastagens. Tudo quanto implica riqueza imediata, tudo quanto se pode trocar em dinheiro à vista, tem a sua disposição os cuidados e atenções dos órgãos competentes. Está claro que não é este o caso das criaturas do Senhor. Desde que elas não podem ser vendidas nem compradas, sua significação econômica passou ao domínio da metafísica... Instituído o braço livre, sem cotação possível no mercado, que interesse elas representam no mundo imediatista dos negócios? Agora, pode um pária organizar à vontade no fundo do rancho que ninguém fica sabendo. Se lhe for possível, que se arraste até o posto de saúde, a léguas dali. Senão, se for de seu gosto morrer em silêncio, porque se há de contrariá-lo? É um direito que todos lhe reconhecem...

Mas não é só um pária que agoniza. São muitos. São levas crescentes de párias que vão desfalcando e empobrecendo cada vez mais as nossas massas demográficas. Entre nós, o caso de Pinheiro Machado é apenas um corte vertical no processo de degenerescência comum a todos os municípios onde prevalece a cultura pastoril ou a exploração agrícola em larga escala. Veja-se, a propósito, o excelente trabalho, publicado neste número, dos engenheiros Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro Neto, nos tópicos que interessam o regime de vida da população detritária que jaz em torno da cidade de Uruguaiana. É uma população que se desgasta e refaz continuamente, porque as devastações da doença e do pauperismo são compensados pelo rebotalho humano que os campos expulsam, com a mesma constância, por inassimilável e antieconômico.

E é assim, sem nada se ter feito, em extensão ou profundidade, para promover a reversão econômica e social desses vastos contingentes que cada vez mais se afundam na miséria do corpo e do espírito, – é assim que as nossas populações infraproletárias se vão multiplicando e extraviando, à margem do processo vital da nacionalidade, numa lamentável fermentação de existências frustradas.

Que a corajosa iniciativa do prefeito de Pinheiro Machado, valha como os primeiros rebates de um novo signo administrativo. Só o levantamento social do país, procedido de acordo com métodos uniformes de sondagem e investigação, revelará a extensão e o volume das nossas mais elementares necessidades coletivas. Sem essa providência preliminar, sem traduzirmos em números e diagramas o espantoso desgaste vegetativo das nossas populações, parece impossível traçar as coordenadas de um severo plano de recuperação e justiça social.

**M. V.**



**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**

SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBEL

DIRETOR  
MOYSÉS VELLINHO

GERENTE  
HENRIQUE MAYA

**EDITORIAL 5**

Com este número PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO entra em seu segundo ano de vida. O Interesse que a revista despertou, não apenas no Estado, mas ainda nos principais centros culturais do país, mesmo os mais apartados, representa o estímulo com que contávamos para ir adiante. Devemos confessar que se de um lado sempre nos animou a expectativa de um acolhimento lisonjeiro, era natural que também nos inquietasse a hipótese de que nem todos acudissem com o mesmo espírito de aceitação ao programa que nos propúnhamos.

Esse cuidado inspirou as cautelas com que nos apresentamos através do editorial do primeiro número. Temos a consciência de que muitas vezes é daqui mesmo, por atos ou palavras, que saem as deformações da realidade rio-grandense. Se esta revista não operasse no plano exclusivamente cultural, não seria difícil reponar, no agitado rebanho dos nossos homens públicos, os maiores defraudadores da verdadeira fisionomia social e econômica deste pedaço do Brasil – defraudadores, sobretudo, da sua generosa vocação política. Mas já que o nosso itinerário busca outros fins que não o de tomar contas aos nossos maus guias, cingimo-nos à observação de que em nossas práticas literárias, escritas ou faladas, nem todos se guardam de excessos na exaltação de sua província. São os que se enfunam de grandes adjetivos, soltam seus pendões ao vento, e passam a viver na falsa atmosfera que a fantasia verbal lhes oferece. Mas a realidade vive de si mesma, e um dia, quando menos se espera, ela sacode as lantejoulas que lhe tínhamos pespegado, e exige, gravemente, que a olhemos cara a cara.

Foi o que aconteceu entre nós. Somos, como qualquer outra região do Brasil, uma terra que amarga em silêncio o seu drama coletivo, uma terra que se dessangra em largas porções de sua geografia humana, à vista do imemorial abandono em que vivem suas populações, particularmente as que provêm do ciclo heroico da ocupação e das velhas pugnas de fronteira. Somos um complexo demográfico que se transforma, não por um processo sadio de aculturação, mas por um surdo, um doloroso processo de eliminação do elemento genuíno ou tradicional. Se até bem pouco nada se sabia dessa coisa espantosa é porque uma literatura sem conteúdo social, inadvertidamente a serviço da impermeabilidade das classes dirigentes, tudo fez por soterrar a tremenda perspectiva dessa realidade sob a faiscação dos efeitos verbais. Falava-se em decadência do gaúcho e atribuía-se o fato ao esbatimento ou recuo dos fatores históricos que geraram o nosso tipo tradicional, quando seria muito mais simples e verdadeiro ir buscar nas vicissitudes da economia latifundiária e nas imperdoáveis omissões dos governos a razão da aparente incompatibilidade do gaúcho dos nossos dias com o alto penacho de outrora. Que se lhe reserve um lugar ao sol, isto é, que se lhe dê saúde e oportunidade, nada mais que isso, e se há de ver que ele se afirma na paz com o mesmo proveito e dignidade com que se afirmou nas guerras pela defesa do nosso território e nas revoluções. Mas não era assim que se pensava. Na esperança gratuita de uma ressurreição, chegava-se a suspirar por um retorno à fulgurantes agitações do passado, quando era só esfregar os olhos, abri-los bem, e ver que o heroísmo entrava em crise menos por coerência de clima histórico do que por falta

de comida... Ora, está claro que não é à força de equívocos que se vai garantir a sobrevivência de uma tradição, a vitalidade das nossas raízes culturais.

O pior é que a exacerbação regionalista, assim inconsiderada, despertava, à distância, suspeitas, mal-entendidas. Daí o receio de que a nossa revista viesse a ser inquinada de bairrismo quando o que desejávamos era apenas manifestar a convicção de que a cultura brasileira não deve ser orientada em favor de sua centralização, mas, pelo contrário, precisa alastrar-se, ganhar espaço dentro do Brasil, porque assim o reclamam urgentes imperativos sociais e políticos. Para esse ajustamento da cultura às necessidades do homem na sua aventura expansionista dentro dos limites da nacionalidade, nada como nucleá-la em focos regionais de captação e irradiação. Articulados entre si, esses núcleos subsidiários operarão necessariamente em nosso imenso e desconjuntado organismo no sentido de ativar as trocas culturais indispensáveis à sua própria consolidação.

Talvez um pouco escarmentados pelos mal-entendidos tantas vezes gerados pelo estilo de capa e espada, pusemos todo o cuidado em resguardar a nossa intenção contra dúvidas ou interpretações precipitadas. O tom cauteloso de nossa carta de apresentação em sua “disposição meio forense de argumentar e de defender-se”, foi objeto de especiais comentários por parte de um dos jornais de São Paulo. Mas prova de que tínhamos razão é que a folha a que aludimos não se perdeu no reparo, pois nenhum órgão da imprensa brasileira a excedeu na compreensão dos nossos propósitos nem no louvor à iniciativa que inspirou a Livraria do Globo no lançamento de PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO.

Esse gesto de simpatia cultural nos respondeu de todos os pontos do Brasil com um calor que é um prêmio mais alto a que podíamos aspirar. Vozes gratas nos vem chegando ainda de longe, portadoras de manifestações as mais estimulantes. São críticos e jornalistas, poetas e escritores, sociólogos e romancistas – do rio, de São Paulo, de Minas, da Bahia, de Pernambuco, do Paraná, do Ceará – a nos distinguem com seu aplauso, a sua solidariedade, a sua colaboração indispensável. Damo-nos por bem pagos. Uma revista como PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, de puro interesse cultural, não precisa, para viver, senão do agasalho do espírito, fruto dessa generosa compreensão.

**M. V.**



**NÚMERO 6**

SETEMBRO – 1946

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 6**

Em penetrante estudo publicado já faz algum tempo, o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, entre observações cheias de vivacidade e simpatia sobre a atual geração de escritores rio-grandenses, procura surpreender certos aspectos do problema da linguagem no Brasil em suas manifestações ou incidências regionais. É nessa altura de seu trabalho que o ilustre ensaísta mineiro põe em agudo contraste a literatura do norte e a do extremo sul do país.

Aquela, amassada em rude forma barroca, violentamente entregue às forças do primitivismo, desbordou das linhas tradicionais da expressão literária, quebrando todas as disciplinas da inteligência. Na sua comunhão telúrica com a região, o homem desce às fontes vivas do instinto até onde estas se confundem com a própria terra, e é nesse campo obscuro e indistinto, ali onde as raízes da consciência entram em intimidade com os mistérios da paisagem, que começam a grelar as esperanças de “um novo estilo puro”. Tudo revolto, na fecunda desordem em que levedam os grandes acontecimentos. Mistura de terra e de seiva humana, mistura ainda informe mas poderosa, nela está se elaborando a gestação de um verbo novo.

Enquanto lá as coisas se passam desse modo, segundo as vê o se. Afonso Arinos, bem o contrário disso é o que ele observa entre os escritores que dão o tom à moderna literatura do Rio Grande. Fiéis às raízes da língua, tendemos literariamente para um classicismo que chega a ser, na sua expressão citadina e conservadora, a negação mesma do regional. Reconhece o arguto crítico que são ainda os assuntos crioulos que ocupam o maior lugar em nossas atividades literárias, mas parece-lhe que tratamos os nossos temas com menos emoção criadora que inteligência. O material que o meio nos oferece é dominado, absorvido por uma arte lúcida e vigilante, animada por um impulso de concentração que se move, em relação às coisas, como que de fora para dentro, opondo-se assim à livre expansão das formas elementares.

O contraste é sempre fascinante. Seduz pelos próprios perigos que encerra... Esses perigos vêm da tentação de simplificar até onde não se deve os valores que se contrapõem. A simplificação recíproca, imposta pelas seduções do contraste, leva a operações cruzadas que nem sempre se compensam, quer em qualidade, quer em quantidade, e é por isso que muitas vezes elas descaracterizam ou viciam a realidade dos termos dispostos em divergência.

Como quer que seja, é inegável que entre os escritores rio-grandenses prevalece, quanto à linguagem, a tendência conservadora apontada pelo Sr. Afonso Arinos. A literatura que aqui se faz, poesia, ficção ou ensaio, proveniente de Parece haver certa contradição entre essa fidelidade às bases genuínas do idioma e a viva singularidade da formação rio-grandense no âmbito da nacionalidade. Já que as contingências de tempo e lugar nos insularam nestes confins durante as fases decisivas para a caracterização do grupo social que aqui se radicou, não era de esperar que desgarrássemos das matrizes da língua e nos atirássemos, por nossa conta e risco, à aventura de um estilo subversivo?

Mas tudo se explica. É o próprio Sr. Afonso Arinos quem, com sua habitual lucidez e honestidade, oferece a chave da questão. É quando recorre ao argumento

da nossa posição político geográfica para justificar a observação de que “são hoje os gaúchos os escritores mais conservadores do Brasil, em matéria de linguagem”. Embora ele não se detenha nessa justificação mais que o tempo necessário para uma cota à margem de suas reflexões, aí está, por certo, a razão profunda das tendências pouco revolucionárias da linguagem predominante entre os nossos escritores. Convém não esquecer, com efeito, que estamos situados nas “fronteiras corruptíveis do idioma”. Em arte, como no mais, é difícil nos explicarmos fora das funções de vigilância que as conjunturas históricas nos impuseram. A fatalidade nunca permitiu que a tensão política originada pela nossa posição de fronteiros cedesse à voluptuosa atração do sentimento cósmico.

Segregado ao norte pela floresta, a leste pelo mar, o quadrilátero rio-grandense tem as duas outras faces, ao sul e oeste, as mais frequentadas pelo homem, inteiramente abertas à influência de cultura estranhas. Foram sempre essas as divisas mais críticas da nacionalidade, as mais rudemente disputadas e defendidas. O sangue que se verteu ali despertou uma consciência preventiva que nos arma contra as disposições de puro abandono às forças elementares da paisagem. Estabelecidas e consolidadas as nossas fronteiras geográficas em face do mundo castelhano, que em relação ao Brasil apresenta precisamente ali seu grau de maior condensação, era preciso resguardar, além da integridade territorial do país, e com os demais componentes de afirmação cultural, a inviolabilidade do idioma originário em suas vigas mestras.

Como se não bastasse esse contato e os riscos de infiltração e desvirtuamento que ele importava e ainda importa, vieram depois, em grossas levadas, as imigrações alemã e italiana. Eram poderosos impulsos à nossa evolução econômica e à renovação dos nossos quadros sociais, mas era ao mesmo tempo a implantação de novas “fronteiras corruptíveis do idioma”, e dessa vez portas a dentro, a agravarem a ameaça já existente. Assediados por fora e internamente, sofrendo a concorrência ativa de três línguas, duas das quais incrustadas em nosso próprio tecido demográfico, que outro instinto poderia falar em nós que o de defesa e preservação do idioma tradicional? Era preciso resistir, sem dúvida, e não seria deixando a língua degradar-se num subdialeto de duvidosa resistência e capacidade de assimilação que haveríamos de vencer os riscos envolventes. Qualquer experiência de renovação literária baseada no amolecimento do arcabouço clássico da língua poderia abrir-lhe os flancos a uma contaminação espúria. Para nós, esse arcabouço está visceralmente ligado à ideia de nacionalidade, e em face do estrangeiro a história nos meteu na própria carne a lição de que o argumento nacional há de sempre falar mais alto que o regional.

Dir-se-á que a resistência, provindo de escritores, é de índole exclusivamente intelectual, sem raízes populares. Cumpre, porém, lembrar que em arte como em literatura podem esconder-se, atrás das formas selecionadas pelo mais vigilante estado de consciência individual, as reações mais legítimas do inconsciente político coletivo.

**M. V.**



NÚMERO 7

DEZEMBRO – 1946

## PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA

## EDITORIAL 7

Ao mesmo tempo que o livro mestre do Sr. Gilberto Freyre é lançado nos Estados Unidos em versão inglesa, aparece aqui já na 5ª. Edição, quando mal decorreram doze anos que foi dado à estampa pela primeira vez. No entanto, “Casa Grande e Senzala” não foi escrito para agasalhar alvoroços sentimentais nem partidários. O interesse que cada vez mais se alarga e aprofunda em torno dessa obra notável, mau grado o cunho rigorosamente científico de sua concepção e dos métodos nela experimentados, vem dela em si mesma, pelo que é e quer ser. Mas que pretendeu o Sr. Gilberto Freyre, na sua qualidade de sociólogo, senão resolver, desde o fundo, uma das precipitações sociais mais típicas da formação brasileira, e oferecer-nos, depois, o flagrante de suas pesquisas?

Como então explicar o poder de irradiação de uma obra que não traz nada de novelesco e se não conta com o favor dos cartazes facciosos? Donde a força que lhes fez quebrar a estreiteza dos círculos especializados, impondo-a, cá fora, à crescente curiosidade e mesmo à fascinação do leitor comum? Por que é que “Casa Grande e Senzala” tornou-se, de pronto, um livro imperioso, desses que reclamam e conseguem a grave ou apaixonada atenção de todos?

O que infunde aos trabalhos do Sr. Gilberto Freyre essa vitalidade contagiosa é o largo sentido de descoberta com que nos surpreendem, é o sopro construtivo que os anima e fecunda. Numa terra em que a propensão para o negativismo só é comparável à necessidade que temos de acreditar em qualquer coisa, o Sr. Gilberto Freyre nos propõe esquemas e interpretações em que já nos podemos rever sem os desalentos que as sociologias de importação nos haviam instilado no espírito. Temos agora, depois dele, uma margem de afirmação que é como um porto seguro no mar de equívocos onde flutuavam sem rumo as nossas desconfianças. Não mais os devaneios, as mentiras do tempo em que se pretendia conjurar os males da pátria à simples invocação dos portentos naturais que nos vieram de graça com a nossa herança territorial.

O sociólogo de “Sobrados e Mucambos” meteu as mãos fundo na sedimentação social do Nordeste, a qual apresenta, substancialmente, tantos traços em comum com as demais partes do complexo brasileiro, balanceou os componentes de sua formação cultural, sem discriminações tendenciosas nem falsos sentimentos de repugnância, e o que trouxe de lá, de suas vivências mais remotas, das vertentes mais obscuras da nacionalidade, não foi apenas uma reconstrução prodigiosamente animada: foi um processo de cura para a nossa deprimida alma coletiva, um processo quase espetacular de cura. Como um psicanalista que assalta o inconsciente do efêmero para descongestionar-lhe o espírito e imprimir-lhe nova orientação à conduta, o que ele busca, antes de mais nada, é a realidade subjacente, em toda a sua crueza e complexidade. Não importam as formas aparentemente negativas. O que importa é transpô-las, à revelia de constrangimentos ou resistências, é arrancar-lhes do fundo a única conclusão conciliável com a honestidade científica: o que há, em suma, é sempre o mesmo velho material humano, idêntico em essência, variável apenas no tempo e nas reações condicionadas pelo ambiente físico e cultural, neste último incluídos os pressupostos da tradição. Nada temos, em nossas raízes, que não participe, pelos

vícios ou pelas virtudes, da múltipla e insondável contingência social. É impressionante o sentido de reabilitação humana que circula nos fartos capítulos do Sr. Gilberto Freyre.

Depois de sua obra, produto de uma cultura severamente empreendida, sentimos que já não somos, que nunca fomos uma simples expressão geográfica. Aliviando-nos de ressentimentos que nos pareciam incuráveis, nascidos de preconceitos hoje confundidos pela antropologia social, ela como que nos integrou na consciência de dimensões mais altas. O fenômeno brasileiro encontrou no Sr. Gilberto Freyre o seu grande intérprete. De certo modo, sua obra em conjunto é o Brasil redescoberto. Sentimos-lhe bem um alvoroço de renascimento, uma porção de coisas que pareciam mortas dentro de nós, a falar de novo, revitalizadas pelo seu ânimo construtivo. Os nossos arquivos, o nosso passado, tudo entrou a se mexer novamente, numa poderosa agitação de vida, sob a desordem palpitante de seu estilo.

Tudo isso talvez explique o caráter profundamente estimulante da obra do Sr. Gilberto Freyre e da repercussão que vem tendo, cada vez mais ampla, mais persistente, mais fecundante. Se há um livro de que se pode dizer que acordou novas forças em todos os recantos do Brasil, forças capazes de nos ajudar a abrir o nosso caminho definitivo, esse livro é “Casa Grande e Senzala”. E não temos dúvida de que, conhecido que se vai tornar agora dos centros científicos mundiais, através da tradução inglesa, oferecerá novas coordenadas aos estudos de sociologia geral, dada a riqueza, originalidade e importância do material nele ordenado. E quem sabe se a imensa e silenciosa experiência brasileira, revivida com tanto vigor pelo Sr. Gilberto Freyre, não irá contribuir para a revisão e arejamento de certas concepções sociológicas ainda ressentidas de preconceitos e discriminações odiosas?

**M. V.**



**NÚMERO 8**

MARÇO – 1947

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 8**

O fato é talvez inédito, mas não desses que devam causar estranheza. Estranho, isto sim, é que ele já não se tivesse verificado há mais tempo, se vem de tão longe e são tão graves, nos seus aspectos imediatos e nas suas consequências, os motivos que o provocaram. Foi o caso que o comando da guarnição federal de importante cidade da zona pastoril resolveu tomar partido na vergonhosa questão da infância desamparada. Não podendo mais conter-se dentro da linha de reserva que em geral as forças armadas mantêm a respeito de assuntos próprios da jurisdição civil, a autoridade militar não teve dúvida em representar contra a situação de abandono em que se encontram os menores que infestam a cidade. O que ali vemos, como em qualquer centro urbano tributário do campo, são verdadeiros cardumes de crianças que não tem ninguém por si e cumprem em pleno sol, nas barbas de todo o mundo, sua repugnante condição de detritos de um sistema econômico que se vem longamente sedimentando à custa do sacrificio dessas obscuras floradas humanas. Nas horas de despejo, quando os que podem já se fartaram, os pequenos vagabundos se atiram sobre o monturo das cozinhas coletivas, em imunda disputa com os cachorros e o mosquedo: é no cisco que eles vão rebuscar o seu pão de cada dia...

Junto aos quartéis, então, o bando esfaimado se aglomera em ajuntamentos inquietos, pronto para o assalto em massa aos restos de comida da soldadesca, atropelando-se confusamente na ânsia canina de abocanhar o primeiro osso. Essas pobres crianças naturalmente desconhecem a disciplina das “bichas”, porque a fome é indisciplinada, mesmo em estado de inconsciência política, isto é, mesmo quanto ainda não mobilizada pelo messianismo dos nossos profetas.

Mas se no caso a indisciplina se justifica por si mesma, o que seria duramente inexplicável é que as coisas continuassem desse jeito sem ferir o instinto de vigilância dos comandos militares, já que até hoje o problema do menor abandonado não logrou mover nem comover a engrenagem governamental, sempre ocupada em mastigar expedientes evasivos.

A representação militar não é apenas um testemunho extraordinariamente incômodo. Vale por uma advertência que já tardava. Que severas reflexões a terão inspirado? As crianças que rastejam em volta das casernas, assim esfrangalhadas, roídas pela fome, ameaçadas por todos os vícios e enfermidades, que são elas, que deverão ser, senão os soldados de amanhã? Mas a miséria em que vivem permitirá que cheguem à idade das armas? E se chegarem lá, sobreviventes de todas as devastações físicas e morais, sobrar-lhes-ão forças para enfrentarem sequer as responsabilidades pacíficas do serviço militar? Que será então em caso de guerra? Pondo de parte razões sentimentais ou pragmáticas, estaremos em condições de defesa que nos permitam dar de ombros ao escandaloso abandono da mocidade que vem nascendo, quando é certo que nem os loucos se animam a responder pela paz? Porventura não vemos que ainda não passou a hora dos aventureiros de todos os extremos e que estes agem prosperamente dentro e fora das nossas fronteiras?

Retraíndo o círculo desses pensamentos, terá o comando a que nos referimos considerado ainda que esses pequenos condenados que rondam os estabelecimentos militares não são apenas o produto de uma imprevidência

imemorial: são meninos que trazem no sangue uma legenda. Trazem, sem o saber, no fundo do inconsciente, as vozes de uma tradição que ainda não é tempo de renegar. Foram os seus antepassados – homens que vieram lutando desde 1680 até a consolidação definitiva das fronteiras meridionais – foram eles que conquistaram e defenderam a terra contra as furiosas arremetidas do mundo castelhano. Criados em estado de constante vigília guerreira, os velhos soldados do Continente ali estão agora grotescamente representados por aquela progênie de crianças humilhadas, aquele frêmito de bracinhos magros e encardidos que reclamam o seu bocado à porta dos quartéis.

Sem ninguém por elas, reagem por si como podem, e como só podem viver como cães sem dono, é assim que vivem, no extravio de sua própria vocação, em marcha batida para a doença ou para o crime. Descendo sempre, em marcha, aconteceu-lhes ir mendigar os restos dos soldados. Aí foram pilhadas em flagrante pelo comando da guarnição...

Mas, que obscuro instinto, que secreto impulso reivindicatório é o que atrai essas pobres crianças, descendentes de heróis esquecidos, a buscar o aconchego dos quartéis? Direis que é simplesmente o instinto de conservação. Não importa o que pensais. O que importa é pressentir na representação militar um sinal de apreensão diante do triste fim de uma raça de lutadores cuja descendência mais e mais se avilta e se perde pela simples razão de que jamais o poder público olhou por ela, nunca quis perder tempo com a questão das questões, que é a de fixar na terra os contingentes humanos que a organização pastoril expelle soberanamente de seus vastos domínios, abarrotados de gado e desertos de gente. Já que outros argumentos não acodem à alta administração para fazê-la compenetrar-se do drama dessa raça que é o próprio cerne do Rio Grande, não deixa de ser bom augúrio que os quartéis comecem a compreender a parte que os interessa tão perto nessa catástrofe silenciosa.

Afinal, não se trata apenas de acudir ao mais imperioso dos problemas sociais e econômicos do Rio Grande. É tempo de salvar do abandono e da perdição esse material humano de enorme estratégico...

**M. V.**



NÚMERO 9

JUNHO - 1947

## PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

SECRETÁRIO  
CARLOS REVERBELDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA

## EDITORIAL 9

A mais bela conjuração que os nossos anais literários registram foi a que José de Alencar e Machado de Assis tramaram em favor de Castro Alves. Num rasgo em que empenhariam toda a sua autoridade de mestres, ambos se conluiaram contra a apatia reinante nos círculos intelectuais do Rio e tomaram a si convertê-la na crepitação de aplausos com que a Corte ia render-se à fascinação do jovem poeta baiano. O movimento de ardente simpatia que ali se improvisou em torno da fogosa figura de Castro Alves irrompeu, sem dúvida, das cartas que os dois grandes romancistas trocaram através do “Correio Mercantil”, dando conta um ao outro da estranha e profunda impressão que o visitante lhes deixara.

Talhadas ao gosto da época, magníficas de ênfase, essas cartas, que se tornariam famosas, só tinham um endereço: - o grande público. Com a exuberância de suas apóstrofes, a coragem de seus protestos e fulgor de sua presença, Castro Alves já arrebatara Recife e Bahia. Agora, armado como nunca, se aprestava para tomar de assalto o Rio e São Paulo.

Tanto José de Alencar como Machado de Assis foram soberbos na sua acolhida, bem sentindo a força da rajada lírica que lhes entrara portas a dentro. Um e outro, porém, deixariam transparecer certos cuidados diante da espantosa prodigalidade com que o poeta descobria as suas riquezas. Mas ao mesmo tempo tranquilizavam-se, confiando na experiência que lhe viria com a idade. Pois não é exato que os anos, segundo a sutil expressão de Alencar, ensinam a poupar a alma?

Desaparecido aos vinte e quatro anos, Castro Alves não teria ensejo de disciplinar o surto de poderosas impaciências e loucuras em que desperdiçaria o corpo e o espírito. Não lhe permitiu o destino realizar aquele ciclo de poupança, que é um dom da maturidade. Seus poemas são tocados pelas fulgurações do improvisado e se ainda hoje nos exaltam e comovem é pela autenticidade de sua inspiração.

À margem das expansões com que o recebeu, Machado de Assis apela cautelosamente para a oportunidade de uma segunda leitura, mais demorada, que lhe permitisse tomar pé em si mesmo e recuperar o senso crítico abalado “no meio de tantas belezas”.

O centenário do nascimento do poeta, que o país está comemorando no ano em curso, seria o momento mais propício para essa segunda leitura, que seria a leitura definitiva. Mas quantos a terão feito, quantos terão podido fazê-la nos dias que correm? O mais certo é que ainda estamos sob a impressão de deslumbramento do primeiro contato. A tradição pessoal de Castro Alves continua tão viva, tão palpável, que ainda não nos foi possível sentir-lhe a produção poética em sua estrita objetividade: a esplêndida figura humana do poeta continua a ser, como se ele ainda vivesse, o complemento indispensável, como que orgânico, de uma obra truncada em plena ebulição criadora.

Mas agora não está em jogo apenas essa teimosa associação. Quem não reconhece que o centenário de Castro Alves ocorre em momento particularmente impróprio ao estudo desinteressado de uma obra onde falam com tanta força as manifestações de um temperamento tão sensível aos temas políticos e sociais que agitaram sua época e que no fundo não diferem muito dos que pesam sobre nós? Por considerável que seja a contribuição que ele trouxe para o lirismo brasileiro e

mesmo para o enriquecimento da nossa arte poética, o que em sua obra mais se impõe à simpatia comum vem ainda de seu trepidante tônus político. Quem sobrevive na admiração popular é menos o lírico ardente das “Espumas Flutuantes” que o poeta das odes e o cantor dos escravos. São os seus altos rebates libertários que ainda ressoam com insistência no coração do povo.

Ora, estamos vivendo um instante de confusões e perplexidades, no qual os totalitarismos de um e de outro lado se acumpliciam na deformação metódica dos conceitos e valores tradicionais, já sedimentados na consciência da civilização ocidental. A palavra de ordem é agravar os tormentos do homem contemporâneo. Só assim ele poderá ser colhido de olhos fechados pela escravidão política que as doutrinas e práticas extremistas lhe oferecem.

Era difícil, sem dúvida, preservar a memória de Castro Alves de exegeses tendenciosas e mutiladoras. Como se o claro poeta tivesse guardado alguma reserva quanto às suas ideias e sentimentos a respeito da liberdade em seu legítimo conteúdo humano e cristão, não tem faltado os que ousam apresentar sua obra à ingenuidade popular como uma antecipação profética das pregações que conduzem justamente ao caminho que Castro Alves abominou com todo o fogo de seu gênio poético: - caminho da servidão.

Mas isto é uma fraude contra a qual se rebela o que há de mais vivo, mais puro nos versos e na tradição do poeta – o seu ódio e todas as formas de opressão.

**M. V.**



NÚMERO 11

MARÇO - JUNHO -1948

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
FLEURY ESTEVES<sup>14</sup>DIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 11<sup>15</sup>**

Como explicar a incongruência de certas reações críticas diante da obra, ou melhor, do estilo dos escritores rio-grandenses? Houve um tempo em que estes não logravam despertar maior interesse ou curiosidade fora do meio originário, porque, dizia-se, eram regionalistas, e de um regionalismo empapado de modismos inassimiláveis. Sua pena, silvestre e arisca, em vez de mergulhar na tinta comum da nacionalidade, ia, por desgraça, embeber-se nos pobres arroios e mananciais da querência. Daí aquela forma arredia, sem curso no país, talvez ofensiva ao paladar dominante... Um crítico moderno, e por sinal dos mais acreditados, chegou a declarar, do alto de sua responsabilidade, que não podia entender Simões Lopes Neto! O protesto não se fez esperar, e é curioso que tenha partido de onde menos se pensava. Veio do outro lado do mar, pela palavra do ensaísta português José Osório de Oliveira, cuja capacidade de simpatia e penetração, tantas vezes posta à prova na divulgação e interpretação da literatura brasileira, já havia descoberto que sob a rusticidade de Simões Lopes se ocultava um dos raros escritores entranhadamente genuínos que o Brasil já produziu. Não é sem motivo que se veem crianças chorarem só de ouvi-lo, crianças que nunca participaram da vida campeira e nada sabem do vocabulário que ali circula. Na verdade, a força e poesia que irrompem dos casos e lendas que o grande escritor nos legou em suas páginas escassas, quebram as limitações do verbo para se oferecerem naquele estado de crua virgindade que só o artista puro, em comunicação instintiva com as coisas, sabe captar sem corromper.

Qual, pois o motivo da incompreensão? É certo que o Rio Grande do Sul de São Pedro nasceu com o encargo de vigiar e guardar as partes meridionais da América Portuguesa e suas fronteiras, as únicas verdadeiramente críticas da nacionalidade que amanhecia, pois em torno delas é que se haviam de travar, ao longo de um século e meio, as mais violentas disputas militares e diplomáticas do nosso passado colonial, a partir de fins do século XVII. Foi aqui, sem dúvida, que o expansionismo da Colônia, realizado noutras direções pelas bandeiras paulistas, perdeu seu caráter instintivo, o caráter de uma força atirada aos seus próprios impulsos, para revestir o tônus de uma ação política consciente e vigilante. Esse papel não foi obra das circunstâncias. Antes mesmo de criado o novo distrito, já o destino que lhe cumpria estava selado em meticulosas resoluções e provimentos oficiais.

Paradoxalmente, porém, como se nada disso fosse verdade, como se a grave e decisiva função histórica que coube aos brasileiros do extremo sul pudesse ser interpretada em termos equívocos, éramos frequentemente julgados como um

<sup>14</sup> A partir desta edição, há mudança no Secretário da revista.

<sup>15</sup> Na edição de número 10, de setembro–dezembro de 1947, da revista *Província de São Pedro*, não há editorial escrito por Moysés Vellinho. Tal edição apresenta, como texto introdutório, a transcrição do discurso “Bento Gonçalves”, proferido por Othelo Rosa, em sessão solene ocorrida no IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por ocasião do primeiro centenário de morte do comandante da Revolução Farroupilha, registrado em 18 de julho de 1947.

apêndice estranho à formação do Brasil. A meio caminho entre a metrópole brasileira e as turbulências do Prata, seríamos uma coletividade originariamente indefinida, perplexa entre esses dois focos de polarização política... Era, com efeito, uma calamidade que o Jacuí se houvesse desgalhado do São Francisco, tantas vezes proclamado como o vínculo absorvente e exclusivo da unidade nacional, e viesse correr por sua conta e risco nesta remota extremadura! Porque além da bacia e da influência do prodigioso caminho líquido das bandeiras, não havia salvação: eram regiões fora da laçada brasileira... A ideia da marginalidade histórica do Rio Grande do Sul, produto de esquemas desagregadores, engendrados pela fantasia sem horizontes de respeitáveis autores patricios, talvez esteja no fundo de muito mal-entendido e decerto explica, ao menos em parte, aquela resistência à aceitação do regionalismo sul-rio-grandense.

Pode parecer absurdo que, ao tratar de fatos do domínio literário, se ande a invocar histórias mal contadas. Mas como justificar então que a crítica da corte nunca tenha recusado foros de brasilidade à literatura da seca, da cana do açúcar e do cacau, aos regionalismos do norte em suma, não menos agarrados à terra que o do sul? Não alimento a menor dúvida que, em relação aos problemas da formação rio-grandense, a irritada e irritante incompreensão de certos historiadores, o bravo Capistrano à frente, é direta ou indiretamente responsável por essa desigualdade de atitudes em face de estilos igualmente afastados do padrão comum.

São ainda as incertezas sobre capítulos básicos da história da pátria que com frequência levam nossos irmãos de outras províncias a se estarrecerem quando aportam ao Rio Grande pela primeira vez e verificam que isto aqui é mesmo um pedaço autêntico do Brasil, é o Brasil que continua... Eles naturalmente não desconfiam de que, se acolhemos cordialmente as expansões provocadas pela estranha descoberta, é porque assim manda a velha lei da hospitalidade. Em sua boa fé, eles não sabem, mas essas lisonjas nos amargam, nos machucam por dentro.

Agora, porém, não é mais o regionalismo que está em causa. Tributário de uma fase normalmente superada, ele deixou de ser uma ameaça à uniformidade literária do país... Segundo ensinam os filósofos de vanguarda, o Brasil, à proporção que lê e aprende, caminha em massa, através de ligeiras variações de superfície, para a unidade estrutural da linguagem escrita. E acrescentam que essa unidade repousa necessariamente nas fundações clássicas do idioma ou nos processos regulares de transformação de seus valores. Ora, dentro dessa tendência generalizada é que se vem operando a evolução literária do Rio Grande do Sul. E não será fácil encontrar entre os escritores rio-grandenses quem sirva senão por ignorância àquelas perigosas experiências em que Fidelino de Figueiredo sente cheiro de decomposição da língua e que nada tem de comum com as influências construtivas das variações dialetais. O senso orgânico do idioma, que não se confunde com o culto estéril do purismo, domina progressivamente os intelectuais do Rio Grande, – romancistas, poetas, ensaístas. A bem dizer, nem mesmo os regionalistas lhe foram estranhos. Há neles uma tensão de forma que não cede, que vai com os pensamentos e emoções como quem comanda. A regra, entre nós, é que todos tendem a fazer-se compreender através de um estilo preciso, talvez um pouco armado na sua enfiatura, cioso daquele sentido de disciplina que por certo não é alheia a nossa tradição de milicianos e de homens que nascem já quadrados em seus partidos. Nesse estilo, ou na tendência para esse tipo de estilo, se integram também os atributos de um clima mediterrâneo, de uma natureza sem complicações nem implicações terríficas, – os claros descampados que são o pano de fundo da nossa formação histórica, paisagem de profundas transparências, onde tudo é a um tempo severo e familiar, escondendo, na humildade aparente de suas linhas, a secreta e inesgotável riqueza das coisas simples.

Enfim, o regionalismo, na sua feição dialetal, é hoje um capítulo encerrado. E então? Então passamos a responder por um novo delito. Antes, vivíamos à margem, cultivando maneiras aberrantes da forma consuetudinária. Confinados dentro de uma área histórica e política supostamente excêntrica, indisciplinados, refratários, chegávamos a ser, na literatura e for dela, os castelhanos do Brasil... Hoje, acusados de viver em morna lua de mel com a gramática! Somos agora os tímidos neoclássicos do panorama literário brasileiro! Uns pobres conservadores, sem imaginação criadora, destituídos daquela gana subversiva capaz das grandes renovações...

Em artigo anterior, publicado nesta revista, nº 6, procurei apontar os motivos de caráter político e sociológico que explicam a crescente fidelidade do escritor rio-grandense à estrutural tradicional da língua portuguesa. Situados nas fronteiras corruptíveis do idioma, como compreensivamente observou Afonso Arinos de Melo Franco, - fronteiras não apenas externas, mas também internas, em virtude das largas incrustações de outras línguas, trazidas pelas levas adventícias, - sentimos, por instinto, que a preservação do vernáculo é uma das condições de sobrevivência das nossas raízes culturais.

Já cumprimos nossa parte na consolidação geográfica da nacionalidade. Mas estamos vendo que o estado de vigília continua noutra campo, aí onde os perigos e ameaças, embora menos ostensivos, não são menores que as antigas disputas sobre a raia divisória. Permanecemos em guarda - eis tudo. Se vai nisso apenas uma nova modalidade de vocação guerreira, então é que realmente não há lugar para o Rio Grande nos generosos domínios da criação estética. Vamos limpar as nossas garruchas e cuidar dos nossos bois... Só que, à falta de revoluções ou guerras no momento, e de vagas na faina dos campos, ficaremos reduzidos à condição de heróis desocupados e pastores sem trabalho...

Quanto equívoco a desfazer!

Voltando à maneira como encaramos o tratamento do idioma, vem a talho, para remate destas considerações, uma velha conversa de acampamento. Diz a tradição que certa vez perguntaram a Gumercindo Saraiva por que motivo, sendo ele brasileiro, só falava em castelhano?

- Ora - contestou o caudilho - se hei de estropear a minha língua, prefiro estropear a dos outros...

Desconcertante, quase absurda na aparência, não sei, entretanto, de manifestação mais comovente de respeito à língua natal. O valente chefe maragato confessa sua ignorância, mas esta lhe causa o ressentimento que transparece do próprio humorismo onde ele procura encobri-lo. Que essa resposta exemplar mova à compreensão os que se recusam a encarar os fatos em sua significação menos comezinha.

**M.V.**



**NÚMERO 12**

SETEMBRO - DEZEMBRO -1948

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
FLEURY ESTEVESDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 12**

Que foi o Partenon Literário e por que os homens de letras do Rio grande do Sul resolveram comemorar o 80°. Aniversário de sua fundação? Em vão se procurará nos historiadores clássicos da literatura brasileira a mais ligeira notícia a respeito da instituição que chegou a ser, no conceito de João Pinto da Silva, “a mais bela e numerosa conjugação de esforços literários de que há memória entre nós, senão em todo a sul do Brasil, do Rio de Janeiro para baixo”. Além dos breves estudos e exumações de autores locais, de duvidosa repercussão além das fronteiras do Estado, o mais pesado silêncio, a omissão pura e simples. Creio que apenas agora, graças ao exaustivo levantamento literário a que se está procedendo e do qual resultarão os quinze volumes prometidos para breve pela Editora José Olimpio, tomarão conhecimento os diversos centros culturais do país de que realmente existiu em Porto Alegre uma sociedade de letras que por mais de duas décadas fez fermentar a vida intelectual da Província. É o que se pode depreender de um artigo que Lúcia Miguel Pereira publicou não há muito e que deverá ser uma antecipação do volume que lhe foi confiado. Ali a admirável ensaísta, que reúne ao dom da agudeza os da mais lúcida compreensão e probidade, toma contato com o Partenon e lhe consagra algumas referências. Se não se debruça no exame de sua intensa e larga atuação, é porque talvez não o comporte o plano da obra. O essencial é que desta vez o Partenon Literário não foi ignorado.

Não seria razoável, com efeito, que se continuasse desconhecendo fora daqui o que o famoso grêmio representou na formação mental do Rio Grande do Sul. E ainda menos a bravura com que naquele tempo o escritor acudia às responsabilidades e encargos do ofício.

É simples a crônica da instituição. Oitenta anos passados, um punhado de intelectuais animosos, afrontando as conjunturas de um processo histórico dos mais duros e intensos, não tiveram dúvida em lançar os alicerces do Partenon Literário. O ambiente, opressivo, fumegante de ânimo guerreiro, por certo não os ajudava. Mas o que eles queriam, no fundo, não era precisamente marchar ao arrepio dos acontecimentos? Por que esperar, esperar até quando, se as lutas nunca tinham fim? Desde a instalação da nova circunscrição colonial até pouco era o implacável estado de vigília em defesa das fronteiras eternamente sangrando. A paz de Poncho Verde, que selara com honra o decênio farroupilha, tinha sido lavrada havia pouco mais de vinte anos, e as cicatrizes que marcaram os heróis ainda doíam na carne da comunidade. As guerras do Prata, anteriores à própria configuração política da Capitania, mal se tinham encerrado com o esmagamento de Rosas. E agora, quando os homens da pena se buscavam uns aos outros para a construção de sua cidade, estávamos mergulhados em plena campanha do Paraguai, em cujo solo se batiam para mais de trinta mil rio-grandenses! Eram os sacrifícios e provações de sempre, era a devastação que continuava.

Esse o momento escolhido para a instalação do Partenon. Mal ou bem, o certo é que a inquietação construtiva dos homens que se entregavam às atividades do espírito já estava cansada de esperar. Eles queriam, mesmo sob o fumo das guerras, afirmar a realidade de um mundo superior onde só se fizessem ouvir as

vozes obscuras, elementares, que arrastam os homens ao desentendimento e à destruição de si mesmos.

Isso não constituía, naturalmente, cláusula expressa de estatutos ou ideários, mas o Partenon não é outra coisa, nos seus vinte e tantos anos de vida, senão a condensação de uma tendência que se vinha definindo e encorpendo desde muito, com a constância e a força de uma vocação. Tal tendência, já patente em plena ebulição farroupilha, quando tantos poetas surdiram dentre os soldados, queria dizer que as imposições de sua condição de fronteiras, por mais ásperas e urgentes, não incompatibilizavam os brasileiros do extremo sul com as práticas da inteligência.

Eis o sentido mais relevante da instituição. Poder-se-á contestar o valor propriamente literário do patrimônio que nos legou, mas esse sentido de afirmação cultural deve pairar acima de quaisquer dúvidas ou reservas. Poucos nomes, além dos de Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira, Lobo da Costa, Carlos Kosetitz e Assis Brasil, lograram sobreviver ao ciclo de sua duração. A verdade, porém, é que a Casa de Apolinário foi mais que uma academia, foi um movimento, uma ação que absorveu em seus largos objetivos dezenas de espíritos votados às coisas do pensamento, representativos de todas as gerações, residentes em qualquer parte da Província onde houvesse um jornal ou um prelo.

Nas tertúlias mensais do grêmio, muitas palavras, por certo, foram gastas, mas a simples palavra não bastava àqueles bravos lutadores. Eles eram apaixonados pela ação e procuravam realizar com os próprios braços, não só com a pena e o verbo, os sonhos que os animavam. Era preciso fazer tudo pela educação e pela cultura? Então lançaram uma revista mensal que se manteve durante nove anos, incentivaram o ensino e o teatro, promoveram conferências públicas, organizaram um museu e uma biblioteca e abriram as suas portas a quem quisesse aprender. A simples pregação não lhes bastava. Se tomaram o partido da abolição, não era apenas para mover consciências alheias: dizem as crônicas da época que o Partenon angariou fundos em prol da campanha libertadora e que muitas dezenas de escravos foram alforriados à sua custa.

Mas o Partenon Literário não resistiria às retaliações políticas que iam desfechar na sangueira de 93. Nem tudo, porém, havia de perder-se. Ficaria o exemplo desta coragem superior que consiste em clamar pelos foros do espírito, clamar sempre, e com tanto mais vigor quanto mais se encarnicem os acontecimentos contra a quietação moral dos homens.

**M. V.**

**NÚMERO 13**

MARÇO - JUNHO-1949

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
FLEURY ESTEVESDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 13**

Ao iniciar seu 5º ano de vida, esta revista tem o direito de levar a seu crédito o empenho, a constância com que vem procurando ser fiel ao seu programa de apresentação. Está claro que tivemos que enfrentar múltiplas dificuldades para chegarmos até aqui e ir adiante. Devemos reconhecer, porém, que essas dificuldades nunca se originaram de qualquer reserva ou incompreensão por parte dos nossos círculos intelectuais. Muito pelo contrário, foi precisamente a boa acolhida que a “Província de São Pedro” despertou em todos os recantos do país que nos tem ajudado a vencer os embaraços que necessariamente obstruem, entre nós, as iniciativas de puro alcance cultural.

Constituímos um complexo nacional cujos níveis de civilização espantam pela desigualdade. Padrões os mais elementares se acotovelam com os mais refinados, numa contiguidade constrangedora. Além, disso, o painel sociográfico brasileiro apresenta aspectos alarmantes de descontinuidade, vastamente permeado que é de áreas inertes, ainda virgens em grande parte. O frouxo tecido da nossa geografia humana se abre a cada passo em rasgões enormes, mostrando, fora dos coágulos urbanos, uma sociedade tão escassa que nem sempre podemos ouvir os apelos com que nos buscamos uns aos outros. Por isso mesmo, porque somos assim um país semeado de vácuos demográficos, verdadeiros descampados humanos, é que cumpre valorizar o nosso homem, não apenas como expressão econômica – o que é imperioso, por certo, – mas ainda como expressão de uma cultura, de modo que, reativando sem suas vivências tradicionais, já depuradas pela legenda, possa ele preencher com os valores do tempo os perigosos claros que se sucedem fronteiras adentro, ilhando e dispersando as nossas populações.

E que são esses valores do tempo senão os sedimentos da história em sua composição ativa? Quer dizer, tudo aquilo que o tempo acumulou em redor de nós e em cada um de nós, impondo à nossa existência um compromisso que não se coaduna com a condição de uma aventura irresponsável, meramente vegetativa.

Longe de nós preconizar o culto da tradição pela tradição, o que facilmente conduz à esterilidade do saudosismo. Como acentuamos no artigo inaugural desta revista, o que devemos cultivar são os elementos fundamentais, as constantes da tradição. É que nos parecia, então como agora, que “a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura”. Se, ao mesmo passo que olhamos para o mundo, não nos ocuparmos constantemente de nós mesmos, das nossas coisas, do que fizeram ou deixaram de fazer nossos precursores, – se não estivermos sempre a escutar o sentido dos movimentos, inquietações e provações que ainda palpitam no subsolo mal batido da nossa formação social, – se perdermos o contato com as ideias e emoções que dão calor ao nosso legado histórico e espiritual, – se, em suma, não estivermos sempre a remexer nas nossas raízes, afofando-lhes o terreno em volta para que elas possam continuar vivendo e dando vida, – então acabaremos como estranhos em nossa própria casa, já assenhoreados por influxos vindo de fora, já oprimidos e aniquilados pelas forças que sobem da terra.



Estamos certos de que a continua retomada dos nossos temas, velhos e novos, à luz de um critério objetivo, corajosamente crítico, isto é, isento de exacerbações sentimentais e livres de preconceitos regionalistas, – estamos certos de que tal cuidado aguçarà em nós esse senso de continuidade que, multiplicando o homem no tempo, também o multiplica no espaço, pela força irradiante de uma tradição ativa, feita consciência e vigilância. Nessa tradição está o nosso apego e paisagem nativa com todas as suas implicações culturais, está a nossa fidelidade à generosa vocação universalista que é a marca viva do gênio lusitano, está ainda o reconhecimento de nós mesmos em nossa imagem histórica, aí onde se vê que as peculiaridades rio-grandenses não são mais que a maneira pela qual revestimos, nesta estremadura, a nossa condição de brasileiros.

Zona de intensa imigração, franqueada a todas as raças, seria cedo demais para descurarmos a preservação das nossas fontes genuínas de cultura, quando ainda há tanto que esperar da lição que a democracia social elaborada pelo espírito luso-brasileiro vem oferecendo sem alarde, quase com humildade, ao atropelado mundo dos nossos dias. Queremos resguardar os nossos valores culturais para que eles não percam por abandono sua capacidade de resistência e assimilação, a qual. Consistindo em dar e receber, descobre, no fundo, uma inspiração igualitária, um impulso espontâneo de fraternidade.

Já se vê que não cabem aqui estreitezas regionalistas. Somos os primeiros a afirmar que o intercâmbio literário com as demais unidades da comunhão brasileira condiciona a própria existência da “Província de São Pedro”. E a prova de que somos uma publicação aberta à colaboração de escritores e poetas de todo o país, sem limitação de assunto, é que não nos cansamos nem nos cansaremos de lhes bater à porta, como temos feito até aqui, para que não se neguem ao esforço comum de aproximarmos o Brasil de si mesmo por sobre os desertos que nos desgarram uns dos outros.

O que vimos procurando realizar neste sentido felizmente tem encontrado por toda a parte o mais estimulante agasalho. Ora é um plumitivo do Piauí que nos confia seus primeiros exercícios literários, ora um menino de Cachoeira do Sul que nos escreve dizendo com calor o que representa para a sua inteligência em formação o trato assíduo com as páginas da “Província”. Ou então é um poderoso diário da imprensa brasileira a manifestar, por palavras sumamente desvanecedoras, o temor de que viéssemos a desaparecer da cidade das letras. Ou é ainda um dos grandes jornais do Rio que erige a nossa revista em “órgão por excelência da província brasileira”. Já noutra oportunidade tivemos a ocasião de transcrever esse alto juízo. Voltamos agora a ele porque de todos os aplausos com que temos sido distinguidos nenhum como este traduziu ideia mais grata ao nosso desejo de contribuir com o melhor de nós mesmos para o enriquecimento cultural da província brasileira.

**M.V.**

**NÚMERO 14**

SETEMBRO - DEZEMBRO - 1949

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
FLEURY ESTEVESDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
HENRIQUE MAYA**EDITORIAL 14**

Consagrada a reviver e discernir os valores permanentes da província, sem perder de vista, sobretudo, a sua integração no conjunto da cultura nacional, esta revista abre espaço a estudos e pesquisas que, procedentes dos mais diversos pontos do país, visam a tal objetivo. E como não poderia deixar de ser, no âmbito de nosso trabalho se plantam também figuras e episódios de contorno já conhecido e que, por sua projeção no amplo cenário brasileiro, formam o patrimônio. Comum da nossa civilização.

Dentre as figuras permanentes de nossa grei, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa se destacam e se irmanam. E que não foram esquecidos, nem o seu esforço deslembado, verificamo-lo este ano, ao transcorrer o centenário de nascimento dos estadistas de Pernambuco e da Bahia. Foram ambos submetidos, tanto quanto o permitia a perspectiva histórica ainda escassa, a uma revisão de valores que buscou fixar, através da atuação pública e da obra vária e múltipla que nos legaram, as características de um e outro espírito e a contribuição que lhes devemos. Sobre o apostolado abolicionista de um e o apostolado jurídico do outro, muito se escreveu, antes e durante as comemorações. Se é certo que a proximidade das datas em que nasceram sugeriu paralelos, verdade é que, em outra circunstância, a mesma aproximação se imporá, não só porque Rui e Nabuco se moveram na mesma cena, às vezes esposando o mesmo programa, senão porque existem entre ambos inúmeros pontos de contato, denunciadores do ambiente cultural e político em que se formaram. O paralelo feito não pretendia subestimar a importância de um, para superestimar a de outro. Valores positivos, sem a menor contestação, o que se tem pretendido é traçar a direção diversa de ambos, no tocante à sua menor ou maior adequação aos problemas nucleares da época e da fase política em que viveram.

Se Joaquim Nabuco foi mais permeável às inquietações e reclamos subjacentes do seu tempo, se viu lucidamente os signos de uma transformação social próxima, nem por se ter fixado em outro rumo – o da organização jurídica do país, sobretudo no lineamento dos alicerces constitucionais – foi Rui Barbosa menos atual e menos profético. Divergentes, à época, as correntes que eles perseguiram desembocam no estuário comum impelidas por anseios de paz, liberdade e justiça, numa veemente afirmação de maturidade das elites brasileiras para o exercício pleno e integral do mecanismo democrático.

Berços desiguais na fortuna e aspirações contraditórias, – um mais voltado para a harmonia das atitudes, a nobreza antiga, – outro, mais povo e, contudo, aparentemente anacrônico, posto como foi, pela língua de que se serviu, entre os mestres do idioma do Seiscentos, e, pelo ideal jurídico, entre os serenos varões da era vitoriana, – Nabuco e Rui trouxeram até nós a ressonância do entrechoque do mundo greco-romano com o tipo anglo-saxão de vida civil. Daí a possível superficialidade de um, o seu estilo brando e alado, sua curiosidade a borboletear sobre os marcos harmoniosos da civilização antiga, e daí, talvez, a vocação do outro pelo estilo pesado e solene dos clássicos, o amor das disquisições eruditas, o ímpeto – digamos imperial – que punha na defesa de nosso republicanismo nascente, como

uma construção sólida, rígida, destinada a coibir a instabilidade política, perigo permanente para as nações jovens.

Ambos serviram com igual amor a seu país e o seu povo. A obra que construíram é manancial permanente. Os estudos, muitos deles excelentes, que a efeméride sugeriu não abraçam ainda todos os aspectos dessas duas vidas, tão opulentas de ângulos históricos e artísticos. Contudo, a revisão que este ano se fez é bastante para revelar como, quanto mais evoluímos, tanto mais fértil se torna a sugestão legada aos de hoje pelos excelsos paladinos.

O saldo de ambos é enorme.

Seria lamentável que o país, por seus dirigentes, como pelo seu povo, se ausentasse ou se eximisse do compromisso de honrar votivamente as duas nobres vidas. Entretanto, a homenagem melhor e mais pura que lhes devíamos, e lhes devemos, não é esta. O que Rui Barbosa e Joaquim Nabuco exigem de nós, de todos quantos vivemos hoje num mundo em paroxismos, é muito pouco, mas resume e justifica o dom da vida – fidelidade às normas jurídicas e suficiente sabedoria, a pouca sabedoria necessária para usufruirmos da paz com o espírito fraterno e senso de beleza.

**G. C.<sup>16</sup>**

---

<sup>16</sup> As iniciais são de Guilhermino César, que, excepcionalmente, nesta edição, redige o editorial.



**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO ACAUÁDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
M. BARRETO VIANA**EDITORIAL 15**

Na importante e tranquila cidade de Washington realizou-se, em outubro último, um acontecimento cultural de extraordinária importância para nós – o Colóquio Internacional sobre Estudos Luso-Brasileiros. Produzido e patrocinado pela Biblioteca do Congresso – que é como se chama a Biblioteca Nacional dos Estados Unidos – com o concurso do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Vanderbilt, não há exagero em dizer que poucas vezes, após a idade de ouro dos descobrimentos, o mundo de fala portuguesa terá tido tão nobre oportunidade de afirmar a sua existência.

A primeira daquelas instituições, mundialmente famosa pela abundância e riqueza de seus tesouros literários, ia celebrar o terceiro jubileu de sua fundação. Nada mais natural que procurasse encher o grande momento com a evocação de sua própria crônica, que é todo um monumento de organização e sabedoria e uma constante lição de prodigalidade espiritual. Mas não foi isso o que vimos, foi mais que isso. Num gesto de esplêndida cordialidade e desprendimento, a biblioteca do Congresso resolveu abrir mão da maior data dos seus anais e dá-la de presente ao Brasil e Portugal para que a cultura e a tradição dos dois países, sempre abafadas dentro de uma língua sem acústica, tivessem o seu instante de fulgor internacional. Nasceu assim a ideia do Colóquio.

O temário articulado para os debates foi encaminhado com larga antecedência às pessoas convidadas para o importante congresso. Caracterizava-se pela sua amplitude e elasticidade, compreendendo os períodos mais expressivos, os aspectos vitais do complexo cultural luso-brasileiro.

Feita a chamada, acudiram professores universitários dos mais dilatados recantos dos Estados Unidos. Era de admirar que no meio daquele áspero oceano de língua inglesa, onde tudo quanto se expressa noutra língua ressoa geralmente com vibração tão escassa, - era de admirar e até de comover que pudessem aqueles americanos ilustres sobreviver no isolamento de suas pequeninas ilhas, e ali, contra os ventos do largo, cultivarem desinteressadamente, através da língua, da literatura e da história, a obscura planta luso-brasileira! Pois sobreviviam, e agora, em contato com intelectuais do Brasil e de Portugal, buscavam retemperar, reativar o seu interesse pelas coisas que nos são comuns a brasileiros e portugueses. Também compareceram estudiosos de outros países, igualmente empenhados no trato das mesmas coisas.

A delegação lusitana estava representada por expressões respeitáveis do pensamento científico e artístico de Portugal e levava consigo, além de teses e comunicações de indiscutível relevância, uma bagagem magnífica: cerca de dois mil volumes das obras portuguesas publicadas no último decênio, em edições que fazem honra à cultura e às artes gráficas do país. Tudo estava a demonstrar a fecunda repercussão que tivera nos meios intelectuais e governamentais portugueses a iniciativa da Biblioteca do Congresso. Em Portugal parece realmente

---

<sup>17</sup> A partir desta edição, há mudança no Secretário e no Gerente da revista.

que ninguém cometeu a insensatez de por em dúvida o enorme alcance do conclave em Washington.

Em contraste com tudo isso, pode-se dizer que a nossa representação chegou à metrópole de mãos vazias. Quando devíamos ter feito outro tanto que os nossos irmãos de além-mar, contentamo-nos com a magra exibição de doze ou quinze volumes desparelhos, que se sumiam sob a esmagadora imponência da mais vasta biblioteca do mundo! Consta que chegamos a remeter alguns caixotes de publicações nacionais, mas, como sempre acontece, a carga foi ter ao destino arde demais, quando a reunião já estava encerrada.

Pelos nomes que a compunham, alguns de primeira ordem, nossa delegação seria capaz de muito se não tivesse sido organizada à última hora. Alguma coisa se fez, sem dúvida, e nem seria justo desconhecer o valor de várias contribuições dos nossos representantes. Mas, que significa isso senão mais uma prova da nossa capacidade de improvisação, que é por certo uma virtude, mas virtude perigosa pelas dores de cabeça que já nos tem dado?...

Mas grado as instâncias dos organizadores do Colóquio, manifestadas com muitos meses de antecedência, infelizmente as coisas foram feitas aqui de afogadilho, poucos dias antes da abertura da reunião, como se se tratasse de uma excursão inconsequente, de uma lépida viagem de turismo, de um piquenique comemorativo! Às vésperas da partida, ninguém sabia ainda ao certo se ia ou se não ia! É que o governo brasileiro, ciosamente empenhado na elaboração de sua derrota eleitoral, não tinha tempo a perder com aborrecidas questões de cultura...

Desgraçadamente foi com essa leviandade que respondemos à generosa ideia das ilustres entidades americanas que imaginavam poder contar com a nossa colaboração na procura dos meios capazes de incentivar no grande país o desenvolvimento dos estudos que tão intimamente deveriam nos interessar! Quando os nossos vizinhos do norte nos ofereciam de graça o mais soberbo cenário cultural deste hemisfério para mostrarmos aos Estados Unidos e ao mundo o que há de universal e de vivo em nossa tradição espiritual, eis que os responsáveis oficiais pela representação da cultura brasileira, isto é, os nossos governantes, não sentiram o mais leve constrangimento em ostentar a pesada incompreensão com que desperdiçaram a grande oportunidade!

Apesar de tudo, porém, a reunião de Washington preencheu grande parte dos fins que tinha em mira, o que prova que o êxito alcançado não estava na estrita dependência da nossa cooperação... O simples encontro de tantos professores e homens de pensamento, todos tão distanciados pela geografia mas tão próximos uns dos outros pela convergência de seus estudos e pesquisas, - esse simples encontro, sob a égide da Biblioteca do Congresso, garantiria, só por si, o sucesso da reunião.

Resta agora ao Brasil emendar-se. Se não quer ajudar-se a si próprio, ao menos ajude os homens de boa vontade dos Estados Unidos a ativar em suas universidades o interesse pela nossa língua, pela nossa cultura, pelos nossos problemas. Quem já esteve naquele país e se pôs em contato com os seus centros intelectuais bem sabe quanto é permeável a curiosidade dos americanos a sedução das coisas brasileiras.

**M.V.**

NÚMERO 16

DEZEMBRO - 1951

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO ACAUÁDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
ARISTIDES O. VINHOLES<sup>18</sup>**EDITORIAL 16**

Esta página, reservada ao editorial de costume, abre hoje uma exceção para acolher um documento e um fato que não devem passar em branco. Aquele é a declaração de princípios dos escritores democratas que compareceram ao IV Congresso Brasileiro de Escritores, recentemente realizado em Porto Alegre, e o fato não foi menos que a maciça impugnação desse documento pela assembleia.

A magnífica declaração de princípios, proposta pela delegação pernambucana com o apoio da maioria dos representantes de Minas, Ceará e Alagoas e de um dos delegados da Bahia, é a seguinte:

**“Os escritores brasileiros, reunidos no seu IV Congresso, nesta cidade de Porto Alegre, sob a inspiração de deveres e responsabilidades que lhes são comuns e CONSIDERANDO:**

**1.º) – que a liberdade de manifestar e formular o pensamento é essencial à plenitude da criação literária e artística;**

**2.º) – que a arte e a literatura não podem ser por isso mesmo submetidas a quaisquer processos de controlo ou de limitação;**

**3.º) – que a democracia, sendo o único regime compatível com a dignidade da pessoa humana, deve ser defendida e preservada pelo escritor como uma condição de sobrevivência de sua liberdade criadora;**

**4.º) – que o patrimônio cultural da civilização, cujos valores cumpre sejam defendidos, está ameaçado pelos preparativos bélicos em que ora se empenham as grandes potências mundiais;**

**5.º) – que o ideal de paz, acima de tendências políticas, ideológicas ou religiosas, é um anseio universal de todos os povos e está na tradição do povo brasileiro;**

**6.º) – que é dever do escritor pugnar pelo livre curso das ideias e pelo livre acesso às fontes de informações, como meio de assegurar o intercâmbio cultural e a convivência pacífica entre os povos;**

**PROCLAMAM** perante a nação, independente de tendências de qualquer natureza, a sua crença, firme e inabalável, de que tão altos objetivos somente poderão ser alcançados, mediante a aceitação dos seguintes princípios:

**a) repúdio absoluto a todos os sistemas de intolerância, opressão ou negação das liberdades humanas;**

<sup>18</sup> A partir desta edição, há mudança no Secretário da revista.



**b) repulsa a todas as condenações de escritores e jornalistas, ocorridas no Brasil em outros países, por delitos de opinião;**

**c) oposição, nos termos do art. 141 da Constituição Brasileira, a quaisquer manifestações tendentes à propaganda de guerra ou à subversão violenta das instituições, como contrárias à evolução natural e pacífica dos povos;**

**d) condenação sistemática e indistinta de todas as lutas de conquista que visam à dominação cultural, política ou econômica, e impedem, destarte, o princípio da autodeterminação dos povos;**

**e) aceitação dos regimes fundados à base do sistema representativo, da organização pluripartidária e da concepção democrática da vida;**

**f) transformação pelas grandes potências dos orçamentos de guerra em orçamentos de paz, a fim de evitar o perigo de um novo conflito e assegurar, deste modo, o bem estar social e progresso cultural dos povos;**

**g) realização de um amplo entendimento entre todos os países no sentido da superação da crise atual e da criação de condições efetivas para uma paz justa e duradoura;**

**h) colocação dos engenhos científicos e das riquezas minerais de cada país, não como instrumento de destruição e de guerra, mas como elementos capazes de assegurar o progresso dos povos e a sobrevivência da cultura e da civilização.”**

Uma assembleia especificamente organizada para matar no nascedouro qualquer pronunciamento que importasse num compromisso formal com os elementares postulados da liberdade e com as franquias espirituais do homem, teria mentido à sua finalidade ostensiva se não houvesse repudiado esse pronunciamento. Afinal de contas, que outra coisa pretendia ser o IV Congresso Brasileiro de Escritores, com os precedentes, senão mais um elo da cadeia internacional dos famigerados congressos de paz que periodicamente se reúnem a serviço da agressão e do imperialismo russo? Os bravos congressistas rechaçados não podiam alimentar a mais leve dúvida quanto ao destino que aguardava a sua proposição. Redigida de boa fé, ao arpejo dos duros mandamentos da “linha justa”, tinha que ser rudemente contraditada e da mesma forma repelida pelos audaciosos remanescentes da ABDE.

A repulsa a todos os meios e sistemas de opressão, qualquer que seja a marca de procedência; a afirmação democrática, sem evasivas nem subterfúgios; o desejo de uma paz decente, que não seja a paz do terror policial nem a paz dos cemitérios; a condenação das lutas de conquista; o respeito ao princípio de autodeterminação dos povos; o livre acesso às fontes de informação, sem a exclusão das que se escondem do lado de lá da cortina de ferro; a adoção, enfim, de todos os postulados, explícitos ou implícitos, que expressam as árduas conquistas do espírito de liberdade contra os impactos do obscurantismo e da regressão totalitária, – tudo isso estava escrito com uma clareza por demais constrangedora para a pesada e grossa maioria dos congressistas ali reunidos para fins em tudo estranhos ao ideário dos escritores que ainda não aprenderam a trair sua responsabilidade de patriotas nem sua condição de artistas.

A derrota sofrida pela cristalina declaração de princípios dos intelectuais democratas teve, entre outras virtudes, a de por a nu, mais uma vez, os monótonos

objetivos desses congressos de encomenda e de aumentar ainda mais o já enorme descrédito em que caíram.

Antes de encerrarmos estas notas, uma pergunta se impõe: onde se achavam, na ocasião, os escritores rio-grandenses? Esses, na sua quase totalidade, já tinham deixado de pertencer ao murcho quadro local da ABDE, e para que os interesses morais e materiais da classe não ficassem ao sabor de injunções externas organizaram-se em nova associação – a Sociedade de Homens de Letras do Rio Grande do Sul.\*

**M. V.**

---

[Nota do original] Foram os seguintes os signatários da declaração acima transcrita: Andrade Lima Filho, Cesáreo de Melo, Carlos Moreira, Aderbal Jurema, Luiz Beltrão, Laurêncio Lima, Jonas Ferreira Lima, Edson Regis, Ismar de Moura, Jordão Emerenciano, Altamiro Cunha O de Pernambuco: Mozart Soriano Aderaldo, Antônio Girão Barroso, José Stênio Lopes – do Ceará; Fábio Lucas, Valdecir Dutra, Edson Moreira, Vera de Castro, Laís Corrêa de Araújo, Afonso Ávila, José Maria Casasanta – de Minas Gerais: Igor Tenório, Hilson Paranhos e José Pinto Góis – de Alagoas: Arquimino Ornelas – da Bahia.

\* [Nota do original] Os fundadores da Sociedade de Homens de Letras do Rio Grande do Sul são os seguintes: Antônio Acauã. Alcides Gonzaga, Álvaro Magalhães, Athos Damasceno Ferreira, A. Limeira Tejo, Carlos Dante de Moraes, Carlos Galvão Krebs, Dâmaso Rocha, Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Décio Freitas, Edgar Luiz Schneider, Érico Veríssimo, Fábio de Barros, Francisco Fernandes, Guilhermino Cesar, Hamilcar de Garcia, Hugo Ramires, J. P. Coelho de Souza, Josué Guimarães, J. A. Nogueira Leiria, Leo Arruda, Mário Quintana, Manoelito de Ornellas, Mem de Sá, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Ovídio Chaves, Paulo Corrêa Lopes, Paulo Hecker Filho, Paulo Tollema, Raúl Cauduro, Renato Costa, Ruy Cirne Lima, Salgado Martins, Telmo Vergara, Walter Spalding.

**NÚMERO 17**

1952

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO ACAUÁDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
ARISTIDES O. VINHOLES**EDITORIAL 17**

Os grandes jornais de Porto Alegre já foram mais liberais na distribuição de seus fartos espaços. Uns mais, outros menos, a verdade é que costumavam reservar alguns palmos de coluna para as coisas da literatura. Houve tempo até, e não faz muito, em que mantinham páginas literárias, uma por semana, onde se podia acompanhar com alguma regularidade a produção da casa, lado a lado com a contribuição de outros Estados e mesmo do estrangeiro. Em confronto com o que fazem outros órgão da imprensa brasileira, que proporcionam ao leitor excelentes suplementos dominicais, ajudando-o assim a matar os domingos com certa dignidade, não era muito o que os jornais de maior circulação da imprensa rio-grandense ofereciam, não era tudo o que podiam dar, mas não deixava de ser um sintoma de compreensão que se podia interpretar como a promessa de dias melhores.

Agora, porém, nem isso. Praticamente estão trançados os nossos jornais aos homens que pensam e escrevem. Ou bem se trata de nome já feito, e neste caso é algumas vezes possível, mas ainda assim com muita cautela, transpor a barragem, ou então, se o candidato à letra de forma é um plumitivo, tem que se arriscar a duras provas, por vezes até humilhantes, antes de ver seu trabalho aceito e publicado. Vem finalmente o problema dos direitos autorais, ainda mais complexo e confrangedor... Pode também acontecer que se abram exceções e que estas resultem de intenções até generosas. Mas aqui o desdém pela atividade literária em si ainda é mais chocante: se a transigência decorre de motivos pessoais, se toma o jeito de auxílio disfarçado em honorários, então é que os nossos grandes matutinos, num gesto de penosa originalidade, se recusam a reconhecer os foros profissionais do escritor.

Quem perde com isso é naturalmente o assinante do jornal. Abra-se um numero de domingo. O leitor se alvoroça diante da perspectiva de um descanso repassado de boas leituras e começa a folheá-lo atentamente, página por página, em busca do que ler. Não precisa, porém, chegar ao fim para ficar tomado pela vil sensação de que foi logrado: quase que puro anúncio, de cabo a rabo. O anúncio inundando tudo... De permeio, o noticiário de todos os dias, esse que as agências fornecem copiosamente, a peso ou sob medida. E a vasta reportagem policial, onde se fica sabendo, entre casos de arrepiar, o furto sensacional de uma galinha no Partenon ou na Ilha da Pintada... Depois são os esportes. Só o futebol consome colunas e colunas, servilmente perfiladas sob a garrafal glorificação de seus heróis, os heróis nacionais da bola! Mas o que invade todos os espaços, e se insinua por todos os cantos, são principalmente os chamados “pequenos anúncios”. Pequenos anúncios! – eis que a gorda imprensa domingueira de Porto Alegre oferece às carradas, numa comovente prodigalidade para com os seus clientes...

Não é de estranhar, assim, que o nível de curiosidade intelectual esteja baixando entre nós a tal ponto que existem pessoas respeitáveis da classe média que gastam seus domingos untuosamente repoltreados numa preguiçosa a saborear entre cochilos a pobre literatura dos pequenos anúncios!... É gente que veio ao mundo sob o signo da bem-aventurança e que, segundo está escrito, se



destina ao reino do céu... Quem, entretanto, nasceu para o inferno dos encantos que a vida do espírito pode propiciar, não tem outra alternativa senão tomar conhecimento do último terremoto que abalou o Japão ou o Chile ou de mais um golpe de mão em qualquer parte da América Espanhola. Enfastiado, dez minutos depois abandona o jornal. Ler o quê?

Pior ainda é se ele quer saber o que se faz no Rio Grande e no resto do país em relação às atividades culturais. Nesse terreno, salvo contrabando de algum redator temerário, o silêncio é o mais completo. O próprio registro de livros foi definitivamente varrido dos jornais de maior responsabilidade. De sorte que quem quiser ignorar o que se escreve aqui ou no país, que restrinja sua curiosidade aos grandes diários de Porto Alegre.

No entanto, há no Estado uma viva fermentação literária, como talvez ainda não se tenha verificado antes. Valores novos surgem todos os dias e entre eles já se distinguem alguns que se vão definindo como altas promessas. O ilustre crítico João Pinto da Silva, embora distante, acompanhava cheio de surpresa o movimento das atuais aflorações rio-grandenses e admirava-se da seriedade com que os jovens escritores da província encaram a missão da inteligência. “É uma revelação de cultura – observava o saudoso ensaísta, sempre tão sóbrio em suas manifestações – é uma revelação de cultura, que surpreende, às vezes, em autores tão jovens. Temos o direito de esperar deles, em breve, obras notáveis, que consolidarão o prestígio intelectual da nossa terra”.

Esta revista sempre teve suas páginas franqueadas à geração moça. Animamos o cuidado de não lançar nenhum número onde não apareçam expressões novas da inteligência rio-grandense. Nosso ritmo é lento, porém, e não pode acompanhar passo-a-passo a vertiginosa inquietação dos jovens. Eles precisam de outras válvulas, de outros meios de comunicação intelectual. Desgraçadamente estão fechadas para eles as portas a quem podiam bater. Na sua fecunda impaciência, às vezes no seu desespero, reúnem então suas economias, enchem-se de dívidas e atiram-se à perigosa aventura das revistas. Já várias apareceram nestes últimos anos. À míngua de amparo, no entanto, morrem do mal dos sete dias. Foi a história de “Quixote”, “Fronteira” e “Princípio”. “Reflets” e “Crucial” irão além do segundo número? O que é doloroso é que ninguém parece ter feito ainda a conta dos talentos que se extraviam por causa desses melancólicos fracassos. Nem tampouco se pensou na ruínosa repercussão dessas perdas no processo de consolidação e adensamento da nossa vida cultural.

A todas essas, os nossos jornais de tradição, os mais representativos, se conservam impassíveis, inabordáveis, duramente sobranceiros à asfixia das novas gerações. Não há espaço para a literatura... Quem quiser saber o que vai pelo Rio Grande no domínio das coisas literárias, terá que recorrer a outros meios, porque os órgãos mais poderosos da imprensa metropolitana nada lhe dirão...

Quando lemos os grandes jornais do Rio, de São Paulo, de Recife, da Bahia, de Belo Horizonte, e nele vemos a importância que atribuem às atividades do espírito, assalta-nos um sentimento de fundo vexame pelo que se passa aqui. Entre nós não se abre espaço senão para a matéria que os nossos jornais reputam como a única que corresponde ao gosto da massa popular. O erro desse critério está em que nem sempre o paladar do povo é tão desprezível quanto se pensa. Se o fosse realmente, não seria o caso de descer até ele, de servi-lo na sua inferioridade, no seu triste obscurantismo, mas sim ajudá-lo a erguer-se de sua indigência espiritual. Haverá quem ponha em dúvida que essa é uma das nobres funções da imprensa? E haverá nada mais urgente do que levantar o padrão de cultura em que se mantém o nosso homem do povo?

É difícil explicar por que os nossos jornais se consideram desobrigados de tomar posição nesse grave problema. Ainda mais: porque se recusam, com tamanha ostentação, a entrar com a quota que sem dúvida lhes cabe na tarefa de assistir e

encorajar as atividades intelectuais do Rio Grande e particularmente a das gerações que estão desabrochando? Talvez suponham que nada tem a ver com isso... Seria uma grotesca excentricidade!

Se o que ficou escrito acima não tiver virtude de acordar responsabilidades, sirva ao menos como testemunho de um estado de coisas que nada dignifica a orientação dos órgãos que comandam a imprensa rio-grandense.

NÚMERO 18

1953

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO ACAUÁDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE<sup>19</sup>  
RUI DINIZ NETO**EDITORIAL 18**

O mundo da inteligência está se curando do estado de perplexidade que o mantinha como que inerte diante dos golpes que a sanha totalitária, ainda solta dentro de vastas fronteiras, vem desferindo contra as prerrogativas fundamentais da condição humana. Os protestos já não são isolados nem se perdem, como antes, nos desertos da indiferença ou do temor. Sente-se, por toda a parte, um despertar de consciências, consciências que se unem para enfrentar o monstro. Sinal de que está longe o dia em que poderemos viver em paz e liberdade, dons que só perdem quando se apaga no homem seu próprio instinto de conservação espiritual.

A luta tem sido encarniçada. Primeiro foi o fascismo, negro ou pardo, conforme o selo de origem. Era a nova ordem, que veio para durar mil anos, segundo a voz que descera das alturas de Berchtesgaden... Durou apenas uma fração de tempo, - o suficiente, porém, para ensopar o mundo de sangue. A voragem da guerra levou consigo as camisas simbólicas, fabricadas em Roma e Berlim.

Mas quando os senhores da vitória despertaram da ebridez do triunfo, mal se tinham dado conta de que haviam conservado dentro de casa, com as honras de comental, um fascismo de raízes mais fundas, agora fortalecido pelo grosso quinhão que lhes coube na partilha dos despojos. Era ainda o fascismo, sem dúvida, esse vermelho, forma a que se degradara, a golpes de fraude, a versão russa da utopia comunista. Assimilado pelo cru imperialismo da velha Rússia dos czares, e posto ostensivamente ao serviço dele, o comunismo ainda assim custou a descobrir, a um mundo sequioso de renovação e de justiça social, o caráter agressivamente contra revolucionário em que degenerou.

Outras formas residuais do fascismo, expressões menores, sobrevivem aqui ou ali, até nas nossas vizinhanças, mas esses surtos, contidos pela própria frustração de suas experiências, carecem de força de expansão.

De Moscou é que nos vem a grande ameaça. Desviado 180 graus de sua vocação originária e de seus compromissos, o comunismo é agora, na sua deformação reacionária e de seus compromissos, o comunismo é agora, na sua deformação reacionária, o poder mais paradoxalmente encarniçado contra o destino do homem na sua busca rebelionária de paz e liberdade.

Quando André Gide visitou a Rússia durante o interlúdio comunista que fez dele temporariamente um deus entre os vermelhos, e de lá voltou com sua tremenda desilusão, os autômatos e serviçais da linha justa cobriram-no de injúrias e de lama. Aquele que na véspera fora mimado e adulado como um ídolo não passava agora de um "velho infame". Na época, o testemunho do famoso escritor ficou vibrando no isolamento. O espírito de demissão que lavrava no campo da inteligência havia de deixá-lo quase só na sua denúncia.

<sup>19</sup> A partir desta edição, há nova mudança no Gerente da revista.



Hoje, passados quase vinte anos, as coisas tomaram outro aspecto. Escarmentados por todas as violências e fraudes, os homens de pensamento de todos os quadrantes, alguns já de regresso das fileiras comunistas, dão-se as mãos em face do perigo para afirmar, num desafio, os direitos essenciais da pessoa humana.

O manifesto que a seguir transcrevemos, firmado por expoentes da cultura mundial, é mais que uma declaração de princípios: é uma severa advertência, é a denúncia que se impunha neste momento equívoco de confusão dirigida. Nele se plasmou, em relevo impressionante, a voz do Congresso pela Liberdade de Cultura, reunido não faz muito em Berlim. Subscreveram-no os seguintes escritores e pensadores: Benedetto Croce, Jacques Maritain, Bertrand Russel, John Dewey, Karl Jaspers e Salvador de Madariaga. Embora já divulgado entre nós por outros veículos de informação, não podíamos deixar de abrir espaço, no pórtico deste número da nossa revista, para documento de tão extraordinária importância. Depois de Lê-lo, quem já se deixou contaminar até as raízes da alma pelo vírus da servidão totalitária poderá continuar fiel à sua traição. Daqui por diante, porém, não contará mais com a resvaladia cumplicidade do silêncio, aquele silêncio demissionário à sombra do qual tantos crimes já se consumaram e se vêm consumando contra os dons mais elementares da cultura e da civilização.

**M. V.**

Eis o manifesto:

1. Consideramos como verdade evidente que a liberdade de opinião é um dos direitos inalienáveis do homem.
2. A liberdade de opinião é, antes de tudo, a liberdade que tem cada indivíduo de formar uma opinião e exprimi-la, mesmo e sobretudo quando essa opinião esteja em desacordo com a dos governantes. O homem que não tem o direito de dizer “não” é um escravo.
3. A Paz e Liberdade são inseparáveis. Por toda a parte, sob todos os regimes, a grande maioria do povo teme a guerra e a condena. O perigo da guerra cresce sempre que um governo suprime as instituições representativas e priva a maioria dos meios que ela possui de impor sua vontade de paz.

A paz será salvaguardada:

Se cada governo submeter seus atos ao controle popular;

Se cada governo concordar em submeter a uma autoridade internacional todas as questões que envolvam risco imediato de guerra;

Se cada governo respeitar as decisões dessa autoridade internacional.

4. Os responsáveis pelo atual risco de guerra são os governos que, enquanto falam de paz, recusam reconhecer o controle popular e a autoridade internacional. A História nos ensinou que para quem quer preparar a guerra todos os slogans são bons, inclusive os de paz. Campanhas pacifistas não apoiadas em atos capazes de garantir sua manutenção, são como moeda falsa posta a circular com fins desonestos. Só quando essas práticas forem abandonadas é que a segurança física e a saúde moral poderão voltar para o mundo.
5. A liberdade baseia-se no respeito às opiniões divergentes. O princípio da tolerância não permite logicamente a prática da intolerância.

6. Nenhuma filosofia política ou teoria econômica pode reclamar para si o direito único de representar o sentido da liberdade. O valor dessas teorias deve ser julgado pela medida de liberdade concreta que ela conceder na prática ao indivíduo.

Do mesmo modo achamos que nenhuma raça, nação, classe ou religião pode invocar para si o direito exclusivo de representar a ideia de liberdade nem o direito de negar liberdade a outros grupos ou credos em nome de qualquer ideal supremo ou objetivo seja ele qual for. Afirmamos que a contribuição histórica de todas as sociedades deve ser julgada pelo grau e pela natureza de liberdade de que seus membros realmente gozam.

7. Em período de crise, impõe-se restrições à liberdade, em nome do interesse geral, real ou fictício. Consideramos essencial que tais restrições se confinem a um mínimo de ações claramente especificadas; expedientes temporários, sacrifícios impostos a si mesma pela comunidade, essas restrições devem ficar submetidas à livre crítica e ao controle popular. Somente nessas condições será possível evitar que as restrições excepcionais da liberdade degenerem em tirania permanente.
8. Nos Estados totalitários, os entraves à liberdade não são mais apresentados como sacrifícios impostos ao povo. Pelo contrário, são exaltados como triunfo do “progresso” e como “o apogeu duma civilização nova”. De direito e de fato, os regimes totalitários significam a morte dos direitos fundamentais do indivíduo e das aspirações essenciais da humanidade.
9. Não haverá estabilidade no mundo enquanto a humanidade viver dividida entre os que conservam a liberdade e os que a perdem.

A defesa das liberdades existentes, a reconquista das liberdades perdidas, o reconhecimento de liberdades novas são o preço dum único e mesmo combate.

10. É o que torna maior o perigo desses regimes totalitários é disporem eles hoje em dia de recursos que ultrapassam os empregados pelas outras tiranias da História da humanidade. O cidadão do estado totalitário não só é obrigado a abster-se de toda a violação das leis como tem ainda de conformar todos os seus pensamentos e ações de acordo com um modelo prescrito. A forma clássica da “tirania negativa” foi suplantada pela da “tirania positiva”. Os cidadãos são perseguidos e condenados em consequência de acusações vagas e indeterminadas, como, por exemplo, de serem “inimigos do povo” ou “elementos socialmente perigosos”.
11. Consideramos que a teoria e a prática dos Estados totalitários são a maior ameaça que a humanidade jamais teve de enfrentar no curso de sua História.
12. A indiferença e a neutralidade diante de tal ameaça constituem uma traição com respeito aos valores essenciais da humanidade, e uma abdicação do espírito livre. O destino da humanidade durante gerações pode depender da resposta que dermos a esse desafio.
13. A defesa da liberdade, a defesa do espírito exigem de nós soluções novas e construtivas aos problemas de nosso tempo.
14. Dirigimos este Manifesto àqueles que estão resolvidos a restaurar, a salvar, e a estender essas liberdades sem as quais a vida não valerá a pena de ser vivida.

**NÚMERO 19**

1954

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**

SECRETÁRIO	DIRETOR	GERENTE
ANTÔNIO ACAUÁ	MOYSÉS VELLINHO	ARISTIDES VINHOLES

**EDITORIAL 19**

Alguns fatos de ativa significação cultural, verificados no decurso desses últimos meses, não podem passar sem o nosso registro e ainda menos sem o nosso aplauso. De sua repercussão, cujos efeitos em parte já se estão fazendo sentir, não será demais esperar muito. Mas é preciso assinalar, antes de mais nada, um aspecto muito importante: a posição que os poderes públicos assumem perante as atividades do espírito.

Fora do estrito âmbito do ensino em seus diferentes graus, a vida cultural do Estado se vinha processando por assim dizer às margens das atenções oficiais. De vez em quando, um auxílio de emergência, dado sem convicção nem calor: um pouco mais que uma esmola... O beneficiário da munificência esporádica recebia o óbolo e ia esconder-se para cozer a humilhação longe de testemunhos constrangedores. Isto quando o magro auxílio chegava a tempo. Porque muitas vezes vinha tarde demais, espécie de prêmio póstumo, degradado em simples pensão à família.

Com efeito, o exercício das atividades puramente culturais, essas que dão altura e conteúdo a uma civilização, parecia representar um fator ocioso no complexo da vida rio-grandense, sobretudo em face das atividades de exclusivo rendimento econômico. Era como se nem sequer se desconfiasse que essa atitude de desdém pelas obras da inteligência, subalternizando a posição do homem na escala dos valores, acaba comprometendo seriamente a própria ordem econômica, cuja estabilidade, apesar das arrogantes lições da dialética materialista, entra em crise de fundo a partir do momento em que o homem perde a consciência de seu primado e foge da responsabilidade de sua condição espiritual. Não há dúvidas que os índices de progresso material dão às colunas da estatística alturas vertiginosas, que deslumbram os olhos e a imaginação. Mas se essas colunas assentam suas bases em cálculos de que o homem seja excluído, quem duvida que o seu destino, mais dia menos dia, é cair e levarem de roldão as utopias do egoísmo?

Terra de imigração, aberta às ambições tantas vezes desenfreadas de velhas fomes, de fomes imemoriais, ninguém mais do que nós do Rio Grande tem necessidade mais aguda de estimular as atividades que nos falem das inesgotáveis dimensões com que o sopro divino enobreceu o pobre barro de que foi feito o homem.

Acreditamos que considerações inspiradas nessa ordem de ideias é que levaram o Governo do Estado a criar recentemente, em expressivo cerimonial, o Departamento de Cultura. Órgão dotado de bastante amplitude, abrangendo todas as disciplinas culturais, não sabemos como irá portar-se no exercício de suas largas e complexas funções, mas é de prever que, vencidas as dificuldades inerentes a um serviço novo, adquirirá, com o tempo e a experiência que for cautelosamente acumulando, a plasticidade capaz de prevenir os males da burocratização. Sem isso, não será fácil por o novo departamento da Secretaria da Educação e Cultura em consonância com a delicada natureza de sua tarefa. Seja como for, depois de antigos propósitos que não chegaram a ter seguimento, dispomos agora de um



órgão cultural que tem por fim assistir e estimular os estudos, trabalhos e criações destinados ao enriquecimento do patrimônio intelectual do nosso Estado.

Outro ato, esse de elevada significação para a cidade das letras, foi a instituição de prêmios literários por parte da Prefeitura de Porto Alegre. Ideia originária de um vereador inteligente, foi logo convertida em lei e regulamentada com a cooperação da Sociedade de Escritores do Rio Grande do Sul. A experiência do primeiro concurso está a aconselhar uma revisão do regulamento e talvez da própria lei, cujo teor deveria ser menos rígido quanto à exigência de cunho regional para os trabalhos de ficção. Atenuadas essa exigência menos feliz, é de se contar, desde já, com os bons resultados desse certame periódico, tanto mais se levarmos em consideração que os prêmios são distribuídos anualmente e superam em muito os irrisórios padrões mantidos pela opulenta Academia Brasileira de Letras.

Finalmente, impõe-se uma referência aos atos pelos quais o Município e a seguir o Estado, num gesto de viva compreensão pela necessidade de levar até as camadas populares a música de nível superior, para esse fim firmaram convênios com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a qual, após cinco anos de ininterrupto progresso artístico, figura hoje com relevo entre as três maiores organizações sinfônicas do Brasil. Graças aos recursos financeiros provenientes desses convênios e de contribuições particulares, pode-se dizer que no terreno da música Porto Alegre finalmente se libertou do estágio amadorístico em que marcava passo, entrando a assumir, através da pujante atuação de sua Orquestra Sinfônica, um posto de vanguarda entre os centros artísticos mais cultos do país.

**NÚMERO 20**

1955

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO H. ORTHDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
RUY DINIZ NETTO**EDITORIAL 20**

A cada passo a alusão, frontal ou capciosa, à vocação caudilhesca do gaúcho. É como se se tratasse de uma verdade sociológica tranquilamente passada em julgado. Já ninguém mais procura saber se está sendo fiel à realidade ou à lição dos fatos. O homem público do Rio Grande, este então – vê-se logo – é um caudilho larvado. Ponham-lhe o cajado na mão e ei-lo atirado às rijas aventuras do arbítrio e da prepotência. A coisa já adquiriu foros de lugar comum: não se discute mais!

No entanto, vai-se ver, o famigerado caudilhismo rio-grandense não passa de um fantasma ao qual nem sequer se pode aplicar a famosa anedota do espanhol a respeito das bruxas...

Para desfazer essas increpações infundadas basta uma pequena incursão nos guardados da história. E no caso, como se pode dizer que ainda está fresca a tinta dos documentos, a tarefa não apresenta maiores dificuldades.

Quando o caudilhismo platino entrou a frondejar nas vizinhanças do Rio Grande, tumultuando frequentemente as nossas fronteiras, tínhamos perfeita consciência da nossa posição política no quadro nacional. Sabíamos, por preço que vínhamos pagando desde os nossos primeiros dias de vida, que éramos parte integrante de um vasto império político braviamente cioso de seus limites, e que esse império tinha uma cultura, uma língua, um destino próprios. Desde a fundação da Capitania não fazíamos outra coisa senão velar por ele, no único ponto de suas desmarcadas fronteiras disputado pelas armas de outro império. Nesta extremadura exposta a todos os perigos e agressões, representávamos as linhas avançadas do mundo luso brasileiro, e aqui estávamos para resguardá-lo a peito descoberto. Brasileiros que acudiram de várias capitanias, alguns reinóis, os casais de número das ilhas açorianas, os descendentes de uns e outros, – gente da cidade, do gado e da lavoura, – os nossos maiores nunca perderam de vista a missão que as circunstâncias lhes impuseram e logo ficaram sabendo que aqui foram mandados para cumpri-la à custa de qualquer sacrifício.

Esse o encargo que pesou sobre muitas gerações a fio. E antes de mais nada, foi a constante presença, em nosso espírito, de uma pátria maior, perante a qual devíamos responder pelos nossos atos ou omissões, que nos tornou infensos à contaminação caudilhesca. Tão infensos, em verdade, que grande parte das glórias militares dos soldados rio-grandenses foram conquistadas, ao longo de suas campanhas, na repressão ao caudilhismo e na caça aos caudilhos.

A prova mais alta e convincente da nossa vocação para as formas orgânicas da política, isto é, da nossa incompatibilidade com as soluções caudilhescas, os rio-grandenses a deram em 35, quando, a despeito das tremendas vicissitudes de uma guerra que se arrastou por quase dez anos, sempre estiveram sob a inspiração do poder civil, sem jamais perder de vista os severos compromissos ideológicos em nome dos quais se levantaram em armas. Nenhuma das alternativas de uma luta bravia e interminável deixaria de por à prova a capacidade de fé e de resistência cívica dos farrapos, que experimentaram dias de esperanças e desalentos, de glória e depressão, de apogeu e miséria, e nada, nem mesmo a derrota final, foi suficiente

para fazê-los ceder às insistentes ofertas do caudilhismo solerte, que espreitava do lado de fora da fronteira.

Ao longo de todo esse decênio de sangue, entremeado das mais duras provações, não ousou levantar a cabeça, em terras do Rio Grande, um só caudilho! O ideal que levou os revolucionários à madrugada republicana de Piratini não poderia compadecer-se com um regime de tirania. A rebelião dos farrapos, sem qualquer parentesco com a obscura onda de anarquia então reinante no Prata e adjacências, mas substancialmente vinculada ao surto de agitações liberais que sacudiram o país depois da partida de D. Pedro I, – essa rebelião que se processava em nome de princípios e que por isso mesmo, em guarda contra a desordem caudilhesca, procurava firmar-se à sombra de uma constituição, não se confiou jamais ao arbítrio pessoal deste ou daquele chefe, por mais prestigioso que tenha sido. O próprio comando militar do movimento revestia o caráter de uma função delegada, pois o governo revolucionário era exercido por uma equipe de patriotas vigilantes, que disputavam entre si o privilégio do melhor alvitre, e jamais estiveram dispostos a abdicar nas mãos de um caudilho o seu direito de pensar, de opinar, de influir desembaraçadamente nos destinos da República. A “suma do poder” com que os órgãos de representação da Argentina agraciaram o mandonismo sanguinário de Rosas, jamais foi deferida a nenhum chefe farroupilha. Bento Gonçalves, que, além de comandante, era o ídolo do povo e da revolução, nunca se arvorou em caudilho. Basta lembrar que em pleno comando das forças republicanas, o legendário campeador se deixou prender antes de esclarecido o duelo em que se empenhara com Onofre Pires e do qual resultou a morte deste bravo chefe rebelde. E mais tarde, quando entrou a ser objeto de críticas e dissensões, em vez de mandar passar pelas armas meia dúzia de companheiros impertinentes, segundo mandaria o código do caudilhismo, não vacilou em transferir o comando da revolução às mãos de Canabarro, e ficar, de então por diante, até à Paz de Poncho Verde, sob as ordens do novo comandante. Tais fatos são incompatíveis com um clima caudilhesco.

A República de Piratini se impõe ao nosso respeito e ao nosso culto cívico, não menos pelos duros sacrifícios que custou à valorosa geração de lidadores que sonhou com ela, do que pelas suas inspirações orgânicas e construtivas. Adotadas oficialmente, desde a primeira hora, as garantias da Constituição do Império, se o novo Estado não chegou a ter sua magna carta própria, o esboço de constituição que legou, elaborado e discutido por assim dizer entre o fragor dos combates, é hoje considerado pela cátedra como berço do direito republicano brasileiro.

Há entre nós, em virtude da transfiguração literária de alguns tipos tradicionais, certa ligeireza no emprego da palavra *caudilho*. Mas se pusermos de lado a literatura com o seu generoso dom de deformar, e preferirmos a veracidade histórica, isto é, o execrável modelo que nos seus primórdios as repúblicas platinas produziram em série, havemos de reconhecer que a história do Rio Grande do Sul desconheceu inteiramente a figura do caudilho e o caudilhismo. E se atentarmos bem para os fatos, vamos verificar que se houve aqui vocações para a carreira, foram elas florescer e frutificar longe do Rio Grande, em meio que lhes propiciou as condições de receptividade que aqui não encontraram.

Poder-se-á objetar, talvez, que tivemos uma constituição republicana de cunho ditatorial, – a carta castilhistas de 14 de julho, – que seria, de certo modo, uma variante estilizada do caudilhismo. É preciso convir, entretanto, em que os graves artífices das primeiras instituições republicanas do Estado, para chegarem àquela tentativa de ditadura científica, tiveram que abeberar-se nas fontes de uma filosofia de importação. E tanto havia sido desdenhada a tradição liberal do Rio Grande que aquele diploma institucional iria provocar nada menos que duas revolucionárias que os princípios democráticos abriram caminho nos textos ditatoriais da antiga lei básica rio-grandense.



Fosse, porém, como fosse, não deixa de ser verdade que o velho partido republicano, com todo o autoritarismo e severidade de seus guias, realizou, à sombra da carta de 14 de julho, um governo que de algum modo respondia a um dos componentes da nossa formação cívica. Pode-se dizer que sua ação, embora calcada em ásperas convicções doutrinárias, encontrou certo apoio nos hábitos de disciplina oriundos da nossa tradição milicianiana. E se não houvesse fechado suas portas às lições que acenavam da vertente liberal que domina o nosso processo político, sem dúvida se teria moldado em formas de maior resistência e vitalidade.

Honra, porém, lhe seja: após alguns decênios de experiência autoritária, ditatorial se quiserem, o que se viu por parte do situacionismo rio-grandense não foi apenas a intolerância nem só os arreganhos facciosos: ao lado disso, acima disso, a prova do alto grau de imunidade com que a ascense de seus chefes o defendera contra as formações oligárquicas. Ao passo que na maioria dos Estados o poder se exercia em torno e em benefício de clãs familiares, o Rio Grande republicano pode desempenhar o seu papel sem descer até ai. Arbitrariedades ou atropelos cometidos, tudo se fazia pelo partido, ia tudo para a obra de fortalecimento da grei republicana. E essa política de absorção e exclusivismo teve como efeito, por ação de contraste, o estímulo a uma oposição intrépida e tenaz, também polarizada em partido, cujas raízes se nutriam precisamente do fermento liberal de 35, que o partido dominante cometera a imprudência de relegar.

A coexistência de autênticas organizações partidárias, vigilantes e pugnazes na defesa de seus princípios, emprestou, sem dúvida, à experiência republicana do Rio Grande um cunho singular no cenário brasileiro e por certo não daria o caldo ideal para a cultura das formas primárias de governo.

Bem feitas as contas, o nosso decantado caudilhismo terá que descer de seu temível pedestal e confundir-se humildemente com o brasileiríssimo fenômeno do coronelismo municipal. Com uma diferença: entre nós, as contingências do coronelismo foram atenuadas pela ação disciplinadora dos partidos.

Somos infensos ao caudilhismo – esta é que é a verdade – entre outras razões, como mostrou João Pinto da Silva, pelo trágico exemplo do caudilhismo platino e pelos sacrifícios a que nos obrigou. Com efeito, grande foi o tributo de sangue que custou ao velho Continente de São Pedro o esmagamento do caudilhismo anárquico e agressivo que rondava as nossas fronteiras, desde Artigas até Rosas, e desde Rosas até Solano Lopez.

**M. V.**

**NÚMERO 21**

1957

**PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**SECRETÁRIO  
ANTÔNIO N. ORTHDIRETOR  
MOYSÉS VELLINHOGERENTE  
RUY DINIZ NETTO**EDITORIAL 21**

A sugestão terá sido bem intencionada, mas é de uma flagrante impertinência histórica. Um monumento a Sepé Tiaraju?... Mas o famoso índio das missões espanholas não se distinguiu precisamente como instrumento das forças que se encarniçaram contra a integração territorial do Rio Grande? Como transformá-lo, de repente, em símbolo da brasilidade?!... Celebrar heróis alheios como se fossem nossos não seria o cúmulo da indigência, da atonia cívica? E no caso, quando não resta menor dúvida que Sepé se fez herói a serviço de adversários contumazes, que nome se vai dar à tentativa de entronizá-lo entre os pró-homens da nossa formação?... Que fazer então com os precursores autênticos, aqueles que realmente lutaram e morreram pela construção da nacionalidade?

Tais as interrogações que se terão atropelado no espírito do titular do governo rio-grandense tão logo lhe caiu debaixo dos olhos a incrível sugestão. Não era o caso de ouvir com urgência o Instituto Histórico e Geográfico? Foi o que fez o Governador para conjurar suas perplexidades.

Consultado, o Instituto reuniu-se e aprovou o parecer que transcrevemos em “Arquivo”, ao fim deste número. Como se verá, o documento é desses que honrariam qualquer instituição congênere. Não tivesse sido seu relator um mestre do porte de Othelo Rosa, infatigável estudioso das coisas da província e cuja morte recente abre um claro impreenchível nas letras históricas do Rio Grande do Sul, às quais ele tanto serviu com o seu amor e senso de verdade! A conclusão do parecer, exatamente porque o Instituto se fechou aos acenos de um sentimentalismo equívoco, não podia deixar de ser negativa, embora com isso tenha provocado disparatadas irritações.

É triste verificar que nem todos sentem com clareza os compromissos que a tradição impõe, deixando-se ficar sorrateira ou displicentemente a duas amarras, um pé lá e outro cá, como se nada devesse significar para as gerações novas o duro preço que os nossos maiores tiveram que pagar ao inimigo e ao deserto antes de se fazerem donos da terra que nos legaram. Lamentavelmente ainda há os que teimam na insensatez de considerá-los intrusos!... São os últimos rebentos de uma planta grotesca: o jacobinismo indianista. Vítimas de sólida incompreensão, é gente que parece ver ainda na descoberta da América qualquer coisa de profundamente lastimável...

Mas além desses sobreviventes de um penoso quiproquó político e literário, não resta dúvida que há também os que se movem por inspirações menos inofensivas são os que se insurgem sub-repticiamente contra o primado do elemento luso-brasileiro na estratificação social rio-grandense. Seria o caso de receitar-lhes sem demora a leitura de dois trabalhos que, como se está vendo, ainda não perderam a oportunidade: “Uma cultura ameaçada”, de Gilberto Freyre, e “Conflito de Culturas”, de J. P. Coelho de Souza.

Abrindo um parêntese, já é tempo de reconhecermos o severo trabalho de clarificação histórica que vem sendo empreendido pelo nosso Instituto e no qual tanto se distinguiu o estudioso exemplar, verdadeiro professor de história, que foi Othelo Rosa. A tarefa levada a efeito com o invariável objetivo de harmonizar a

história com o testemunho dos fatos e dos documentos, está visto que nem sempre concilia todas as opiniões. É de lamentar, porém, que certos votos divergentes, como no caso de Sepé, em vez de se manifestarem normalmente, durante a tramitação tempestiva da matéria, tenham vindo explodir cá fora, sob a forma de um extravagante abaixo-assinado... O que entretanto ressalta de tudo é que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul está cumprindo sua tarefa com impecável isenção e proficiência, sem outro intuito que não o de clarear os caminhos do nosso passado, a fim de podermos oferecer aos nossos filhos um roteiro sem duplicidades, que será o mesmo para os descendentes dos laboriosos colonos que um dia se incorporaram ao nosso destino e hoje formam com a velha raça dos pioneiros um só corpo. Encerrado o ciclo heroico, definidas as instituições locais rigorosamente dentro do complexo brasileiro, a história nova do Rio Grande passou a ser escrita por todos os seus filhos solidariamente, sem distinção de procedências raciais.

Mas voltemos ao índio Sepé. Sua história é bastante singela. Para começar, ninguém sabe ao certo se ele nasceu do lado de cá ou do lado de lá do rio Uruguai. Tal indagação, de resto, não tem a menor importância. Natural desta ou daquela banda, o certo é que, quando os jesuítas espanhóis o envolveram e o tomaram a serviço dos vastos planos da Companhia de Jesus, a fronteira política do mundo luso-brasileiro ainda não havia alcançado o território das reduções missioneiras. Aquilo tudo eram ainda terras de Castela, embora compreendidas dentro do raio de expansão dos portugueses. Por seu turno, mapas jesuíticos da época as incluíam dentro do desmarcado âmbito das conquistas inacianas sob a denominação genérica de “Dependências do Paraguai”. As nossas divisas foram avançando aos poucos, do litoral para o interior, rumo oeste-sul, contra o domínio espanhol, e só em 1801, não tendo vingado o Tratado de Madrid, foi o antigo feudo jesuítico, tributário da Província do Paraguai, incorporado ao Brasil, mais de quarenta anos após a mesquinha escaramuça em que Sepé caiu num buraco e recebeu o tiro que o matou.

O chefe guarani veio ao mundo, pois, dentro da alçada castelhana e, como era natural, sempre esteve de armas furiosamente voltadas contra os conquistadores luso-brasileiros. Criado nas Dependências do Paraguai, foi mobilizado militarmente pelos padres, seus chefes temporais e espirituais, para embargar a conquista dos nossos bravos e duros antepassados. É claro que o sentimento que impelia Sepé vinha do ódio de morte que aos portugueses em geral e aos paulistas em particular votavam os regulares da Companhia de Jesus, desde a ação predatória das bandeiras, em começos do século XVII. O ressentimento dos padres, que já durava havia mais de um século, chegando a converter as antigas “doutrinas” num vasto e ativo acampamento militar, até certo ponto se explica. Mas nossa posição neste debate não é a de quem julga, não pode ser a de uma falsa e perigosa neutralidade, pois nela figuramos como partes, e partes que sofreram na própria carne a agressividade com que os jesuítas espanhóis, aliados de Castela, responderam à ação expansionista dos nossos pioneiros.

Não há como negar a importância e gravidade de uma disputa que é vã ou fútil apenas na aparência. Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos fraternais dos povos que nos cercam, devemos tolerar a distorção da história ao ponto de confundirmos no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aqueles que do campo contrário os combateram como inimigos. Será mesmo que se pretende fazer da história rio-grandense, tão inteiriça, tão vigorosa nas suas afirmações, uma espécie de terra de ninguém, onde todos os contrários se acolham impunemente?...

Não nos interessa, aqui, indagar até onde os planos mal-encobertos de uma autarquia jesuítica politicamente autônoma constituía, no seu desenvolvimento ulterior, uma ameaça à integridade do próprio império espanhol. Vassalo de Castela ou instrumento do sonho político da Companhia de Jesus, o malfadado corregedor



de São Miguel só não é estranho ao passado do Rio Grande porque nele entrou como inimigo. Quando homens como Francisco Pinto Bandeira, pai do fabuloso Rafael, e Cristóvão Pereira, – esses, sim, legítimos patriarcas do Continente de São Pedro, – se encontravam na tronqueira de Rio Pardo plantando os marcos do nosso crescimento, construindo com os seus homens o Rio Grande do futuro, quem foi que lhes surgiu do outro lado, do lado inimigo, para disputar-lhes a posse da terra, senão o próprio Sepé em carne e osso? E rezam os documentos de então que era o nome do rei de Castela que o índio invocava nas suas investidas...

Acaso poderia ser de outra forma? Instigado pelo vigilante ressentimento dos jesuítas espanhóis, o mesmo ressentimento com que no século anterior (1680) haviam lançado um poderoso exército contra a tentativa portuguesa de estender as terras do Brasil até a margem superior do Rio da Prata, Sepé Tiaraju estava rigorosamente no seu papel. Por isso mesmo, querer trazê-lo agora, à viva força, de seu lado para o nosso, começa por ser uma injúria à sua própria memória.

E injúria muito maior aos esplêndidos construtores do Rio Grande de São Pedro. Que diriam eles, do fundo de suas tumbas, se nos surpreendessem a escamotear o reconhecimento que lhes devemos, nós os herdeiros e beneficiários de suas provações e sacrifícios de sangue, para dividi-lo, como num assomo de colaboracionismo *a posteriori*, com aqueles cuja missão histórica não foi outra que não impedir, a ferro e fogo, a dilatação do Rio Grande até à conquista de suas fronteiras atuais? Para quebrar o caráter de uma tradição, para corrompê-la nas suas próprias fontes, nada melhor que misturar, confundir valores que as forças da história puseram em conflito. Arrastar o brioso chefe guarani para o nosso Panteon cívico, e celebrá-lo como herói nacional, a ele, que era estrangeiro e inimigo, seria qualquer coisa de absolutamente inédito até mesmo no registro dos absurdos humanos... Se fosse possível desprezar considerações mais graves, parecia estarmos diante de uma pitoresca tentativa de contrabando histórico!... Se realmente o soldado missioneiro está a merecer um monumento votivo, que seja ele erguido fora das nossas fronteiras, dentro do complexo político que o gerou. Aliás, o seu vulto se alça com mais relevo no âmbito generoso do mito que na história propriamente, e é certo que a rigor pertence menos à crônica das antigas colônias de Castela que a um dos capítulos mais contraditórios e controvertidos da História Geral da Companhia de Jesus.

Resta o subterfúgio do flamante argumento telúrico. Sepé teria agido em nome das forças obscuras da natureza. Seria a expressão da própria terra em suas reações elementares contra o cúbido invasor europeu. E vai o argumento por aí além, seguindo o curso de uma dialética extemporânea e inconsequente, que nos levaria, em trôpego regresso, a um dos passos menos felizes do nosso romantismo, aquele que procurou fazer do bom selvagem convencional o paradigma da nacionalidade nos seus anseios de afirmação. Mas isto, meus Deus, foi já cento e tantos anos!... Será que vamos reabrir, nesta altura da história, a questão de saber se a descoberta da América, com todas as suas violências e devastações, com todas as suas promessas e esplendores, foi um mal irresgatável porque trouxe como consequência o desbarato das raças autóctones? Seria mesmo preferível que a história, esquecida de suas próprias leis, permitisse que o Novo Mundo continuasse bucolicamente à margem da civilização, como simples viveiro de bugres? Sem dúvida, o problema se presta a graves divagações morais ou éticas, mas diante dos cegos imperativos da evolução histórica é de um anacronismo constrangedor.

Entretanto, mesmo que aceitássemos como legítimas essas divagações regressivas, ainda assim elas não socorreriam a causa do índio Sepé. E isto porque, quando o caudilho dos padres castelhanos foi chamado a desempenhar o seu papel no drama das Missões, já tinha superado a condição de simples selvagem. Não era mais uma expressão telúrica. Pois não é verdade que um de seus fiéis já escreveu páginas e páginas para apresentá-lo como o primeiro escritor rio-grandense, visto

como o nosso bugre era alfabetizado e teria chegado a garatujar pelo menos quatorze cartas?... Naturalmente que as cartas não foram escritas em português, mas isto não quer dizer nada, como também não tem a menor importância, para os que pretendem inculcá-lo como o primeiro caudilho rio-grandense, que tivesse nascido fora das nossas fronteiras históricas e atuando como tenaz inimigo dos fundadores do Rio Grande... O certo é que o chefe missioneiro já não podia ser considerado como um autêntico padrão cósmico, manifestação virgem das potências naturais. Politicamente enquadrado, desempenhava funções de responsabilidade na administração e defesa da organização jesuítica e apresentava-se ostensivamente como súdito de Castela. Vê-se então que seus surdos compromissos com a floresta e a tribo já eram muito escassos quando, menos por instinto que em cumprimento a ordens superiores, se lançou contra os exércitos de Gomes Freire e de Andonaegue. Num encontro fortuito, poucos dias antes do combate de Caiboaté, sofreu uma rodada bem pouco épica e foi atingido e morto por um tiro de pistola. Apenas isto. O resto é folclore e conversa fiada. Matou-o o governador de Montevidéu, circunstância que, como se sabe, não altera em nada o sentido antibrasileiro de suas façanhas. Se a causa que ele defendeu, que nada tinha de telúrica por ser nitidamente política, tivesse vingado, outra seria, e bem mesquinha, a configuração geográfica do Brasil meridional. Está claro que quando o debate chega aí, os adeptos da brasilidade de Sepé desconversam...

Parece que tudo ficaria mais fácil de compreender se passássemos, de uma vez para sempre, a encarar o episódio das missões jesuíticas como substancialmente estranho à formação histórica do Rio Grande. É evidente que não interfere nesta proposição nenhum juízo de valor. Por mais que respeitemos a imprudente e trágica utopia que levou os abnegados e intrépidos regulares da Companhia de Jesus a pretenderem construir o seu império dentro de uma área cobiçada e disputada por duas potências coloniais que cresciam simultaneamente uma contra a outra, segundo as leis do próprio dinamismo histórico, e por mais que do ponto de vista estritamente humano a inevitável frustração desse sonho nos confranja, há um fato que sobrepõe a quaisquer reações morais ou sentimentais, há uma lição que o exame mais ligeiro da realidade impõe: é que as relações históricas do mundo luso-brasileiro com os jesuítas que desbordaram da Província do Paraguai, no último quartel do século XVII, e se estabeleceram em terras que ainda não estavam politicamente integradas no Rio Grande, foram relações de oposição, de acesa rivalidade. O próprio Padre Serafim Leite, a quem devemos a monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil", é o primeiro a reconhecer o sentido antibrasileiro da expansão jesuítica sobre a área destinada à complementação geográfica do sul do Brasil. A circunstância de se tratar de um das mais ilustres figuras contemporâneas da Sociedade de Jesus não impediu que o vigoroso e arejado historiador aceitasse e proclamasse o que é apenas uma evidência histórica.

A temerária experiência dos filhos de Santo Inácio foi levada a efeito em termos de hostilidade contra o expansionismo luso-brasileiro, sendo natural, já por isso, e nas difíceis circunstâncias em que se realizou, que nada tenha transmitido, nenhum legado que culturalmente possa ser considerado como elemento ativo, àqueles que acabaram senhores do território onde uma vez haviam sido os Sete Povos. Na verdade, a anexação ulterior das antigas Dependências do Paraguai ao Rio Grande de São Pedro, em 1801, não acarretou nenhum processo vital de aculturação. É que já não havia o que assimilar. Nem sombra mais dos antigos campos de trabalho e de militarização que, ao lado do esplendor religioso, caracterizavam a clausura missioneira. Depois do colapso do incipiente império jesuítico, que se operou sob as vistas e a responsabilidade da própria Espanha, pouco sobrou da audaciosa organização além de ruínas e superstições. Passados alguns decênios sobre a expulsão dos padres, quando Borges do Canto e Santos

Pedroso, num lance fulminante, rechaçaram dali as autoridades espanholas, viu-se que o decantado fastígio das Missões já pertencia ao imponderável mundo da lenda e que os aguerridos catecúmenos de outrora, esquecida a férrea disciplina em que viveram sob os padres, já iam de regresso, em marcha batida, para a sua condição de bárbaros. Eram os detritos tresmalhados de uma civilização improvisada e destituída de viabilidade. E como se o que restara já não fosse tão pouco, algum tempo depois da incorporação, Frutuoso Rivera irrompe aqui de surpresa e arrasta em dezenas de carretas quase tudo do pouco que ficara. E atrás do general, desarvorada, se foi a população autóctone, numa transmigração em massa. Fazia agora espontaneamente o que se recusara a fazer por imposição do Tratado de Madrid... Tinha-se apagado de todo a tradição jesuítica. “A incursão de Rivera, – informa Aurélio Porto, – o êxodo dos remanescentes das populações indígenas que seguem o caudilho em sua retirada, o despovoamento completo dos Sete Povos de massas dessa origem, marcam inegavelmente o fim do regime missioneiro”. Outra história, sob inspiração política antagônica, ia começar ali, em nome da estruturação definitiva do Rio Grande. Não se tratava de um processo de enxertia. Era uma planta nova que ali ia meter novas raízes. Uma civilização diferente, sob outra bandeira, sob outro signo cultural, ia nascer por cima dos destroços de uma construção utópica. Uma coisa nos ficou desse passado morto: o papel de depositários circunstanciais de algumas ruínas. Nada mais.

Não é, pois, na história das missões jesuíticas, estranha e hostil à formação rio-grandense, que iremos encontrar os nossos precursores legítimos. Ela já estava inteiramente desmantelada, sociologicamente inerte, quando a área dos Sete Povos foi incorporada ao domínio luso-brasileiro. Quanto aos nossos heróis, eles estão dentro e não fora ou à margem do nosso processo histórico. São símbolos de integração e não de desintegração nacional.

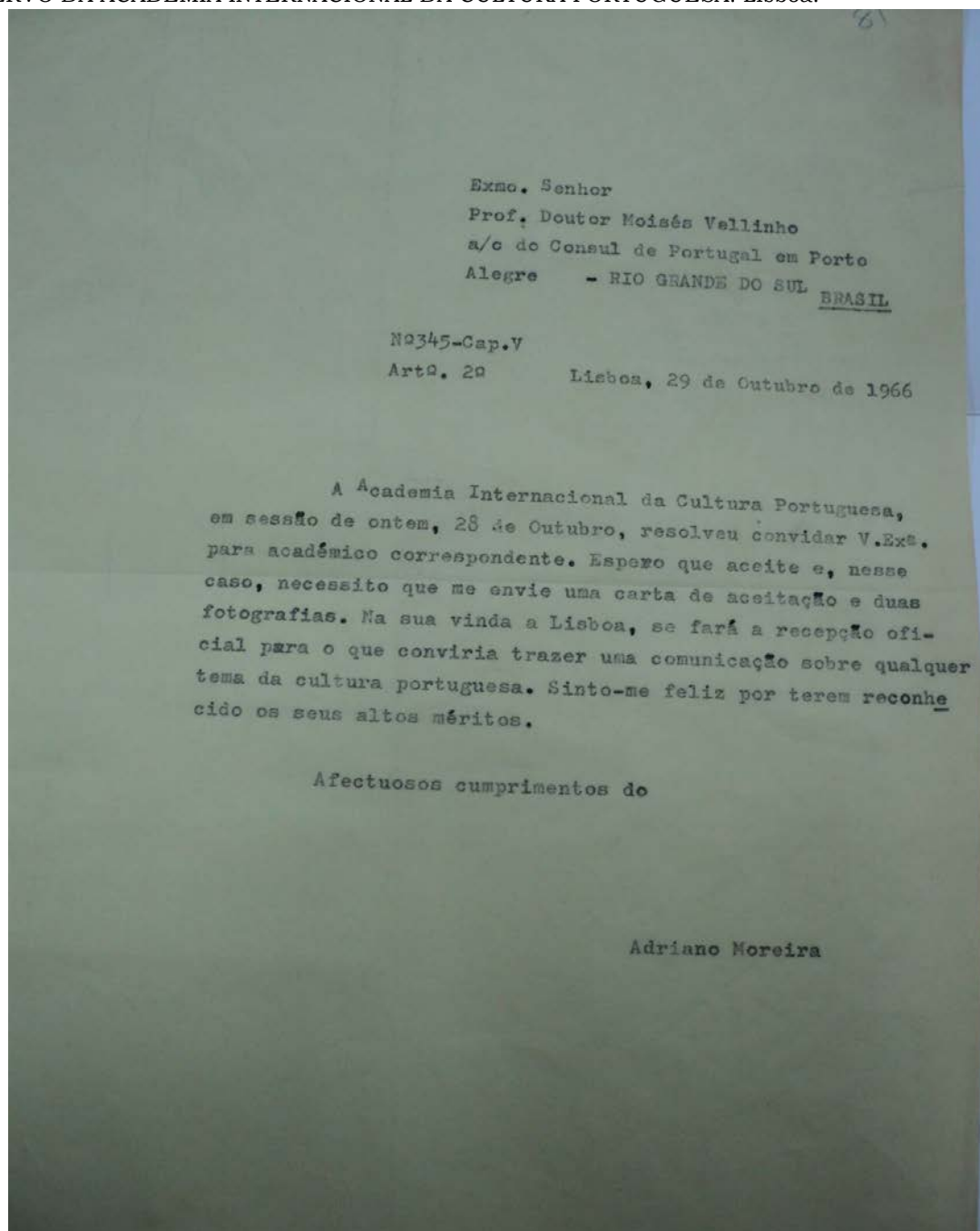
**M.V.**

**ANEXO O – RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-PORTUGAL:  
A ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA E  
A ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA<sup>20</sup>**

Lisboa: 28 out. 1966.

**CORRESPONDÊNCIA DO PRESIDENTE DA  
ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA (AICP)  
ADRIANO MOREIRA A MOYSÉS VELLINHO**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.



<sup>20</sup> Levantamento realizado pela pesquisadora na Academia Internacional da Cultura Portuguesa e na Academia Portuguesa de História, de janeiro a abril de 2012, em Lisboa, Portugal.



Lisboa: 31 mar. 1967.

**PROPOSTA DO NOME DE MOYSÉS VELLINHO COMO  
ACADÊMICO CORRESPONDENTE DA AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

Na sessão de 31 de Março de 1967 foi lido pelo Senhor Presidente a seguinte proposta:

Proposta

" O Senhor Presidente da Academia, Prof. Doutor Adriano Moreira propôs que fosse eleito para Académico Correspondente o Prof. Doutor Moysés Vellinho. Justificando a sua proposta salientou que o ilustre mestre, reputado em todo o Brasil e venerado no Rio Grande do Sul, tinha sido dos mais objectivos e sérios defensores da acção portuguesa no velho Continente de S. Pedro. O seu livro "Capitania d'El-Rei", só por si, justificaria a inclusão do ilustre professor entre os Académicos representantes do Brasil".

Da Acta consta o seguinte:

"Seguidamente, passou-se à apreciação de algumas possíveis candidaturas para Académicos Correspondentes, tendo-se aprovado imediatamente a admissão do Professor Doutor Moysés Vellinho".

Lisboa: 3 abr. 1967.

**COMUNICAÇÃO A MOYSÉS VELLINHO DE ELEIÇÃO A  
ACADÊMICO CORRESPONDENTE DA AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

Nº47-Cap.I  
Artº. 2º

Exmo. Senhor  
Prof. Moysés Vellinho  
André Puente 239  
PORTO ALEGRE RGS  
B R A S I L

Lisboa, 3 de Abril de 1967

Tenho a honra de informar V. Exª. que, na reunião de 31 de Março p.p., foi V. Exª. eleito académico correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Apresentando a V. Exª. calorosas felicitações, desejo exprimir ainda a honra que temos na admissão de V. Exª.

Apresento a V. Exª. os melhores cumprimentos

O PRESIDENTE,

Adriano Moreira



Lisboa: 28 out. 1966.

**COMUNICAÇÃO DE DIPLOMA E REGISTRO DE  
MOYSÉS VELLINHO COMO MEMBRO DA AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

Exmo. Senhor  
Prof. Dr. Moysés Vellinho  
André Puente 239  
PORTO ALEGRE - RGS

B R A S I L

Nº47-Cap. I  
Art. 2º

Lisboa, 3 de Abril de 1967

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o diploma que o acredita como membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, diploma esse que fica registado nesta Secretaria sob o Nº 71.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os melhores cumprimentos

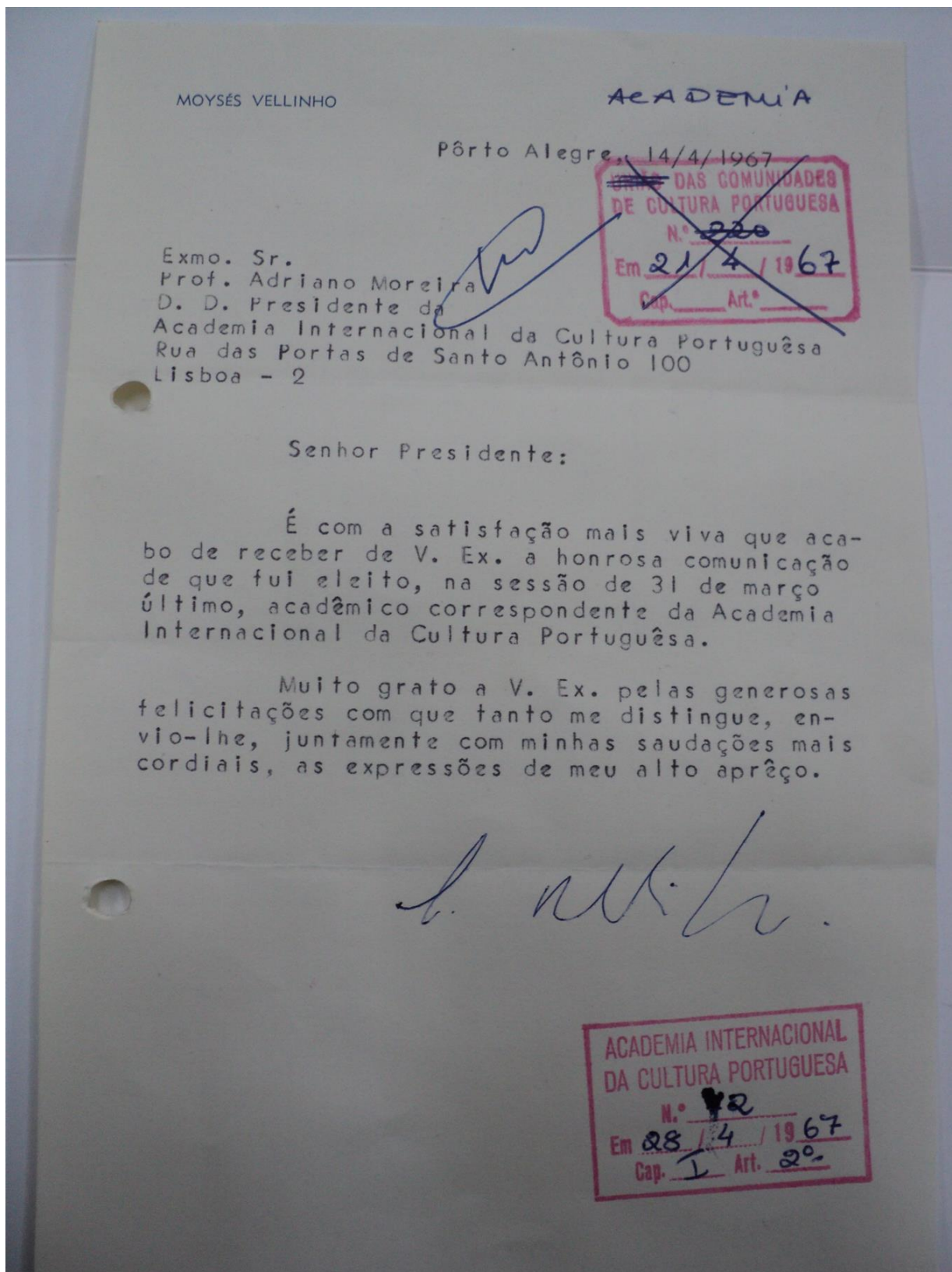
O SECRETARIO GERAL

João da Costa Freitas

Porto Alegre: 14 abr. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA DE MOYSÉS VELLINHO A ADRIANO MOREIRA,  
PRESIDENTE DA AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.





Lisboa: 25 abr. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA DA AICP AO CÔNSUL DE PORTUGAL EM  
PORTO ALEGRE, JOÃO UVA DE MATOS PROENÇA**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

Nº59-Cap.I

Artº. 2º

Exmo. Senhor  
Dr. João Uva de Matos Proença  
Ilustre Consul de Portugal em Porto Alegre  
Rua de Santo António 381 - Apto. 3  
PORTO ALEGRE - Rio Grande do Sul - BRASIL

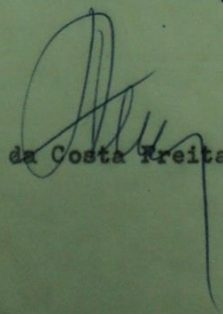
Lisboa, 25 de Abril de 1967

Tenho a honra de enviar a V. Exª. o diploma que acredita o Prof. Moysés Vellinho, como membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

O Conselho Académico muito grato ficaria a V. Exª. se se dignasse fazer a entrega do referido diploma, em cerimónia pública, ao Prof. Moysés Vellinho.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª. os meus melhores cumprimentos

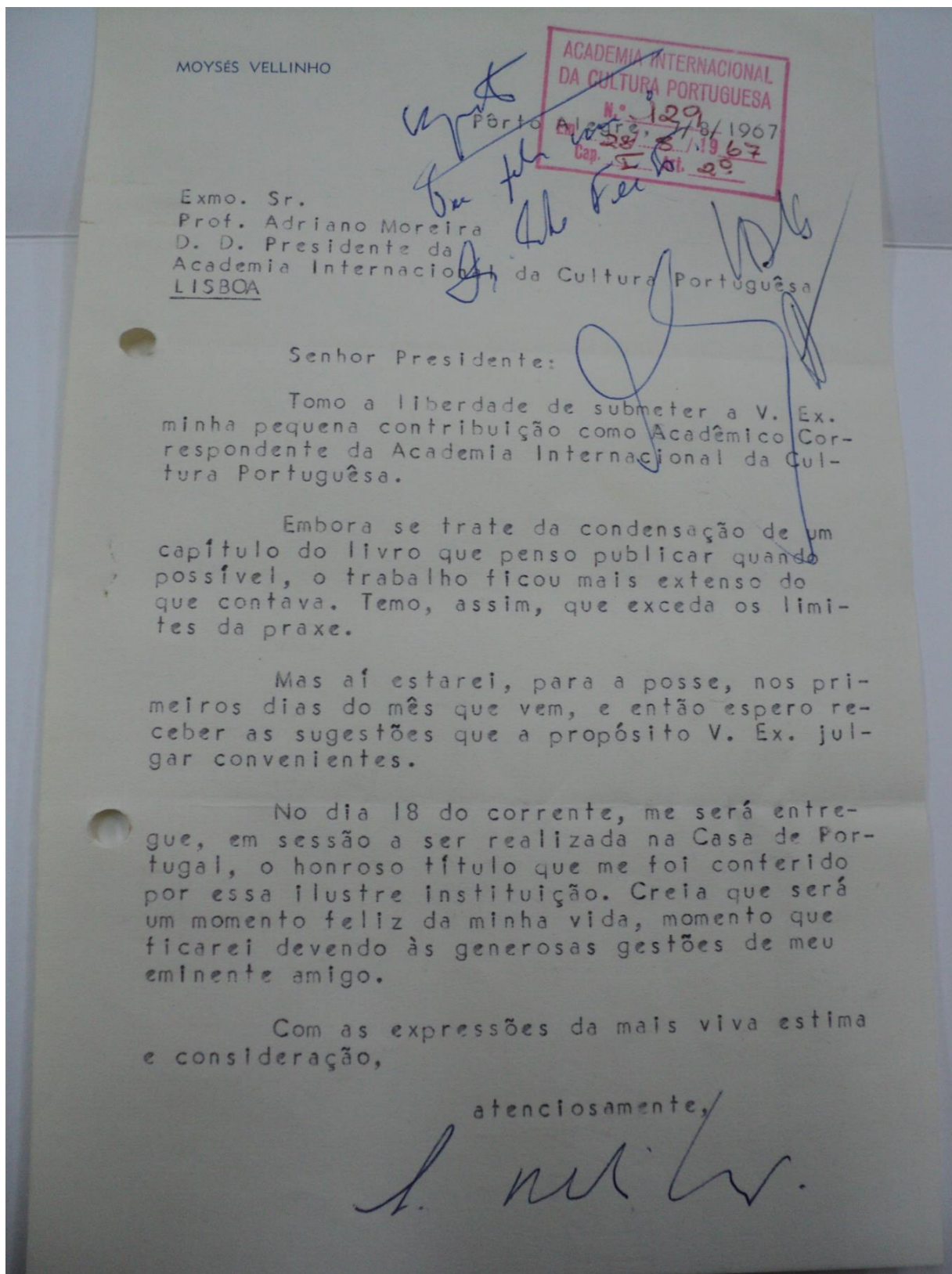
O SECRETÁRIO GERAL,

  
João da Costa Freitas

Porto Alegre: 7 ago. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA DE MOYSÉS VELLINHO AO  
PRESIDENTE DA AICP, ADRIANO MOREIRA**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.






Lisboa: 16 ago. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA****DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS À AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

  
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
 DIRECÇÃO-GERAL  
 DOS  
 NEGÓCIOS POLÍTICOS ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

ACADEMIA INTERNACIONAL  
 DA CULTURA PORTUGUESA  
 Nº 801  
 Em 20/8/1967  
 Cap. I Art. 2º

Proc. 81,30/67  
 CLT. 389  
MUITO URGENTE

Lisboa, 16 de Agosto de 1967

*Acusa e recebe e encabeça  
 que tem data de fins de Outubro  
 ou princípios de Novembro  
 seria mais conveniente para  
 a recepção na Academia.*

Exmo. Senhor *que tem data de fins de Outubro*  
 Presidente da Academia Internacional  
 de Cultura Portuguesa *ou princípios de Novembro*

Tenho a honra de comunicar a V.Ex<sup>sa</sup>. que *20/8/67*  
 o Dr. Moysés Vellinho, autor do livro "Capitania d'El-Rey",  
 onde defende a importância da presença civilizadora de Por-  
 tugal no Rio Grande do Sul, manifestou há algum tempo o  
 desejo de visitar o nosso País.

2. Esta Secretaria de Estado decidiu oportu-  
 namente, por intermédio da Embaixada de Portugal no Rio  
 de Janeiro, formular um convite àquele escritor brasileiro  
 para uma estadia de quinze dias em Lisboa.

3. Aquela Missão diplomática acaba de in-  
 formar que o Dr. Moysés Vellinho tenciona viajar para Por-  
 tugal em fins do corrente mês, ocasião em que iniciará  
 uma visita de cerca de dois meses a outros países da Euro-  
 pa, podendo visitar o nosso país, quer naquela data, quer  
 no termo dessa viagem, em fins de Outubro ou princípios de  
 Novembro.

/...

Porto Alegre: 18 ago. 1967.

**DISCURSO DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE NO EVENTO  
DE ENTREGA DO DIPLOMA DE ACADEMICO DA AICP - PÁGINA 1**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Tem esta cerimónia por finalidade a entrega ao Académico Maysés Vellinho do respectivo diploma da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

É de criação recente esta Academia e tem como objectivo principal reunir todos aqueles que, em nível universitário, se dedicam à investigação e estudo da influência da cultura portuguesa no mundo. São poucos ainda os seus membros, ainda que oriundos das cinco partes do mundo, e o grau de Académico é conferido segundo um rigoroso critério de selecção, única garantia do prestígio que a rodeia e da projecção internacional que a caracteriza.

No Brasil foi conferido já o grau de Académico ao Prof. Dr. Gilberto Freyre, e em seguida foi o mesmo grau conferido a um gaúcho ilustre, por sinal convidado recentemente para integrar o Conselho Nacional de Cultura em atenção às suas publicamente reconhecidas qualidades como intelectual e, mais do que gaúcho, como grande brasileiro.

Este gaúcho, o Sr. Dr. Maysés Vellinho, é ainda Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Associação de Cultura Franco-Brasileira e da Fundação Orquestra Sinfónica de Porto Alegre.



Porto Alegre: 18 ago. 1967.

**DISCURSO DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE NO EVENTO  
DE ENTREGA DO DIPLOMA DE ACADÊMICO DA AICP – PÁGINA 2**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

No que respeita às instituições luso-brasileiras de Porto Alegre é presidente reeleito do Gabinete Português de Leitura e no ano transacto esta Casa, muito justamente, conferiu-lhe o título de sócio honorário.

Coube-me a mim a grande honra, e devo declarar que tive a maior alegria ao receber o encargo por parte do Conselho Académico, de fazer chegar às suas mãos o diploma de novo membro; para além das funções que desempenha, o Sr. Dr. Moysés Vellinho reservou-me desde que aqui cheguei há quase dois anos um tratamento cordial e afável distinguindo-me com a sua consideração e amizade, é também esse mais um motivo de íntima satisfação e grande alegria em participar desta cerimónia em sua homenagem. A conta corrente do Consulado de Portugal em Porto Alegre com o Sr. Dr. Moysés Vellinho apresenta um saldo fortemente negativo e, se bem que seja de todo impossível anulá-lo, é meu desejo poder contribuir um pouco para ao menos amortizar esse grande saldo devedor.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa ao pedir-me para fazer entrega do diploma de Académico em cerimónia pública, ofereceu-me assim a oportunidade de me associar activamente a esta homenagem cuja eloquência estará mais ligada à incontestável projecção do destinatário e à natureza do título do que à pessoa que serve de instrumento à sua entrega.

Um aspecto importante queria ainda salientar e que me parece ter o maior interesse para os portugueses do Rio Grande do Sul; ao programar esta cerimónia, a qual deveria ser realizada com a inteira concordância do homenageado de hoje, apresentei ao Sr. Dr. Moysés Vellinho outras alternativas sobre o lugar em que se deveria efectivar; não hesitou e, dando de imediato conteúdo concreto à sua qualidade de sócio honorário desta Casa



Porto Alegre: 18 ago. 1967.

**DISCURSO DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE NO EVENTO  
DE ENTREGA DO DIPLOMA DE ACADEMICO DA AICP - PÁGINA 3**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

numa forma simples e clara, como tudo o que escreve, disse sentir-se muito bem na Casa de Portugal, com aquela gente. Na qualidade estatutária de seu vice-presidente honorário posso assegurar a Vossa Excelência que, quando dei conhecimento da escolha feita à Directoria da Casa, esta se sentiu altamente honrada e muito sensibilizada por tão grande distinção; acredito que todos os sócios da Casa de Portugal se sentirão também sensibilizados pelo facto de Vossa Excelência ter escolhido este teto, onde portuguesas e brasileiras querem que Portugal reviva, para a entrega de um diploma que a Cultura portuguesa, e eu diria, internacionalmente portuguesa, considera entre os seus maiores galardões.

Foi convidado o Exm<sup>o</sup>. Sr. Prof. Dr. Guilhermino César para saudar Vossa Excelência, seria por conseguinte protocolar fazer uma apresentação sua; não é a certeza de pecar por defeito que me impede de fazê-lo mas duas outras circunstâncias se me impuseram; em primeiro lugar, o Prof. Dr. Guilhermino César, gaúcho por adopção, é por demais conhecido de todos os presentes para que se possa apresentá-lo sem cair em redundância; em segundo lugar, seria falta de bom senso da minha parte, gaúcho adoptivo que me considere, mas sobretudo um recém-chegado a quem não poderia caber a honra de apresentar uma das mais conhecidas figuras intelectuais deste rincão do sul do Brasil.

Antes de lhe passar a palavra, queria chamar ainda a vossa atenção para o facto de o Prof. Dr. Guilhermino César ser também sócio honorário da Casa de Portugal; resta-me lembrar aqui que em Maio passado a sua Universidade de Coimbra, cuja tradição é de todo alheia à prodigalidade de distinções, o fez Doutor "honoris causa", em justiça à forma como superiormente dignificou a cadeira de Literatura Brasileira que durante alguns anos



Porto Alegre: 18 ago. 1967.

**DISCURSO DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE NO EVENTO  
DE ENTREGA DO DIPLOMA DE ACADÊMICO DA AICP - PÁGINA 4**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

leccionou naquela Universidade.

A ponte cultural que liga dois mundos, contrariando o desejo que o Atlântico parece ter de separá-los, está erguida e os seus elos vão-se gradualmente solidificando, a curiosidade intelectual recíproca não quer conhecer limitações de qualquer natureza e impõe que o número e qualidade dos veículos que cruzam aquela ponte venham a aumentar e a aprimorar-se indefinidamente.

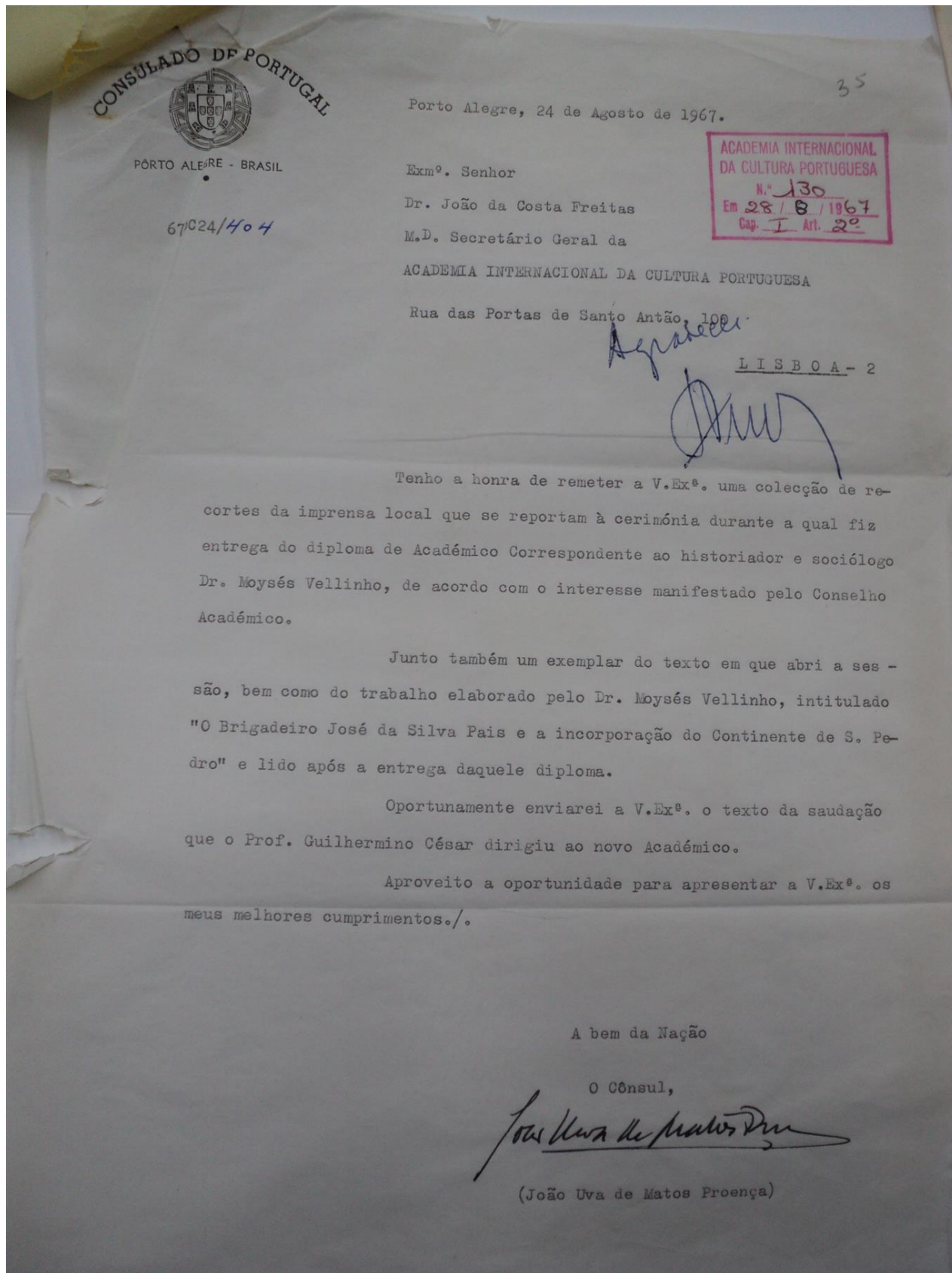
Quer o Sr. Dr. Moysés Vellinho, quer o Prof. Dr. Guilhermino César, são sólidos elos da ponte cultural luso-brasileira, e ao mesmo tempo elos móveis, veículos; enquanto que o segundo já por ela transitou mais do que uma vez honrosamente, o primeiro irá transitar pela primeira vez em Setembro próximo oportunidade em que estabelecerá um contacto directo e local com a sua Academia; aqui nos encontramos para nos associar com entusiasmo à saudação a um dos dois elos que se encontra a cargo de outro ele, a quem tenho a honra de passar a palavra, ao Prof. Dr. Guilhermino César.



Lisboa: 24 ago. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA****DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE À AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.



Lisboa: 28 ago. 1967.

**CORRESPONDÊNCIA****DO CÔNSUL DE PORTUGAL EM PORTO ALEGRE À AICP**

ACERVO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA. Lisboa.

